



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – POSGRAP
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO – COPGD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PRODIR

JOSÉ LUCAS SANTOS CARVALHO

AS DISPUTAS EM TORNO DO CONCEITO DE TRABALHO ESCRAVO
CONTEMPORÂNEO NO BRASIL SOB A ÓTICA DA BIOPOLÍTICA

São Cristóvão/SE

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – POSGRAP
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO – COPGD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PRODIR

JOSÉ LUCAS SANTOS CARVALHO

AS DISPUTAS EM TORNO DO CONCEITO DE TRABALHO ESCRAVO
CONTEMPORÂNEO NO BRASIL SOB A ÓTICA DA BIOPOLÍTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito. Área de concentração: Constitucionalização do Direito. Linha de Pesquisa: Eficácia dos direitos fundamentais nas relações sociais e empresariais.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia de Ávila

São Cristóvão/SE

2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

C331d Carvalho, José Lucas Santos
As disputas em torno do conceito de trabalho escravo contemporâneo no Brasil sob a ótica da biopolítica / José Lucas Santos Carvalho ; orientadora Flávia de Ávila. – São Cristóvão, 2018.
116 f.

Dissertação (mestrado em Direito) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. Direito constitucional. 2. Trabalho escravo - Brasil. 3. Direitos humanos. 4. Biopolítica. I. Ávila, Flávia de, orient. II. Título.

CDU 342.734:326.9(81)

JOSÉ LUCAS SANTOS CARVALHO

AS DISPUTAS EM TORNO DO CONCEITO DE TRABALHO ESCRAVO
CONTEMPORÂNEO NO BRASIL SOB A ÓTICA DA BIOPOLÍTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Direito da Universidade Federal de Sergipe como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre em Direito. Área de
concentração: Constitucionalização do Direito. Linha de
Pesquisa: Eficácia dos direitos fundamentais nas relações
sociais e empresariais.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia de Ávila

Dissertação defendida em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Flávia de Ávila – UFS
Universidade Federal de Sergipe
Presidenta-Orientadora

Profa. Dra. Andrea Depieri de Albuquerque Reginato – UFS
Universidade Federal de Sergipe
1ª Examinadora – Externa

Profa. Dra. Jussara Maria Moreno Jacintho – UFS
Universidade Federal de Sergipe
2ª Examinadora – Interna

Profa. Dra. Shirley Silveira Andrade – UFS
Universidade Federal de Sergipe
3ª Examinadora – Externa

Aos(Às) militantes de direitos humanos,
os(as) que gostam de gente. Afinal, “a
mais persistente e urgente pergunta na
vida de um homem é: o que você tem
feito pelos seus semelhantes?” (Martin
Luther King)

AGRADECIMENTOS

Acredito que não é por acaso que os agradecimentos se localizam em um trabalho acadêmico antes de apresentarmos a nossa pesquisa. Antes de tudo, precisamos “render graça” a todas e todos que nos acompanharam nessa trajetória e manifestar gratidão às experiências que nos constroem. É, talvez, o momento mais íntimo do trabalho, pois mostramos à leitora e ao leitor, um pouco da nossa trajetória no processo de construção da pesquisa. É o momento de falar dos nossos afetos. E a tessitura dessas reflexões somente foi possível porque havia pessoas comigo, compartilhando ideias, instigando reflexões e apoiando a realização deste projeto, pois, como poetizou Thiago de Mello *“Como sei pouco, e sou pouco, faço o pouco que me cabe me dando inteiro. Sabendo que não vou ver o homem que quer ser”*. Passo então a render graças e manifestar gratidão a *“todos os outros de mim”*:

À minha orientadora e amiga Flávia de Ávila, gratidão por ter me aceito como orientando e por todos os ensinamentos neste processo de orientação. A especial convivência destes dois anos contribuiu fundamentalmente na minha formação de pesquisador e docente. Serei sempre grato!

Ao professor e amigo Danillo Pereira (Departamento de Letras-UFS) pela orientação nos estudos da análise do discurso, pela leitura atenta dos meus escritos e as valiosas discussões na construção do trabalho. À Profa. Dra. Shirley Andrade (Departamento de Direito-UFS) e seus orientandos de Iniciação Científica pela possibilidade de participação nas reuniões do grupo de pesquisa sobre Trabalho Escravo Contemporâneo (GETEC). À Profa. Sandra Raquel (Departamento de Psicologia-UFS) e integrantes do grupo de estudos “Encontros com Foucault”, pelo acolhimento e fomento de ideias da biopolítica.

Às Professoras da minha banca de qualificação que contribuíram com o amadurecimento deste trabalho, trazendo um olhar crítico fundamental: Profa. Dra. Andrea Depieri, Profa. Dra. Jussara Jacintho e Profa. Dra. Shirley Andrade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Direito (PRODIR-UFS), na pessoa da Coordenadora Profa. Dra. Karyna Sposato, parabéns pela condução do PPGD, e à Renata Ramos, por toda sua gentileza com os discentes.

Aos amigos e colegas de curso que tornaram esta caminhada mais leve. Em especial: Êmille, Allan, Gabriela, Hermano, Henrique Magno, Marcinha, Raynara, Thayse, Valquíria e Vinícius.

A todas/todos amigas/amigos que me encorajam a seguir em frente pela vida e tornam o cotidiano mais feliz.

Aos meus pais, João e Clenilda, meu irmão Rubens e meu sobrinho Gustavo, que os laços do amor nos unam em família cada vez mais.

À Deus, Amor Imbatível, Te agradeço por estar sempre aqui.

“[tempos] em que tudo o que normalmente parece constituir uma razão de viver se desvanece; em que devemos, sob pena de afundarmos no desnorteamento ou na inconsciência, questionar tudo.” Simone Weil

RESUMO

A presente pesquisa, utilizando-se do aporte teórico da biopolítica do filósofo Giorgio Agamben, tem por objetivo analisar as disputas em torno do conceito de Trabalho Escravo Contemporâneo (TEC) no Brasil, a partir dos projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional que buscam modificar o conceito, da Portaria do Ministério do Trabalho nº 1129/2017 e de julgados do Supremo Tribunal Federal sobre o tema. Examina-se o regime biopolítico no Estado Democrático de Direito contemporâneo fundamentado nas discussões conceituais agambenianas expostas no Projeto *Homo Sacer* e a discussão sobre o papel ambivalente dos direitos humanos e o caráter ambíguo dos seus discursos, especialmente diante da sua debilidade de proteção nas situações-limite. Reflete-se sobre a condição de TEC enquanto vida nua produzida pelo Estado de Direito, que mostra o paradoxo da soberania e da vida nua no qual está explicitado o *homo sacer* e a umbilical relação entre estado de exceção e estado de direito. Analisa-se o desenvolvimento histórico-jurídico dos documentos internacionais e nacionais na tentativa de desvelar as estratégias do exercício biopolítico de controle da vida do indivíduo. Neste sentido, o estudo tem como hipótese que o exame das disputas em torno do conceito de TEC, a partir do estudo do *corpus* acima referido, evidencia que a atuação estatal, em vez de contribuir para a erradicação do TEC, se constitui em fórmula biopolítica de controle e manutenção do fenômeno. Portanto, a conservação da estrutura da sociedade brasileira seria baseada em um controle biopolítico de exclusão-inclusão do sujeito vivente, no caso o trabalhador escravo contemporâneo, o que consolidaria a vida nua na sociedade contemporânea. Quanto à metodologia, assumiu-se os postulados dos paradigmas interpretativista e qualitativo em pesquisa científica (DENZIN; LINCOLN, 2006), aliado a procedimento de caráter bibliográfico, segundo uma modalidade de pesquisa documental (REGINATO, 2017), e da teoria dos atos de fala de Austin (1990 [1962]). Uma vez tendo sido empreendido o percurso teórico-metodológico acima descrito, constatou-se que o regime biopolítico do TEC, construído inicialmente enquanto estratégia discursiva que cria sujeitos mantidos em situação de vulnerabilidade, se realiza sob contextos de: a) cerceamento de liberdade da vítima; b) reiteração da desigualdade estrutural e c) hierarquização da vida humana.

Palavras-chave: trabalho escravo contemporâneo; biopolítica; vida nua; atos de fala.

ABSTRACT

The present research uses the theoretical contribution of the biopolitics of the philosopher Giorgio Agamben and aims to analyze the disputes around the concept of Contemporary Slave Labor (CSL) in Brazil, from the bills in progress in the National Congress that seek to modify the concept, the Ministry of Labor Ordinance nº 1129/2017 and Federal Supreme Court's judgments on the subject. The biopolitical regime in the contemporary Democratic State of Law is examined based on the conceptual discussions brought by Agamben in the *Homo Sacer* Project, also as the debate on the ambivalent role of human rights and the ambiguous character of their discourses, especially in view of their weakness of protection in the limit situations. The condition of CSL is reflected as a bare life produced by the rule of law, which shows the paradox of sovereignty and bare life in which the *homo sacer* and the umbilical relation between state of exception and the rule of law. It is also analyzed the historical-legal development of international and national documents in an attempt to unveil the strategies of the biopolitical exercise of control of the individual's life. In this sense, the study has as hypothesis that the examination of the disputes around the concept of CSL, from the study of the aforementioned *corpus*, shows that the state action, instead of contributing to the eradication of the CSL, constitutes a biopolitical formula of control and maintenance of the phenomenon. Therefore, the preservation of the structure of Brazilian society would be based on a biopolitical control of exclusion-inclusion of the living subject, in this case contemporary slave labor, which would consolidate bare life in contemporary society. As for the methodology, the postulates of the interpretative and qualitative paradigm in scientific research (DENZIN; LINCOLN, 2006), allied to bibliographic procedure, according to a documental research modality (REGINATO, 2017), theory of the acts of speech of Austin (1990 [1962]). Once the theoretical-methodological path described above has been undertaken, it was found that the biopolitical regime of the CSL, initially constructed as a discursive strategy that creates subjects in a situation of vulnerability is carried out under contexts of: a) restriction of the victim's freedom; b) reiteration of structural inequality and c) hierarchy of human life.

Keywords: Contemporary Slave Labour; biopolitics; bare life; speech acts.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
1 A BIOPOLÍTICA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	17
1.1 Biopolítica segundo Giorgio Agamben em seu Projeto <i>Homo Sacer</i>	17
1.2 Biopolítica e Direitos Humanos.....	33
1.3 Trabalhador Escravo Contemporâneo: <i>Homo Sacer</i> ?.....	39
2 ABORDAGEM HISTÓRICO-CONCEITUAL DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO.....	43
2.1 Desenvolvimento histórico-jurídico no Direito Internacional.....	43
2.2 Desenvolvimento histórico-jurídico no Direito Brasileiro.....	64
3 AS DISPUTAS EM TORNO DO CONCEITO DE TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL.....	74
3.1 Uma pesquisa interpretativista e qualitativa em direito.....	74
3.2 Metodologia da análise e constituição do <i>corpus</i>	77
3.3 Os atos de fala sobre o Trabalho Escravo Contemporâneo no discurso jurídico sob a ótica da vida nua.....	84
3.3.1 Contextos de cerceamento da liberdade da vítima.....	84
3.3.2 Contextos de reiteração da desigualdade estrutural.....	94
3.3.3 Contextos de hierarquização da vida humana.....	96
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS.....	102

INTRODUÇÃO

[...] O conceito de direitos humanos, baseado na suposta existência de um ser humano em si, desmoronou no mesmo instante em que aqueles que diziam acreditar nele se confrontaram pela primeira vez com seres que haviam realmente perdido todas as outras qualidades e relações específicas – exceto que ainda eram humanos. O mundo não viu nada de sagrado na abstrata nudez de ser unicamente humano. (ARENDR, 2012, p. 408)

Brasil, dezembro de 2017. Dez imigrantes de nacionalidade boliviana foram resgatados por auditores-fiscais do trabalho de três oficinas de costura localizadas nas cidades de São Paulo e Osasco, município da região metropolitana da capital paulista, trabalhando sob regime de escravidão contemporânea. Os imigrantes bolivianos trabalhavam em jornadas exaustivas, das 7h às 21h00, por vezes até as 22h00, com intervalo de apenas uma hora, em condições degradantes – entre baratas e outros insetos e em contato com instalações elétricas que apresentavam risco de incêndio. Recebiam, em média, R\$ 5,00 para costurar peças de roupa vendidas por até R\$ 698,00 em lojas das grifes Animale e A. Brand, do grupo Soma, duas das maiores empresas de moda do país. Constatou-se, ainda, que dos dez trabalhadores bolivianos resgatados, três deles não possuíam documentação migratória regular no país e eram vítimas de uma rede de exploração de mão de obra, “alguns deles inclusive pagaram a ‘coiotes’¹ para ingressar no território brasileiro, em busca de melhores condições de vida e fugindo de situações de pobreza extrema no interior da Bolívia e nos arredores de La Paz” (BRASIL, 2017).

O Trabalho Escravo Contemporâneo (TEC)² é um fenômeno social global que, apesar de ilegal, se mantém, com o descarte de vidas e com a garantia de vantagens do ponto de vista econômico e operacional para o explorador. A condição de vulnerabilidade dos mais pobres é causa de exclusão social e de inserção destes sujeitos na rede de exploração do trabalho humano, que alicia indivíduos de maioria jovem, analfabeta e de regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (OIT, 2011). De acordo com o sociólogo Kevin Bales (2012), a escravidão

¹ Os traficantes de migrantes atuam em todo o globo e, a depender da região do planeta, recebem um nome característico – “coiotes” no caso da travessia na fronteira Brasil e Bolívia. O seu papel é o de promover ou facilitar a entrada irregular do imigrante e por esta ação cobram uma vantagem que geralmente é pecuniária (TIMÓTEO, 2017).

² Neste trabalho optou-se pelo termo Trabalho Escravo Contemporâneo (TEC) para denominar todas as formas atuais de escravidão por considerar ser esta a expressão que melhor dimensiona o problema social. No momento oportuno, a pesquisa apresentará todas as expressões existentes na literatura e examinará o debate político-ideológico que permeia a categoria de trabalho escravo atualmente.

contemporânea é mais vantajosa que a antiga escravidão, legalmente permitida, mas que possuía alto custo, lucros baixos e dificuldade para se obter mão de obra. O TEC, ao contrário, tem baixo custo de recrutamento da mão de obra, maior lucro em razão da rotatividade e considera os indivíduos como descartáveis, devido ao grande contingente de trabalhadores desempregados e em situação de miserabilidade.

Para o Global Slavery Index 2016, da Walk Free Foundation, a escravidão contemporânea atinge cerca de 45.800.000 de pessoas, quase 0,5% da população mundial (WALK FREE FOUNDATION, 2016). Sobre os dados do Brasil, segundo a mesma organização, há 161.100 trabalhadores escravos contemporâneos. Já a Comissão Pastoral da Terra³ (CPT), em 2015, estimou a existência de 40 mil trabalhadores escravos no país.

Essa divergência de números, no entanto, não se justifica somente por diferenças metodológicas de pesquisa, mas, principalmente, em razão da própria definição de trabalho escravo adotada, que se constitui em um campo político-ideológico de construção do conceito no âmbito internacional e interno. O entendimento vai desde a ideia restritiva que exige o cerceamento do direito de liberdade do indivíduo até a compreensão mais consentânea com a atualidade, para a qual há variadas formas de exploração que constituem trabalho escravo. Nesta, o controle da autonomia do indivíduo é determinante para a sua completa vulnerabilidade.

Além das diferenças de significado para esta relação de exploração, ainda se verifica variedade na terminologia empregada. Na legislação internacional e nacional, bem como na literatura especializada, os termos nomeadores são os mais diversos, tais como: trabalho escravo contemporâneo, escravidão contemporânea, trabalho em condições subumanas, trabalho forçado, servidão, servidão por dívida, escravidão por dívida, escravidão branca, redução à condição análoga à de escravo, trabalho análogo ao de escravo, super exploração do trabalho, nova escravidão ou neoescravidão.

³ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é uma organização da Igreja Católica, criada em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, voltada para a defesa dos direitos humanos e da reforma agrária. Tem como missão "ser uma presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva, que presta um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e das águas, para estimular e reforçar seu protagonismo" (CPT, 2001). Foi criada para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização. Desde a sua criação possui forte atuação nas denúncias de trabalho escravo contemporâneo no Brasil. Andrade (2015) afirma que a Comissão tem agido tanto no âmbito preventivo, na formação e na disseminação de informações para os trabalhadores, quanto no coercitivo, enquanto provocador dos órgãos de repressão para tornar o combate efetivo.

Esterci (2008, p. 04-05) explica que ainda existem classificações que não se dão a devida atenção, além de que estas “se fazem de acordo com o contexto, os critérios e as posições dos diversos atores envolvidos ou que se pronunciam em cada caso” e, mesmo entre atores que ocupam uma posição semelhante na estrutura social, não há consenso. O fato é que por trás deste processo de atribuição de significância à expressão existem lutas, “lutas essas em torno da dominação, do uso repressivo da força de trabalho e da exploração”.

No Brasil, em 2003, no bojo de um conjunto de ações adotadas pelo Estado brasileiro para erradicar o trabalho escravo no país – como consequência da cobrança internacional e da ação de atores sociais internos – foi alterado o art. 149 do Código Penal para atualizar o conceito de trabalho escravo intitulado de “condição análoga à de escravo”⁴. Esta mudança no conceito ocorreu alinhada com discussões avançadas sobre o tema, e envolveu não somente a restrição de liberdade e a servidão por dívidas, vinculados ao exercício dos atributos do direito de propriedade que está adstrito ao conceito tradicional de escravidão ou *chattel*, mas outros atos que violam a dignidade do indivíduo, como a jornada exaustiva e as condições degradantes de trabalho. Com a alteração legislativa, estabeleceu-se que reduzir alguém à condição de escravo não se refere somente à privação de liberdade, mas também à exposição a situações nas quais é impossível garantir sua dignidade.

Todavia, apesar de a legislação avançar na definição do conceito para assegurar a proteção dos indivíduos vítimas do TEC e na punição dos exploradores, há, paralelamente, atuação tanto estatal quanto de outros agentes sociais detentores de poder para reduzir o conceito, facilitar a prática da escravidão contemporânea e assegurar a impunidade dos envolvidos. Assim, a vida dos indivíduos submetidos a esta prática é considerada disponível, pois eles têm a sua mera vida gerida por ações

⁴ Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I - cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II - mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I - contra criança ou adolescente;

II - por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

que lhe são alheias, que determinam a sua disponibilidade e sua aptidão para a exploração.

Neste sentido, as condutas estatais não são comumente compreendidas em sua totalidade, pois, por vezes, escondem suas reais justificativas e finalidades. Na contemporaneidade, a atuação dos Estados ocidentais ocorre por meio de mecanismos de agência biopolítica, existentes para gerir a vida de seus cidadãos. Esta gestão política da vida acontece por intermédio de um cálculo para o exercício do seu poder soberano.

A atuação ocorre por um conjunto de técnicas desenvolvidas através de um saber-poder capaz de interferir diretamente nos destinos da vida humana. O debate sobre o âmbito de proteção ao indivíduo vítima de trabalho escravo contemporâneo e, especificamente, a definição de quem é este sujeito de direito, têm nas suas razões o exercício do poder soberano sobre a vida do sujeito, que determina a vida que é política e juridicamente relevante.

Com a assunção da biopolítica, Agamben (2014) nos explica que o paradigma do poder moderno consiste na “gestão de coisas e pessoas” com o objetivo de produzir sujeitos governáveis a partir da captura de sua subjetividade. A estrutura da biopolítica moderna determina-se, então, pela decisão sobre o valor ou (des)valor da vida e o soberano é quem decide, produzindo a vida nua do *homo sacer*. A vítima do trabalho escravo tem a sua subjetividade capturada. Encontra-se desnudado de qualquer tutela jurídica, o que o reduz a um corpo “qualquer”, ao portador de uma vida nua, isto é, uma vida política (*bíos*) reduzida a *zoé*, vida animal, biológica, a potencialidade do que seria, dentro de toda a sua potência. O trabalhador escravo é, por assim dizer, um *homo sacer*, esta figura do direito romano arcaico, que representa o caráter sacro da vida humana e que concentra em si circunstâncias aparentemente contraditórias. Um indivíduo que o povo julgou por algum delito, e não é lícito sacrificá-lo, porém, se alguém o matar, não será condenado por homicídio (AGAMBEN, 2014, p. 79). Na atualidade, Agamben afirma que a ausência da figura do *homo sacer* na cultura contemporânea se deve, provavelmente, ao fato de que talvez “*somos todos virtualmente homines sacri*” (2014, p. 113), justamente porque os regimes políticos contemporâneos fundamentam-se em um mesmo conceito, o da vida nua. Se todos somos virtualmente homens sacros, muitas circunstâncias da sociedade nos expõem à vulnerabilidade e à violência, que podem nos tornar *sacer*.

Sendo assim, os direitos humanos se tornam inaplicáveis nas situações em que

são mais necessários. Os direitos humanos, portanto, não são inerentes ao ser humano e a sua simples invocação e positivação jurídica não se mostram suficientes para efetivá-los. Neste trabalho, concebem-se os direitos humanos na linha da teoria crítica desenvolvida por Joaquin Herrera Flores (2008, p. 190) que entende como meios para alcançar a dignidade, uma construção humana enquanto “[...] resultados sempre provisórios das lutas sociais por dignidade”, ou seja, em constante processo de construção e reconstrução. Herrera Flores também aponta como parte da luta por direitos humanos o questionamento da atual estrutura social e a visibilização das assimetrias de poder. Em sentido semelhante, Hannah Arendt (2012), ao refletir sobre a experiência histórica do totalitarismo, critica o suposto caráter universalista dos direitos humanos e mostra o seu paradoxo, pois estes “direitos inalienáveis” nunca foram eficazes na proteção dos apátridas e dos refugiados (*displaced person*) e de outros “refugos da terra”⁵.

Diante deste cenário, a presente pesquisa tem como objeto de investigação o seguinte problema: a indefinição conceitual e a vastidão terminológica do fenômeno do trabalho escravo contemporâneo, enquanto táticas de controle e manutenção de poder sobre a vida, servem para consolidar a vida nua na sociedade contemporânea?

Desse modo, foi estabelecida a hipótese de que o exame das disputas em torno do conceito de TEC, a partir dos projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional, da Portaria MTB nº 1129 de 13 de outubro de 2017 do Poder Executivo Federal e dos julgados do STF sobre o tema, que constituem o *corpus* da pesquisa, realizado em conformidade com a teoria dos atos de fala de Austin, evidencia que a atuação estatal, em vez de contribuir para a erradicação do TEC, se constitui em fórmula biopolítica de controle e manutenção do fenômeno. Portanto, a manutenção da estrutura da sociedade brasileira seria baseada em um controle biopolítico de exclusão-inclusão do sujeito vivente, no caso o trabalho escravo contemporâneo, o que consolidaria, assim, a vida nua na sociedade contemporânea.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar se os debates/disputas em torno do conceito de trabalho escravo contemporâneo contribuem para a sua erradicação ou podem refletir em fórmula biopolítica para controle e manutenção do fenômeno.

⁵ Nenhum paradoxo da política contemporânea é tão dolorosamente irônico como a discrepância entre os esforços de idealistas bem-intencionados, que persistiam teimosamente em considerar “inalienáveis” os direitos desfrutados pelos cidadãos dos países civilizados, e a situação de seres humanos sem direito algum. (ARENDR, 2012, p. 383)

Para que o objetivo geral se alcance, o trabalho desenvolver-se-á de acordo com objetivos específicos, que revelam os passos necessários para se atingir o objetivo geral. Portanto, aplicar a teoria da biopolítica de Giorgio Agamben em seu Projeto *Homo Sacer* na análise do fenômeno social do TEC, analisar a construção do conceito de TEC no âmbito internacional e no direito brasileiro, bem como problematizar se os debates/disputas em torno da definição conceitual e terminológica em vez de contribuir para a erradicação do TEC, se constitui em fórmula biopolítica de controle e manutenção do fenômeno, são objetivos específicos deste trabalho.

Quanto à metodologia, assumiu-se os postulados do paradigma interpretativista e qualitativo em pesquisa científica (DENZIN; LINCOLN, 2006), uma vez que não se busca “explicações causais, através de relações lineares entre fenômenos linguísticos, mas a interpretação dos significados culturais forjados nas práticas de discursos, pautada na ideia de que a cultura é uma teia de significados” (SANTOS FILHO, 2017, p. 4), aliado a procedimento de caráter bibliográfico, modalidade de pesquisa documental (REGINATO, 2017), que acompanhará todas as etapas de desenvolvimento da pesquisa.

De acordo com Reginato (2017, p.189), os documentos são a principal fonte de pesquisa empírica em direito. O pesquisador em direito possui um contato tão íntimo com eles que a sua não apresentação formal, leva-o a não classificar o documento como tal. Assim, os atos normativos, as decisões judiciais e a doutrina são encaradas sem o rigor metodológico necessário para uma pesquisa científica. Neste trabalho, a pesquisa documental, na modalidade bibliográfica, será realizada obedecendo-se ao conjunto de critérios para análise de documentos (autenticidade, credibilidade, representatividade e sentido) descritas por Scott *apud* Reginato (2017).

A presente dissertação se desenvolve em três capítulos, com uma breve apresentação de seu conteúdo no início de cada título. Em síntese, o primeiro capítulo da dissertação estudará o regime biopolítico no Estado Democrático de Direito fundamentado nas discussões conceituais agambenianas expostas no Projeto *Homo Sacer*. Discutir-se-á o papel ambivalente dos direitos humanos e a condição de trabalhador escravo na perspectiva da biopolítica.

O segundo capítulo tem por objetivo examinar, numa abordagem histórico-jurídica, o significado do termo Trabalho Escravo Contemporâneo (TEC) e a construção do conceito no âmbito internacional e interno, na tentativa de desvelar as estratégias no exercício biopolítico de controle da vida do indivíduo, a partir da reflexão

sobre como o sistema jurídico vem realizando a tarefa de classificar o que é trabalho escravo e de que modo ocorre a (des)proteção do sujeito.

Desenvolvidos o aporte teórico da pesquisa, a biopolítica, e a situação de fato analisada, a escravidão contemporânea, o terceiro capítulo trabalhará com a hipótese da investigação ao analisar os discursos em torno do conceito de TEC no Brasil, especificamente de instituições representantes dos três poderes da República. O exame em torno destes atores justifica-se diante do propósito deste trabalho em analisar possíveis ambiguidades no discurso do Estado brasileiro, que ao mesmo tempo em que se compromete em erradicar o fenômeno do trabalho escravo contemporâneo, pode atuar também para a sua manutenção, consolidando a vida nua na sociedade brasileira.

No Poder Legislativo, a análise centra-se nos projetos de lei (PLs) em trâmite que procuram restringir o conceito de TEC previsto no Código Penal. Trata-se dos PLs 5.016/2005, 3.842/2012 e 2.464/2015, além do PL nº 432/2013 que, alegando regulamentar o art. 243 da Constituição Federal⁶, acaba por modificar o conceito de TEC, reduzindo sua abrangência. O acesso aos processos de tramitação dos projetos ocorre via sítios eletrônicos da Câmara de Deputados e do Senado Federal, com o intuito de refletir, a partir das manifestações dos parlamentares, seja nas minutas do projeto de lei ou pareceres sobre a matéria, o posicionamento adotado pelos legisladores, para desvelar os sentidos de seus discursos.

Na esfera do Poder Executivo federal, a Portaria MTB nº 1129 de 13 de outubro de 2017, que sob o pretexto de dispor “sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho” (BRASIL, 2017) tentou reduzir o alcance do conceito de TEC, previsto na legislação brasileira, para enquadrá-lo somente nas situações em que houvesse a restrição da liberdade do indivíduo.

Por fim, no Supremo Tribunal Federal (STF) serão estudados os votos proferidos pelos juízes da Corte nos julgados que tratam de TEC. A escolha pela Corte

⁶ Após 15 anos de tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 57A/1999, a Emenda Constitucional nº 81, de 5 de junho de 2014, deu nova redação ao artigo 243 da Constituição Federal. Tal alteração acrescentou como possibilidade o confisco de qualquer bem de valor econômico que utilize a exploração de trabalho escravo; no entanto, esta modificação é compreendida como uma norma de eficácia contida, ao estabelecer que o procedimento ocorrerá “na forma da lei” (CARVALHO; ÁVILA, 2017)

Constitucional brasileira deve-se em razão da atribuição de intérprete da Constituição do Estado brasileiro. Além disso, as manifestações dos ministros do STF influenciam o debate no âmbito jurídico e na própria atuação dos agentes estatais para coibir a prática no território nacional. Nesta pesquisa, são fontes as decisões obtidas no sítio eletrônico do Tribunal, a partir da pesquisa com o termo “trabalho escravo”. Foram encontrados 17 julgados que compreendem o período de 1996 a 2017. Para o objetivo desta pesquisa, distanciando-se de preocupações de ordem estatística e fundamentado nos critérios estabelecidos para análise, explicados no capítulo terceiro, estuda-se os debates realizados nos processos: Recurso Extraordinário nº 398.041-6/PA, Inquérito nº 2131/DF e Inquérito nº 3412/AL.

Neste trabalho, o discurso é compreendido enquanto mecanismo de agência biopolítica, a partir de uma concepção de linguagem acional e performativa que, sob determinadas condições, pode se constituir na manutenção de uma situação real de desigualdade estrutural presente na sociedade brasileira que opera mediante o reestabelecimento de contextos de controle da vida daqueles indivíduos expostos à vulnerabilidade e à condição de *homo sacer* contemporâneos, no caso os trabalhadores escravos contemporâneos. É neste sentido que se compreende e se apresenta as disputas em torno do conceito de TEC no Brasil ao tentar desvelar o modo como as desigualdades, as discriminações e as violências se retroalimentam e se perpetuam nos significados socialmente construídos e expostos em debates como no *corpus* escolhido para análise.

Em termos metodológicos, será utilizada a análise do discurso, de base pragmática. Rosalind Gill (2002, p. 244) explica que há diferentes formas e escolas de pensamento de análise do discurso, mas todas compartilham de “uma rejeição da noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo, e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social”. Além disso, estas formas de pensamento possuem alguns pressupostos comuns, sendo eles: 1) a postura crítica com respeito ao conhecimento dado; 2) as maneiras como se compreendem o mundo são histórica e culturalmente específicas e relativas; 3) o conhecimento é socialmente construído; 4) o compromisso de explorar as maneiras como os conhecimentos estão ligados a ações.

Dentre as teorias da análise do discurso, este trabalho filia-se à análise pragmática da linguagem, sendo esta o estudo da linguagem que se ocupa das relações entre os signos e seus usuários em contextos concretos de uso. Segundo

Marcondes (2006, p. 219), “a pragmática consiste na nossa experiência concreta da linguagem, nos fenômenos linguísticos com que efetivamente lidamos”. Na filosofia da linguagem é possível distinguir duas linhas principais de desenvolvimento da pragmática: a concepção contextualista e a concepção performativa (MARCONDES, 2006). A primeira linha considera o contexto como noção central da análise ao examinar as características das situações de uso que incidem diretamente na determinação do significado das expressões linguísticas. Já a concepção performativa entende como característica central da pragmática a concepção da linguagem como ação ou realização de atos. Portanto, “dizer é fazer”. Assim, “a determinação do significado só pode ser feita a partir da consideração do ato que está sendo realizado quando essas expressões são proferidas e das regras que tornam possível a realização desses atos” (2006, p. 220).

Marcondes (2006) explica ainda que a concepção performativa da pragmática linguística pode ser dividida em duas tendências. A primeira, representada pelo “segundo Wittgenstein”, correspondente ao pensamento de Wittgenstein a partir da década de 1930 no trabalho “Investigações Filosóficas”. A segunda tendência é a de John Langshaw Austin, inaugurada pela obra “How to Do Things with Words”⁷ e o desenvolvimento de sua Teoria dos Atos de Fala (TAF), considerada uma das vertentes que melhor representa a concepção pragmática da linguagem (MARCONDES, 2006). Neste trabalho, a TAF é o método de análise do discurso empregado.

Para Austin (1990), a linguagem não só descreve, ela traz à existência aquilo sobre o quê fala. Inicialmente, o autor propõe uma distinção básica entre enunciados *constatativos* e enunciados *performativos*. Os enunciados *constatativos* descrevem ou relatam um estado de coisas, e que, por isso, se submetem ao critério de verificabilidade, ou seja, podem ser rotulados de verdadeiros ou falsos. Logo na sua primeira conferência, Austin afirma que nem todas as “declarações” – proferimentos descritivos – têm como propósito “‘descrever’ um estado de coisas, ou declarar um fato, o que deveria fazer de modo verdadeiro ou falso” (1990, p. 29). Assim, proferimentos compreendidos como discursos descritivos demonstram ter outros

⁷ O livro é uma compilação das notas para as conferências William James dadas por Austin em Havard, em 1955, que, por sua vez, foram baseadas em notas de conferências feitas anteriormente em Oxford. A obra nunca passou por uma revisão definitiva do autor e foi publicada postumamente em 1962. Nesta pesquisa, utilizar-se-á a tradução brasileira “Quando dizer é fazer: palavras e ação”, traduzida por Danilo Marcondes.

propósitos que não a mera representação de fatos. Tais proferimentos Austin intitulou de *performativos*⁸.

No entanto, os atos performativos não se circunscrevem ao proferimento para a sua realização, necessitam de circunstâncias apropriadas para serem bem-sucedidos. Um enunciado performativo pronunciado em circunstâncias inadequadas não é falso, é nulo. Os performativos são considerados em relação a suas *condições de felicidade*, ou seja, a sua eficácia de ação no mundo. Todavia, Austin percebeu que esta dicotomia era inadequada, pois “o ato constatativo tem também uma dimensão performativa, isto é descrever é também um ato que realizamos e pode ser bem ou mal sucedido; assim como os performativos tem uma dimensão constatativa, já que mantêm uma relação com um fato” (MARCONDES, 2006, p. 225).

Desse modo, Austin propôs que a sua concepção do uso da linguagem como uma forma de agir seja estendida para toda a linguagem e considerou o *ato de fala* como a unidade básica de significação, constituída por três dimensões: atos locucionário, ilocucionário e perlocucionário.

Silva (2016) afirma que um ponto que merece relevo é a distinção entre ilocucionário e perlocucionário, ou seja, a distinção entre “o ato de dizer” e “as consequências do ato de dizer”. O termo ilocucionário refere-se às convenções de força ilocucionária relacionadas às circunstâncias especiais da ocasião em que o proferimento foi emitido (contexto pragmático). Na última conferência exposta no livro, “Classes de força ilocucionária”, Austin classifica as forças ilocucionárias dos proferimentos em cinco classes gerais: 1) veriditivos – caracterizam-se por dar um veredito, constituem essencialmente o estabelecimento de algo – fato ou valor – a respeito do qual, por diferentes razões, é difícil se estar seguro; 2) exercitivos – consistem no exercício de poderes, direitos ou influências; 3) comissivos – caracterizam-se por prometer ou de alguma forma assumir algo; 4) comportamentais – expressam reação mediante da conduta dos demais ou da situação; 5) expositivos – dizem respeito ao modo como nossos proferimentos se encaixam no curso de uma conversa ou argumentação (AUSTIN, 1990; SILVA, 2016).

⁸ [...] Estes proferimentos têm a aparência – ou pelo menos a forma gramatical – de “declarações”; observados mais de perto, porém, resultam ser proferimentos que não podem ser “verdadeiros” ou “falsos”. Um de nossos exemplos era o proferimento “Aceito” (esta mulher como minha legítima esposa...), quando proferido no decurso de uma cerimônia de casamento. Aqui devemos assinalar que ao dizer esta palavra estamos *fazendo* algo, a saber, estamos nos casando e não relatando algo, a saber, o fato de nos estarmos casando. [...] (AUSTIN, 1990, p. 29-30)

Para Silva (2016, p. 31), a TAF e a ideia de performatividade para além de impactarem a filosofia e os estudos linguísticos repercutiram em diversas áreas das humanidades, diante da alteração de cenários teóricos e metodológicos que a assunção da linguagem como performance – e não como representação – provoca.

A linguagem como uma prática de construção da realidade é a forma do indivíduo agir no mundo. Nesta perspectiva discurso e ação não estão separadas. Assim, apesar de o direito buscar se revestir do argumento tecnicista em sua fundamentação, em que adota, tradicionalmente, uma concepção da linguagem como mera representação da realidade, o discurso jurídico produz realidade. Esta atividade puramente descritiva, que não questiona a construção de sentido do discurso e como as desigualdades e a violência são retroalimentadas nesta produção de realidade, é o que a presente pesquisa objetiva desvelar e desconstruir.

Assim, na presente análise pretende-se compreender como a estrutura social, enquanto contexto pragmático, é decisiva na produção dos sentidos dos atos de fala e como este confere a eles a força ilocucionária. O objetivo é examinar o discurso, a problematização dos sentidos do discurso na relação com seus sujeitos e contextos sociais e as motivações extrajurídicas presentes no *corpus* do trabalho na tentativa de revelar as perspectivas de proteção dos direitos humanos ou de exercício biopolítico de controle sobre a vida do trabalhador escravo contemporâneo. Para tanto, foram criadas as seguintes categorias: contextos de cerceamento da liberdade da vítima; contextos de reiteração da desigualdade estrutural e contextos de hierarquização da vida humana.

Por último, ressalta-se que as inquietações desencadeadoras desta pesquisa advêm do desejo de oferecer à sociedade em geral e à comunidade acadêmica um trabalho que problematize o modo como a construção do discurso jurídico atua enquanto estratégia no exercício biopolítico de controle da vida, no caso os instrumentos normativos que buscam conceituar o fenômeno social do trabalho escravo contemporâneo. Estes instrumentos por vezes exercem o papel de (des)proteção do indivíduo, em situação de vulnerabilidade, ao invés de pôr fim à exploração violenta do ser humano e emancipá-lo, sendo este o objetivo dos direitos humanos. Assim, em uma perspectiva crítica, essas divergências de linguagem para tratar o TEC acontecem não somente por “opiniões divergentes”, mas como mecanismo de perpetuação de um “*continuum* de violências” (SILVA, 2017) sob a vida humana. Busca-se, desse modo, refletir sobre como o direito é construído/realizado

dentro desta complexa realidade de relações de poder estabelecidas entre o discurso, a sociedade e o sujeito, e marcadas por variados conflitos, sobretudo de classe, raça e gênero. Nesta perspectiva, processos tão enfaticamente ressaltados pelo discurso jurídico atual como a “humanização do direito internacional” e a “constitucionalização do direito” somente tornar-se-ão efetivos se servirem enquanto caminhos para visibilizar assimetrias sociais e relações concretas de poder, contribuindo com outros modos de fazer o direito e de perspectivas emancipadoras de transformação da realidade.

1 A BIOPOLÍTICA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Talvez os verdadeiros transe de nosso tempo só venham a assumir a sua feição autêntica – embora não necessariamente a mais cruel – quando o totalitarismo pertencer ao passado. (ARENDT, 2012, p. 512)

O presente capítulo objetiva examinar o regime biopolítico no Estado Democrático de Direito contemporâneo fundamentado nas discussões conceituais agambenianas expostas no Projeto *Homo Sacer*. A exposição se desenvolve a partir da reflexão do significado da biopolítica no pensamento de Giorgio Agamben, que considera a assunção da vida pelo poder soberano, politizando-se a vida nua, o acontecimento decisivo da modernidade. Assim, para compreender a biopolítica na contemporaneidade o filósofo se utiliza de paradigmas como o *homo sacer*, o estado de exceção e o “muçulmano” de Auschwitz para mostrar a vida nua como consequência da política ocidental desde a sua origem, fruto de uma violência originária.

Na segunda parte deste capítulo, enfoca-se a discussão sobre o papel ambivalente dos direitos humanos e o caráter ambíguo dos seus discursos, especialmente diante da sua debilidade de proteção nas situações-limite. Partindo-se da concepção crítica de direitos humanos, defendida por Herrera Flores, e das limitações da concepção tradicional de direitos humanos, expostas por Hannah Arendt em “As Origens do Totalitarismo” e “A condição humana”, este tópico cuida-se de entender a função dos direitos humanos na “era da biopolítica”, na trilha do pensamento de Oswaldo Giacoia Junior (2008).

Na conclusão do capítulo, reflete-se sobre a condição de Trabalhador Escravo Contemporâneo enquanto vida nua produzida pelo Estado de Direito, que mostra o paradoxo da soberania e da vida nua no qual está explicitado o *homo sacer* e a umbilical relação entre estado de exceção e estado de direito.

1.1 Biopolítica segundo Giorgio Agamben em seu Projeto *Homo Sacer*

O Projeto *Homo Sacer*, iniciado em 1995, constitui um conjunto de

investigações arqueológicas⁹ de nove livros, distribuídos em quatro volumes. Nesta pesquisa, trabalha-se com as discussões estabelecidas nos três primeiros livros da série, quais sejam: “*Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua I*”, “*Estado de Exceção: Homo Sacer II, 1*” e “*O que resta de Auschwitz, o arquivo e a testemunha [Homo Sacer, III]*”¹⁰. O trabalho de Giorgio Agamben no Projeto *Homo Sacer* centra-se na busca por compreender a política contemporânea ao investigar a politização moderna da vida biológica, isto é, o momento em que a vida ingressou nos domínios do poder, fenômeno denominado por Michel Foucault de biopolítica e que é aprofundado por Agamben.

O autor retoma os trabalhos de Michel Foucault e Hannah Arendt sobre a politização da vida nua que determinou uma modificação nos conceitos jurídico-políticos da Antiguidade. Na introdução do livro “*Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua I*”, Giorgio Agamben afirma que esta politização da vida nua é o acontecimento decisivo da modernidade, fato que assinala uma radical transformação das categorias políticas.

Agamben (2014) estrutura sua análise na distinção entre *zoé* e *bíos*, descritos por Aristóteles, que de forma sintética pode ser compreendida como vida biológica, o simples fato de viver comum a todos os seres vivos (*zoé*) e vida política, forma de viver própria de um indivíduo ou grupo (*bíos*). Com base nestas duas classificações, Agamben introduz uma terceira, adaptada do ensaio “Para uma Crítica

⁹ Giorgio Agamben entende que a única via de acesso ao presente é a investigação do passado. Durante entrevista, ao ser questionado sobre as observações sobre a biopolítica e se este é um conceito que deve muito a Michel Foucault, o filósofo respondeu: “Certamente. Mas tão importante quanto para mim foi o problema do método em Foucault, isto é, a arqueologia. Estou convencido de que, hoje, a única via de acesso ao presente seja a investigação do passado, a arqueologia. Sob condição de especificar, como o faz Foucault, que as pesquisas arqueológicas são apenas a sombra que a interrogação do presente projeta sobre o passado. Em meu caso, tal sombra é com frequência maior do que aquela que Foucault perseguia e reveste campos, como a teologia e o direito, que Foucault pouco frequentou. Os resultados de minhas pesquisas por certo poderão ser contestados, mas espero que ao menos as investigações puramente arqueológicas que desenvolvi em *Estado de Exceção*, *O Reino e a Glória* ou no livro sobre o juramento ajudem a compreender o tempo em que vivemos.” (Entrevista concedida a Antonio Gnoli e publicada em 15/05/2016 no site “Diritti Globali”. Disponível em: <http://www.dirittiglobali.it/2016/05/84776/> Tradução: Vinícius N. Honesko)

¹⁰ “O poder soberano e a vida nua” é o primeiro volume da série, publicado em 1994. Em 1998 foi publicado o terceiro da série “O que resta de Auschwitz”. O segundo volume é dividido em cinco partes: 1. “Estado de Exceção”, publicado em 2003; 2. “*Stasis*: a guerra civil como paradigma político”, publicado em 2015; 3. “O Sacramento da Linguagem - Arqueologia do Juramento”, publicado em 2011; 4. “O reino e a glória: para uma genealogia teológica da economia e do governo”, publicado em 2007; e 5. “Opus dei: Arqueologia do ofício”, publicado em 2012. O quarto volume é dividido em duas partes: “Altíssima Pobreza: regras monásticas e formas de vida, publicado em 2011 e “O uso dos corpos”, publicado em 2014.

da Violência” de Walter Benjamin¹¹, a vida nua, que se constitui no novo corpo biopolítico da modernidade, em termos influenciados por Foucault. A vida nua se dissimula no modelo jurídico-institucional no qual o exercício do poder soberano se consolida, aparecendo invariavelmente quando *zoé* e *bíos* são separadas, ou por meio da desconsideração da *bíos* ou da mera preservação da *zoé*.

No mundo clássico, Agamben explica que a *zoé* era excluída da *pólis* – cidade-estado – e confinada como mera vida produtiva no âmbito da *oîkos* – casa. A vida natural não estava incluída nos mecanismos do poder estatal. O fenômeno do ingresso da *zoé* na esfera da *pólis*, segundo as pesquisas desenvolvidas por Foucault, ocorre nos limiares da Idade Moderna. A vida como uma questão política faz surgir a biopolítica no momento em que o Estado passou a administrar e estabelecer regras sobre a vida do homem, tutelando-a. No mesmo sentido, Agamben explica que Hannah Arendt na obra “A condição humana” havia analisado que a vida biológica, a partir do *homo laborans*¹², ocupava cada vez mais o centro da vida política do moderno, “[e]ra justamente a este primado da vida natural sobre a ação política que Arendt fazia, aliás, remontar a transformação e a decadência do espaço público na sociedade moderna” (AGAMBEN, 2014, p. 11).

Todavia, o filósofo afirma que as investigações de Arendt na obra anteriormente citada não se refletiram em sua análise sobre o fenômeno do totalitarismo do século XX. Assim como o trabalho sobre a biopolítica de Foucault não chegou aos campos de concentração e a estrutura dos estados totalitários, “áreas por excelência da biopolítica moderna” (2014, p. 12), apesar da constante orientação foucaultiana de abandonar a abordagem tradicional do problema do poder (os modelos jurídico-institucionais) e partir para a análise dos modos concretos em que o poder penetra no

¹¹ Benjamin utiliza-se da expressão *blo Leben* (mera vida) para fazer referência a essa parte da vida que suporta o nexo entre violência e direito, à vida que está em relação com a violência soberana. Para Benjamin, é essa vida nua a que é proclamada sacra (CASTRO, 2016, p. 64).

¹² Hannah Arendt, em “A Condição Humana”, trata da moderna alienação do homem em relação ao mundo, a partir da localização do labor como centro das atividades da vida humana e determinante de valores da sociedade, com a “vitória do *animal laborens*”, aquele que trabalha apenas para suprir as necessidades biológicas e prover a sua subsistência, e o eclipse do *homo faber*, o sujeito que fabrica artefatos duráveis e produz o mundo artificial por meio do trabalho. A sua análise centra-se, primordialmente, nas três atividades humanas da *vita activa*, isto é, “a vida humana na medida em que se empenha ativamente em fazer algo” (ARENDR, 2005, p. 31): o labor (*labor*), relacionado com o processo biológico de manutenção da vida, cuja condição humana é a própria vida; o trabalho (*work*), correspondente ao artificialismo da vida humana, cuja condição é a mundanidade, onde o *homo faber* cria coisas extraídas da natureza; e a ação (*action*) que corresponde à condição humana da pluralidade, fonte do significado da vida humana. O seu estudo afirma também que à medida que o labor ocupa o espaço público, há um abandono da ação e do discurso, relegados ao âmbito privado, circunstância que suprime a condição humana de pluralidade.

próprio corpo de seus sujeitos. Assim, Agamben busca dar seguimento às investigações dos dois autores e pesquisa o oculto ponto de intersecção entre o modelo jurídico-institucional e o modelo biopolítico do poder, e constata que essas duas análises não podem ser separadas:

[...] a implicação da vida nua na esfera política constitui o núcleo originário – ainda que encoberto – do poder soberano. *Pode-se dizer, aliás, que a produção de um corpo biopolítico seja a contribuição original do poder soberano.* A biopolítica é, nesse sentido, pelo menos tão antiga quanto a exceção soberana. Colocando a vida biológica no centro de seus cálculos, o Estado moderno não faz mais, portanto, do que reconduzir à luz o vínculo secreto que une o poder à vida nua, reatando assim (segundo uma tenaz correspondência entre moderno e arcaico que nos é dado verificar nos âmbitos mais diversos) com o mais imemorial dos *arcana imperii*. (AGAMBEN, 2014, p. 14)

Para Agamben (2014), a biopolítica é a marca fundamental de toda a política ocidental, sendo radicalizada na modernidade, com a entrada da vida do homem e dos processos biológicos inerentes ao ser humano como parte do cálculo do poder, diante da necessidade do Estado em fortalecer a sua força produtiva. O autor assinala que o controle disciplinar aplicado por intermédio de um conjunto de tecnologias de poder criou as condições necessárias para o êxito do capitalismo. Desse modo, com o argumento de proteção da vida da população, o poder soberano passou a preservar a vida de alguns e a morte de outros, consistente no direito de vida e de morte, direito de *fazer viver e deixar morrer*.

Explicando o trabalho de Foucault sobre a transformação do poder na idade moderna, Agamben (2008, p. 88) esclarece que, na sua figura tradicional – de soberania territorial – o poder é definido essencialmente como direito de vida e de morte. Contudo, este direito é assimétrico, pois se exerce do lado da morte e se relaciona com a vida de forma indireta, como abstenção do direito de matar. É assim que “Foucault caracterizou a soberania territorial com a fórmula *fazer morrer e deixar viver*” (2008, p.88).

Quando, a partir do século XVII, com o nascimento da ciência da polícia, o cuidado da vida e da saúde dos súditos começa a ocupar um lugar cada vez mais importante nos mecanismos e nos cálculos dos Estados, o poder soberano transforma-se gradualmente naquilo que Foucault denomina de biopoder. O antigo direito de fazer morrer e deixar viver dá lugar a uma figura inversa, que define a biopolítica moderna e que se expressa na fórmula *fazer viver e deixar morrer*. Esta

marca do biopoder transforma “a estatização do biológico e do cuidado com a vida no próprio objetivo primário” (AGAMBEN, 2008, p. 155).

Para Foucault (1999), a biopolítica enquanto tecnologia de governo é manejada por um conjunto de técnicas que são desenvolvidas com o objetivo de realizar um gerenciamento planejado da vida das populações por intermédio, por exemplo, do controle de natalidade e mortalidade, e dos níveis de higiene, em uma interferência direta nos destinos da vida humana. Para o autor, conforme já assinalado, este fenômeno iniciou-se a partir das transformações políticas e econômicas do Ocidente, na segunda metade do XVIII e XIX, quando “pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político” (1999, p. 289-290)¹³.

Foucault (1975) explica que, com a constituição do Estado Moderno e o surgimento das relações da sociedade capitalista, adveio a necessidade de uma tecnologia de poder para gerir e controlar as vidas humanas. Todavia, o exercício do poder não é somente do Estado, apesar de tradicionalmente atribuir-se a ele o seu monopólio. Em suas investigações, Foucault (1975) verificou o poder como uma rede de micro-poderes articulados ao Estado e que permeia toda a estrutura social, entendendo como essas micro-estruturas se relacionam com o poder estatal. Nessa perspectiva foucaultiana, as relações de poder ultrapassam a dimensão estatal e estão em toda a sociedade. O poder, então, penetra em instituições e corporifica-se em técnicas que controlam a vida dos indivíduos.

Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma ‘apropriação’, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, do que um privilégio que se pudesse deter; que se seja dado como modelo antes a batalha perpétua do que o contrato que faz uma cessão ou uma conquista que se apodera de um domínio. Temos, em suma, de admitir que esse poder se exerce mais do que se possui, que não é ‘privilégio’ adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados. (FOUCAULT, 1975, p. 29)

¹³ Neste ponto, Agamben (2014, p. 12) sustenta que a tese foucaultiana deverá ser corrigida ou ao menos integrada: “no sentido de que o que caracteriza a política moderna não é tanto a inclusão da *zoé* na *pólis*, em si mesma antiquíssima, nem simplesmente o fato de que a vida como tal converta-se em um objeto eminente dos cálculos e das previsões do poder estatal. O decisivo é, antes, que, simultaneamente ao processo pelo qual a exceção converte-se por todos os lados na regra, o espaço da vida nua, situado na origem à margem do ordenamento, coincide progressivamente com o espaço político, e exclusão e inclusão, externo e interno, *bíos* e *zoé*, direito e fato entram em uma zona de irreduzível indistinção.”

Esta rede de relações de poder, “micropoderes”, caracteriza a “era do biopoder”, em que a vida biológica do indivíduo é preocupação política central. Desse modo, se a modernidade confundiu os espaços públicos e privados ou mesmo destruiu o espaço privado do *oikos*, cabe questionar como ocorre a relação entre vida nua e a *pólis*. Qual é a relação entre vida nua e política? Para Agamben (2014, p. 16), “[a] política existe porque homem é o vivente que, na linguagem, separa e opõe a si a própria vida nua e, ao mesmo tempo, se mantém em relação com ela numa exclusão inclusiva”. A política ocidental não conhece outro valor ou desvalor que a vida, e até que as contradições oriundas desta relação não sejam resolvidas “nazismo e fascismo, que haviam feito da decisão sobre a vida nua o critério político supremo, permanecerão desgraçadamente atuais” (2014, p. 17). Agamben reivindica, assim, a vida nua como função essencial na política moderna (MAIA, 2015, p. 50), e, numa síntese entre o pensamento de Arendt e Foucault, propõe que foi a radical transformação da política em espaço de vida nua que legitimou o domínio total.

Nos modernos Estados Democráticos de Direito, uma técnica biopolítica de poder são as declarações dos direitos. Agamben explica que elas são o local da passagem da forma clássica da soberania de origem divina à nova figura da soberania dos estados de direito. Neles, o indivíduo passa de súdito a cidadão.

[as declarações de direito] asseguram a *exceptio* da vida na nova ordem estatal que deverá suceder à derrocada do *ancien régime*. Que, através dela, o 'súdito' se transforme, como foi observado, em 'cidadão', significa que o nascimento - isto é, a vida nua natural como tal - torna-se aqui pela primeira vez (com uma transformação cujas conseqüências biopolíticas somente hoje podemos começar a mensurar) o portador imediato da soberania. (AGAMBEN, 2014, p. 135)

O sociólogo Eugène Enriquez (2006) esclarece que o sujeito histórico, aquele que contribui para definir a orientação da sociedade, surgiu na aurora do século V a.C., em Atenas, com a ideia do cidadão. Apagou-se nos períodos feudais e monárquicos, e reacendeu com a carta de direitos da Inglaterra e as revoluções francesa e americana. Para ser histórico, o indivíduo necessitaria, então, ter direitos, ser alguém que desfruta dos direitos e que está sob a proteção de uma lei em estado de isonomia, no entanto, não foram todos os cidadãos que receberam os atributos da cidadania. A decisão sobre quem é cidadão é, desse modo, uma decisão do poder soberano.

A análise agambeniana sobre o *Habeas Corpus* de 1679 e a Declaração dos

direitos do homem e do cidadão, de 1789, demonstra que a intenção do poder soberano é a inscrição da vida na estrutura do Estado. Trata-se, então, de definir quem é ou não é sujeito de direito. No *Habeas Corpus* de 1679, considerado o documento mais antigo da concepção moderna de democracia, o objeto não é o sujeito feudal, mas o corpo do indivíduo.

Em uma interpretação biopolítica da referida Declaração dos direitos do homem e do cidadão de 1789, Agamben, no capítulo “Para além dos direitos do homem”, do livro “Meios sem fim”¹⁴, ao discutir a situação-limite dos refugiados, ressalta que a impotência dos direitos humanos neste caso resulta não somente do egoísmo e da limitação dos aparatos burocráticos, “mas na ambiguidade das próprias noções fundamentais que regulam a inscrição do nativo (isto é, da vida) no ordenamento jurídico do Estado-nação” (2010, p. 3). Para o filósofo, Estado-nação é o Estado que “faz da natividade, do nascimento (isto é, da vida nua humana) o fundamento da própria soberania” (2010, p. 4). Agamben, então, visualiza o sentido “demasiadamente oculto” dos primeiros três artigos da Declaração de 1789¹⁵:

[...] somente porque se inscrevera (arts. 1º e 2º) o elemento nativo no coração de toda associação política, essa pode unir inextricavelmente (art. 3º) o princípio da soberania à nação (em conformidade com o étimo, *natio* significa, na origem, simplesmente “nascimento”). (2010, p. 4)

O filósofo então convoca a deixar de olhar para a Declaração como um instrumento de proclamação de valores metajurídicos vinculantes ao legislador, para ser visto diante da sua real função no Estado Moderno: a inscrição originária da vida nua natural na ordem jurídico-política, controlada pelo Estado e que é o seu fundamento. O fundamento do Estado-nação encontra-se na união do princípio da natividade e da soberania, e “os direitos são, pois, atribuídos ao *homem* apenas na medida em que ele é pressuposto imediatamente evanescente (ainda que não deva vir a lume como tal) do *cidadão*.” (AGAMBEN, 2010, p. 5)

¹⁴ Apesar de não ser considerado um dos livros do Projeto *Homo Sacer*, “Meios sem fim”, publicado na Itália em 1996, é, segundo o próprio Agamben, um conjunto de textos (escritos entre 1990 e 1995) que se referem, cada um a seu modo, a um canteiro de obras cujo primeiro fruto foi a publicação do primeiro volume de *Homo Sacer*, o poder soberano e a vida nua (AGAMBEN, 2015).

¹⁵ Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. Artigo 1º- Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundar-se na utilidade comum.

Artigo 2º- O fim de toda a associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses Direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

Artigo 3º- O princípio de toda a soberania reside essencialmente em a Nação. Nenhuma corporação, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que aquela não emane expressamente.

Pode-se dizer, então, que o poder soberano divide a sociedade entre aqueles aptos a exercerem a sua cidadania e os impossibilitados a tais direitos, apesar de teoricamente serem sujeitos desses mesmos direitos. Agamben, assim, afirma que na “biopolítica moderna, soberano é aquele que decide sobre o valor ou sobre o desvalor da vida enquanto tal”. (AGAMBEN, 2014, p. 149). É no controle biopolítico do direito de vida e de morte que está a figura do *homo sacer*.

O *homo sacer*, do antigo direito romano, é um indivíduo não sacrificável e ao mesmo tempo matável, o homem sacro, por estar destituído completamente da condição humana de protegido pelo direito. Uma figura jurídico-política pelo qual uma pessoa, ao ser proclamada *sacer*, era legalmente excluída do direito. Esta condição impedia-o de ser legalmente morto (sacrificado), porém qualquer um podia matá-lo, pois a lei não punia por isso. Beek (2012) esclarece que, no arcaico direito romano, a frase *sacer esto* era usada em fontes religiosas e seculares, indicando uma penalidade por um erro cometido.

Esta sacralidade da sua vida configura-se não uma ambiguidade, mas uma dupla exceção: o *homo sacer* é excluído incluindo-o – tanto do direito divino, pois não pode ser objeto de sacrifício, como do direito dos homens – diante da possibilidade de dispor de sua vida sem cometer homicídio¹⁶. Neste sentido, Castro (2016, p. 65) explica que a sacralidade da vida é uma produção política, a contraparte do poder soberano, da *vitae necisque potestas* (poder de vida e poder de morte).

O *homo sacer* é o incluído pela exclusão e excluído de forma inclusiva. Ao ser incluído pelo abandono está exposta à vulnerabilidade de todas as formas de violência. Essa figura paradoxal, utilizada por Giorgio Agamben, revela os dois indivíduos que estão fora e acima da ordem: o *homo sacer* e o soberano.

A vida humana abandonada pelo direito, o *homo sacer*, existe porque há uma vontade soberana que tem o poder de suspender a ordem, decretar a exceção e a existência da vida nua. Esta vida nua foi colocada para fora da jurisdição humana, tendo como maior exemplo, trazido por Agamben, a vida no campo de concentração.

Agamben utiliza-se dessa figura histórica para afirmar que *homo sacer* é a vida abandonada pelo direito, a vida nua. Neste contexto, o corpo é o elemento primordial

¹⁶ Soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar sacrifício; e sagrada, exposta à morte e insacrificável, é a vida que foi capturada nessa esfera. [...] A sacralidade da vida, que hoje se pretende valer contra o poder soberano como um direito humano fundamental em todo sentido, expressa na origem, ao contrário, precisamente a sujeição da vida a um poder de morte. Sua irreparável exposição na relação de abandono. (AGAMBEN, 2014, p. 92-93)

da estratégia política do soberano, pois ao tomá-lo sem identidade jurídica, demonstra com clareza que a *bíos*, como a vida política, fora reduzida a *zoé*, aqui como vida animal, biológica.

O que *homo sacer* revela é a existência do soberano como figura essencial do direito ocidental e da sua ordem política. O soberano existe porque tem o poder de decretar a exceção do direito, ou seja, suspender o direito para decretar a existência da vida nua. Só um poder soberano, que esteja fora da ordem e acima do direito, tem o poder de decretar a suspensão do direito para os outros. (RUIZ, 2011)

Neste sentido, o filósofo sugere haver a noção de *bando*, que por si só, significa a existência um paradoxo: é, ao mesmo tempo, o ato do poder soberano de se incluir no âmbito da legislação alguém que será, por esta razão, excluído de sua comunidade. Aplicando-se a lei, que não lhe garante direitos, mas excepcionalidades, se exclui os indivíduos, que se despersonalizam frente a sua comunidade, o que os torna incluídos-excluídos. Agamben chama *bando* à relação de soberania e refere-se tanto à vida excluída da comunidade quanto à insígnia do soberano.

A relação de abandono é, de fato, tão ambígua, que nada é mais difícil do que desligar-se dela. O *bando* é essencialmente o poder de remeter algo a si mesmo, ou seja, o poder de manter-se em relação com um irrelato pressuposto. O que foi posto em bando é remetido à própria separação e, juntamente, entregue à mercê de quem o abandona, ao mesmo tempo excluído e incluído, dispensado e, simultaneamente, capturado (AGAMBEN, 2014, p. 109)

Esta exposição do limiar entre vida e direito, no domínio do estatuto da vida nua, em que interno e externo se confundem, constituem a relação de exceção que é uma relação de bando. Uma relação paradoxal e de indeterminação em que, excluído, o *banido* estará ainda ligado por esta situação de *abandono*. Por um lado excluído e exposto, por outro incluído e ligado ao bando, haja vista a sua exclusão. Esta permanência do controle político sobre aquele que foi “abandonado” pelo “bando” é a pedra de toque do exercício da soberania, pois “a implicação da vida nua na esfera política constitui o núcleo originário – ainda que encoberto – do poder soberano” (2014, p. 14).

A política se apresenta, então, como uma inclusão exclusiva (uma *exceptio*) da *zoé* na *pólis* e a estrutura política fundamental em que a vida nua é incluída no ordenamento por intermédio da sua exclusão é o estado de exceção.

Agamben inicia sua reflexão na obra “Estado de Exceção *Homo Sacer* II, I”

esclarecendo que falta uma teoria do estado de exceção no âmbito do direito público, além da própria dificuldade de definir o termo por situar-se “no limite entre a política e o direito” (2004, p. 11). Castro (2016) precisamente mostra que o objetivo do filósofo é pôr as bases para uma interpretação do estado de exceção como condição para definir a relação que une e simultaneamente abandona o sujeito ao direito, bem como apresentá-lo como paradigma da política contemporânea.

Agamben assinala que, no decorrer do século XX, a partir do totalitarismo, assistiu-se a um paradoxal fenômeno denominado “guerra civil legal”, pois todo o Terceiro Reich nazista pode ser considerado um estado de exceção que durou 12 anos, pois o *Decreto para a proteção do povo e do Estado*, promulgado por Hitler em fevereiro de 1933, que suspendia as liberdades individuais previstas na Constituição de Weimar nunca foi revogado. Desde esse momento, “a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos” (AGAMBEN, 2004, p. 13). Sendo assim, de acordo com as investigações agambenianas, este episódio histórico do século XX avançou de uma medida excepcional para uma técnica de governo dominante na atual política das democracias do Ocidente.

O estado de exceção avançou assim para hoje ser utilizado como paradigma de governo e especialmente utilizando-se do argumento da segurança. Para Agamben, o significado mais claro do estado de exceção, em que o direito inclui o vivente por meio de sua própria suspensão, está na edição pelo presidente dos EUA da “*military order*” de 13 de novembro de 2001, e o “*USA Patriot Act*”, promulgado pelo Senado em 26 de outubro de 2001. Ambos ocorrem após os ataques terroristas nos EUA, em 11 de setembro de 2001, que desencadearam a campanha militar contra o terrorismo.

O “*military order*” autorizou a detenção por tempo indefinido, “*indefinite detention*”, daqueles considerados não cidadãos suspeitos de participação em atividades terroristas e o seu processo e julgamento perante “*military commissions*”. Além desta ordem militar, o “*USA Patriot Act*” determinava a prisão de estrangeiro suspeito de atividades que pusessem em risco a segurança nacional.

A novidade da ‘ordem’ do presidente Bush está em anular radicalmente todo estatuto jurídico do indivíduo, produzindo, dessa forma, um ser juridicamente inominável e inclassificável. Os talibãs capturados no Afeganistão, além de

não gozarem do estatuto de POW [prisioneiros de guerra] de acordo com a Convenção de Genebra, tampouco gozam daquele de acusado segundo as leis norte-americanas. Nem prisioneiros nem acusados, mas apenas *detainees*, são objeto de uma pura dominação de fato, de uma detenção indeterminada não só no sentido temporal mas também quanto à sua própria natureza, porque totalmente fora da lei e do controle judiciário. A única comparação possível é com a situação jurídica dos judeus nos *Lager* nazistas: juntamente com a cidadania, haviam perdidos toda identidade jurídica, mas conservavam pelo menos a identidade de judeus. Como Judith Butler mostrou claramente, no *detainee* de Guantánamo a vida nua atinge sua máxima indeterminação (2004, p. 14-15)

Neste sentido, é relevante recordar o episódio em que o próprio Giorgio Agamben cancelou os seus cursos nos EUA diante da regra estabelecida após o episódio de 11 de setembro de 2001 que para ingressar nos Estados Unidos com visto o indivíduo deveria ser fichado e ter de deixar suas impressões digitais registradas ao entrar no país, Agamben recusou-se a submeter-se a tais procedimentos. Segundo o autor, este episódio é revelador do “estatuto jurídico-político (talvez fosse mais simples dizer biopolítico) dos cidadãos nos Estados supostamente democráticos em que vivemos” (AGAMBEN, 2004a). O filósofo viu nesta técnica o avanço do que Foucault chamava de animalização progressiva do homem implementada pelas técnicas mais sofisticadas. Para ele, “a nova relação biopolítica supostamente “normal” entre os cidadãos e o Estado” nada tem mais nada a ver com a participação livre e ativa na esfera pública, mas “diz respeito ao registro e fichamento do elemento mais privado e incomunicável da subjetividade”, qual seja, a vida biológica dos corpos (AGAMBEN, 2004a).

Diante desse paradigma de governo contemporâneo, Agamben realiza uma investigação sobre a história do estado de exceção e articula as bases teóricas de sua teoria. Inicialmente o filósofo mostra como o estado de exceção evoluiu nas Constituições e na legislação de democracias ocidentais ao longo do século XX, com diferentes nomenclaturas e definições: “*état de siège*” (estado de sítio), “*martial law*” (lei marcial), estado de necessidade ou ditadura. Ele acentua que as tradições jurídicas buscam localizar o estado de exceção como interior ao ordenamento jurídico ou exterior a ele, isto é, um fenômeno político ou extrajurídico, mas, para o filósofo, o estado de exceção não está nem interior nem exterior ao ordenamento, sua localização é uma zona de indiferença “em que dentro e fora não se excluem mas se indeterminam” (AGAMBEN, 2008, p.39).

Agamben explica que a tentativa mais rigorosa de construção de uma teoria do estado de exceção é de Carl Schmitt, que publicou esta teoria pela primeira vez em

1921. A pesquisa agambeniana expõe, então, as teses fundamentais da doutrina schmittiana do estado de exceção.

Inicialmente o filósofo esclarece que, Schmitt, em sua elaboração inicial, apresenta o estado de exceção através da ideia de ditadura, e distingue esta entre “ditadura comissária” e “ditadura soberana”. A primeira visa defender ou restaurar a Constituição vigente, a partir da possibilidade de sua suspensão, distinguindo-se as normas entre “normas de direito” e “normas de realização do direito”. Já a segunda não se limita em suspender a Constituição vigente porque há uma previsão jurídica que lhe permite esta suspensão, mas objetiva instaurar uma nova Constituição. Na ditadura soberana tem-se então a distinção entre “poder constituinte” e “poder constituído”. Todavia, afirma Agamben que a própria teoria e a prática apresentam uma confusão entre estas ditaduras.

Posteriormente, Schmitt desenvolve em “*Politische Theologie*” (Teologia Política), uma teoria do estado de exceção como doutrina da soberania, apresentando uma distinção fundamental entre *norma* e *decisão*, ambos autônomos. Com a suspensão da norma, o estado de exceção revela o elemento jurídico da decisão, sendo o soberano o responsável por ela, encontrando-se fora e pertencente a esta ordem jurídica¹⁷.

O poder soberano e a lógica da soberania estão fortemente relacionados às ideias desenvolvidas por Carl Schmitt e posteriormente reformuladas por Agamben em torno da noção de *nomos*, algo que não está contido no direito, mas que o contém. Uma espécie de ordenação territorial que garante que nada esteja fora do direito, e que, ao mesmo tempo, assegure que alguns indivíduos sejam abandonados pelo direito e, simultaneamente, relegados ao próprio direito, que se afigura, desse modo, como mais uma estrutura topológica paradoxal assentada na linguagem (PARSLEY, 2011, p. 119-122).

É o soberano, assim, que decide sobre a exceção, encontrando-se o estado de exceção numa inclusão e captura de um espaço que não está fora nem dentro, numa relação de dentro/fora, de inclusão/exclusão, anomia/*nomos*.

“Uma área onde essa aplicação é suspensa, mas onde a lei, enquanto tal, permanece em vigor” (AGAMBEN, 2004, p. 49). O estado de exceção não despreza

¹⁷ *Estar-fora e, ao mesmo tempo, pertencer*: tal é a estrutura topológica do estado de exceção, e apenas porque o soberano que decide sobre a exceção é, na realidade, logicamente definido por ela em seu ser, é que ele pode também ser definido pelo oxímoro estase-pertencimento. (AGAMBEN, 2004, p. 57)

o ordenamento jurídico, ao contrário, compõe com ele a lógica da exceção. Ele se apresenta como uma lacuna fictícia no ordenamento com o objetivo de proteger uma norma e sua aplicabilidade. O estado de exceção seria, nesse caso, a única forma de preencher esta “fratura essencial” do direito, exercida pelo soberano.

Entretanto, ao contrário de Schmitt, Agamben faz uma distinção entre ditadura e estado de exceção, vez que, para ele, “o estado de exceção não se define, segundo o modelo ditatorial, como uma plenitude de poderes, um estado *pleromático* do direito, mas, sim, como um estado *kenomático*, um vazio e uma interrupção do direito” (2004, 75).

Agamben destaca ainda, dentre as características essenciais do estado de exceção, o fato de que cada vez haver confusão entre os atos do Poder Executivo e do Legislativo, numa ocupação crescente do Executivo em editar atos normativos com força de lei.¹⁸ É assim que se verifica o avanço de atos do Executivo com força de lei em que os dispositivos de exceção são hoje amplamente utilizados como medida de segurança pelos Estados ditos democráticos.

Em sua investigação arqueológica paradigmática, Agamben também retoma um instituto do direito romano que pode ser considerado o arquétipo moderno do estado de exceção: o *iustitium*¹⁹. Em Roma, diante de uma notícia que algo poderia pôr em risco a República – uma guerra externa, uma insurreição ou uma guerra civil, o Senado tinha o poder de emitir um *senatus consultum ultimum*, baseado em um decreto que declarava o *tumultus* – a situação de emergência – e os Senadores pediam aos cônsules, pretores, tribunos da plebe ou, até mesmo, o cidadão, que tomassem as medidas consideradas necessárias para salvar o Estado. O *senatus-consulto* dava lugar, por vezes, à proclamação do *iustitium*.

O termo *iustitium* – construído exatamente como *solstitium* – significa literalmente “interrupção, suspensão do direito”: quando *ius stat* – explicam etimologicamente os gramáticos – *sicut solstitium dicitur* (*iustitium* se diz quando o direito para, como [o sol no] solstício); ou, no dizer de Aulo Gellio, *iuris quae interstitio quaedam et cessatio* (quase um intervalo e uma espécie de cessação do direito).

¹⁸ [...] Isso significa que o princípio democrático da divisão dos poderes hoje está caduco e que o poder executivo absorveu de fato, ao menos em parte, o poder legislativo. O Parlamento não é mais o órgão soberano a quem compete o poder exclusivo de obrigar os cidadãos pela lei: ele se limita a ratificar os decretos emanados do poder executivo. Em sentido técnico, a República não é mais parlamentar e, sim, governamental. (AGAMBEN, 2004, p. 32)

¹⁹ [o *iustitium*] permite observar o estado de exceção em sua forma paradigmática, nos serviremos dele aqui como um modelo em miniatura para tentar explicar as aporias que a teoria moderna do estado de exceção não consegue resolver. (AGAMBEN, 2004, p. 67)

É o paradoxal sentido deste instituto jurídico que Agamben ressalta, a produção do vazio jurídico, diante da suspensão do direito enquanto tal e da singularidade do espaço anômico. Para o filósofo, o fundamento para o Senado suspender o direito e instaurar o *iustitium* “não era, de fato, nem *imperium*, nem *potestas*, mas *auctoritas*: *auctoritas patrum* é o sintagma que define a função específica do Senado na constituição romana” (AGAMBEN, 2004, p. 115). No entanto, a categoria *auctoritas* possui dificuldades para a sua definição, pois se refere a uma fenomenologia jurídica tanto do direito privado como do direito público.

Sendo assim, Agamben (2004, p. 77) apresenta como “conclusão provisória” de sua pesquisa sobre estado de exceção que

O sistema jurídico do Ocidente apresenta-se como uma estrutura dupla, formada por dois elementos heterogêneos e, no entanto, coordenados: um elemento normativo e jurídico em sentido estrito – que podemos inscrever aqui, por comodidade, sob a rubrica de *potestas* – e um elemento anômico e metajurídico – que podemos designar pelo nome de *auctoritas*.

O elemento normativo necessita do elemento anômico para poder ser aplicado. O estado de exceção é, então, o dispositivo que deve manter juntos e coordenados esses dois elementos, “instituinto um limiar de indecidibilidade entre anomia e *nomos*, entre vida e direito, entre *auctoritas* e *potestas*”. Sendo ainda caracterizado por um vazio de direito, em que as distinções jurídicas não funcionam e, diante deste estado de anomia jurídica, ele se mostra como um paradigma constitutivo da própria ordem jurídica.

Diante da sua investigação sobre o *iustitium*, Agamben chega as seguintes conclusões (2004, p. 78-80): 1) o estado de exceção não é uma ditadura, “mas um espaço vazio de direito, uma zona de anomia em que todas as determinações jurídicas – e, antes de tudo, a própria distinção entre público e privado – estão desativadas”, sendo falsas as teorias que buscam vincular o estado de exceção ao direito; 2) esse espaço vazio aparenta ser essencial para à ordem jurídica, o que faz com que ela busque manter uma relação com ele; 3) os atos cometidos durante o *iustitium* não são de natureza jurídica definível, situando-se em um “não lugar absoluto”; 4) tal indefinibilidade e não lugar correspondem a uma ideia de uma força de lei; esta “força de lei separada da lei, o *imperium* flutuante, a vigência sem aplicação” onde “o direito tenta incluir em si sua própria ausência”.

A biopolítica, então, é uma concepção que rompe com a perspectiva contratualista de formação do Estado²⁰, o consenso que instaurou e legitima o Estado Democrático de Direito. O mito de fundação da modernidade que atrela as categorias da política à figura do Estado como organização jurídica da *civitas* (GIACOLA JUNIOR, 2013). Neste ponto, Castro (2016, p. 67) explica que Agamben ao enfrentar o pensamento de Hobbes, sustenta que não é o contrato o que funda a potestade da soberania, mas a sobrevivência do estado de natureza no seio do estado civil. A violência do poder soberano não está fundada no pacto, mas na relação de inclusão exclusiva da vida nua no Estado.

[...] o maior aporte de Agamben não consiste em pôr em relevo essa relação [*homo sacer* e corpo do imperador], mas na consequência que extrai dela a respeito da leitura da obra de Hobbes ou, mais precisamente, da expressão hobbesiana *homo homini lupus* (o homem é para o homem um lobo), com a que descreve o estado de natureza. Nesse estado, o homem é para o homem um *homo sacer*: todos podem dispor da vida dos outros, sem cometer homicídio e sem necessidade de celebrar sacrifícios. O direito que possui o soberano de dispor da vida dos cidadãos não é um direito que haja sido dado, mas que lhe foi deixado.

O local de inscrição da vida nua no espaço de exceção permanente é o campo, que corresponde a uma localização sem ordenamento. O campo é o espaço biopolítico de total controle da vida, “é apenas o local onde se realizou a mais absoluta *conditio inhumana* que se tenha dado sobre a terra” (AGAMBEN, 2014, p. 162).

Agamben afirma, assim, que o campo é o paradigma da biopolítica, sendo este o espaço aberto pela exceção tornada regra. Ele está presente em todos os espaços contemporâneos em que há a suspensão de toda e qualquer garantia jurídica criada e a vida nua alcança sua máxima indeterminação.

E o indivíduo que representa a situação-limite do campo, a maior expressão de abandono da existência humana, com o despojamento de todo o estatuto político-jurídico e redução integral à vida nua é o muçulmano. Aquele que viveu o limite entre o humano e o não-humano na realidade do campo de concentração, retratado por Agamben no campo de Auschwitz. Para o filósofo, Auschwitz não é apenas o símbolo do horror que marcou indelevelmente a história contemporânea, mas a prova de que

²⁰ Ressalte-se que as correntes filosóficas do Contratualismo, que têm como principais representantes Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, são os principais marcos teóricos da maioria das pesquisas jurídicas que investigam o poder e que tentam explicar a origem e a importância da construção das sociedades.

o *nomos* do espaço político contemporâneo é o campo de concentração e não a idealizada *pólis* (cidade).

Castro (2016, p. 91-92) afirma que, em “O que resta de Auschwitz”, Agamben reflete sobre o significado ético do extermínio e a sua atualidade. E o lugar em que a aporia de Auschwitz mostra-se com mais força é no testemunho, que “representa o encontro entre duas impossibilidades: a do próprio testemunho e de sua linguagem”. Quem padeceu no campo de concentração não pode testemunhar e os sobreviventes tampouco podem dar o testemunho integral. E o “intestemunhável” tem nome, no campo de concentração é o muçulmano.

Agamben ressalta que a própria origem do termo *der Muselmann*, o muçulmano, gera discordâncias. O fato é que o muçulmano representa “o umbral extremo entre a vida e a morte, entre o humano e o inumano” (2008, p. 55).

Muselmann, alguém privado daquilo que os cânones filosóficos consideram a essência do humano, isto é, a capacidade de linguagem, a despeito de sua resiliência biológica (CLEMENS, 2011, p. 118-119). É o preso sem rosto do campo de concentração que abandonou a luta e não pode mais ser chamado de vivo, um cadáver ambulante sem consciência do mal ou do bem. A imagem do *Muselmann* funciona, desse modo, como uma alegoria, na medida em que traduz o traço definidor do poder soberano, a possibilidade sempre à espreita do campo, o local em que os seres humanos são desprovidos da potência do discurso e desprovidos da aptidão de ser sujeito da própria experiência, uma vez que privados de linguagem.

Na obra, Agamben demonstra que o exercício biopolítico sobre a vida ganha contornos ainda mais aprofundados. Se o fazer viver e deixar morrer – como visto anteriormente – é a marca do biopoder, entre esta fórmula e a do poder soberano do velho Estado territorial, há uma terceira que define mais especificamente a biopolítica do século XX, já não *fazer morrer*, nem *fazer viver*, mas *fazer sobreviver*.

Nem a vida nem a morte, mas a produção de uma sobrevivência modulável e virtualmente infinita constitui a tarefa decisiva do biopoder em nosso tempo. Trata-se, no homem, de separar cada vez a vida orgânica da vida animal, o não-humano do humano, o muçulmano da testemunha, a vida vegetal mantida em funcionamento mediante as técnicas de reanimação da vida consciente, até alcançar um ponto-limite que, assim como as fronteiras da geopolítica, é essencialmente móvel e se desloca segundo o progresso das tecnologias científicas e políticas. (AGAMBEN, 2008, p. 155-256)

A ambição do poder soberano nesta fórmula de *fazer sobreviver* é produzir no

corpo humano a absoluta separação entre a *zoé* e o *bíos*, o ser vivo e o ser que fala, o não-homem e o homem: a sobrevivência. Ela tornou-se o ponto em que a face visível (*jus imperii*) e a oculta (*arcanum*) do poder se coincidem, vindo à luz o *arcanum imperii*. O muçulmano, assim, é “não só, e nem tanto, um limite entre a vida e a morte; ele marca, muito mais, o limiar entre o homem e o não-homem” (2008, p. 62).

No entanto a degradação do ser humano não se inicia no campo, pelo contrário, nele se completa. Como demonstrou Hannah Arendt, em “As origens do totalitarismo”, o propósito dos campos de concentração é o domínio total do homem, mediante uma série de violências que objetivavam não a sua morte, mas a sua “desumanização”. Nesta perspectiva, o muçulmano é o produto final desta experiência biopolítica. Para Arendt, (2012, p. 488-489), os campos de concentração e de extermínio têm o objetivo de “não apenas a exterminar pessoas e degradar seres humanos, mas também servem à chocante experiência da eliminação, em condições cientificamente controladas, da própria espontaneidade como expressão da conduta humana, e da transformação da personalidade humana numa simples coisa”.

É no contexto biopolítico de “vida que não merece ser vivida” que a produção contínua de “cadáveres vivos” faz de Auschwitz “[...] exatamente o lugar em que o estado de exceção coincide, de maneira perfeita, com a regra, e a situação extrema converte-se no próprio paradigma do cotidiano” (2008, p. 57). Foi a sua transformação em regra que fez do campo de concentração o lugar em que “tudo é possível”. Com o despojamento de sua condição de sujeito de direito, desprovido de qualquer proteção jurídica, o indivíduo é unicamente vida biológica em um espaço de exceção permanente, o campo.

1.2 Biopolítica e Direitos Humanos

O campo dos direitos humanos é múltiplo e permeado de diferentes interpretações sobre o seu conceito, o que torna desafiadora a tarefa, neste trabalho, de apresentar uma conceituação. Estas leituras diferentes e, por vezes, divergentes, revelam numerosas formas do ser humano compreender a sua realidade e se expressar, refletindo-se no desenvolvimento de variadas dimensões teórico-filosóficas para conceituar os direitos humanos, pois como esclarece Agamben (2004, p. 15), “a terminologia é o momento poético do pensamento, então as escolhas terminológicas nunca podem ser neutras”.

As declarações de direitos têm uma função biopolítica nos Estados Democráticos de Direito, ao ser o instrumento de passagem do súdito ao cidadão, onde, com o nascimento, o sujeito torna-se o portador imediato da soberania, com a sua inscrição na ordem jurídico-política (AGAMBEN, 2014). Nesta perspectiva, estas declarações possuem uma função histórico-política dupla: são emancipadoras, contribuindo para a luta por conquistas de melhoria de vida da população e integram os processos de sujeição da vida nua ao poder soberano. Os direitos humanos, utilizados nesta segunda função, são normas simbólicas²¹ que surgem não para modificar a realidade social, pelo contrário, pretende-se arrefecer as lutas por dignidade e conformar o sujeito na vida de exclusão. A relação exclusiva-inclusiva proporcionada pela linguagem no âmbito das relações intersubjetivas capaz de manter a reflexão sobre o viver dá lugar a um espaço de mera vida, que retira qualquer possibilidade de existência de singularidades em meio a um simulacro de sacralidade da vida. Consequentemente, no vocabulário atribuído a direitos humanos, a vida nua, usada como estratégia de poder, é debilmente preservada por normativas que carecem de efetividade por traduzirem conceitos desprovidos de conteúdo material em razão de estarem ligados não a direitos, mas a excepcionalidades.

Ao texto (Declarações, Tratados, Constituições, por exemplo) includente contrapõe-se à realidade excludente e sem a adoção de medidas para iniciar um processo de concretização de direitos, inviabilizando o compromisso formalmente estabelecido nestes documentos de construir uma sociedade menos desigual. No mesmo sentido, Marcelo Neves (2008, p. 421) indica que a força simbólica dos direitos expressa uma ambivalência, pois as declarações de direitos servem à manutenção do *status quo* de carência dos direitos, bem como à superação de situações concretas de negação dos direitos.

Os direitos humanos enquanto mecanismo para superar a desigualdade são meios para alcançar a dignidade (FLORES, 2008). Todavia, o sentido de dignidade

²¹ A expressão “simbólica” é utilizada na visão do constitucionalista Marcelo Neves (1994) para explicar o fenômeno da positivação de direitos, no caso específico da constitucionalização – inscrição de direitos na Constituição, e o seu efeito simbólico. A constitucionalização simbólica é um fenômeno de produção do texto normativo, revelando que o sentido político prevalece hipertrofiado em relação ao aparente sentido normativo-jurídico. Desse modo, as declarações de direitos, apesar de sua previsão em dispositivo legal, encontram-se em descompasso com a realidade social e com o próprio sistema constitucional. Segundo o autor, este fenômeno pode ser para: a) confirmar valores sociais; b) demonstrar a capacidade de ação do Estado; ou c) adiar a solução de conflitos sociais através de compromissos dilatórios. Sobre o tema: NEVES, Marcelo. **A Constitucionalização Simbólica**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1994.

empregado aqui não é o comumente trazido na teoria tradicional dos direitos humanos, expressão cunhada pela teoria crítica, e que se reflete nos documentos normativos internacionais.

A dignidade humana é frequentemente evocada como o núcleo axiológico fundamental dos tratados internacionais e das Constituições nos Estados Democráticos de Direito que consideram os direitos inalienáveis. No entanto, Arendt (2012) afirma que este sujeito emancipado e “abstrato”, que leva em si mesmo a sua dignidade, contém um paradoxo. Os direitos são considerados inalienáveis porque se supõe que são independentes dos governos, porém, quando os indivíduos são excluídos da comunidade política, quando os direitos se tornam mais necessários e urgentes, estes tornam-se inexecutáveis. Para Arendt, (2012, p. 403) “[a] privação fundamental dos direitos humanos manifesta-se, primeiro e acima de tudo, na privação de um lugar no mundo que torne a opinião significativa e a ação eficaz”. Muito mais do que a privação dos direitos considerados inerentes, como a vida e a liberdade, há a privação do direito de ação e de opinião. Diante deste alheamento da realidade “[p]rivilégios (em alguns casos), injustiças (na maioria das vezes), bênçãos ou ruínas lhes serão dados ao sabor do acaso e sem qualquer relação com o que fazem, fizeram ou venham a fazer”. (ARENDT, 2012, p. 403).

Esta debilidade da proteção dos direitos humanos, a sua não aplicação diante das situações que mais clamam por efetividade, evidencia que estes direitos são processos de luta e não uma inerência do ser humano. Na visão da teoria crítica dos direitos humanos, apresentada por Herrera Flores (2008), esses são sempre resultados provisórios das lutas sociais por dignidade, sendo esta:

Entendendo por dignidade, não o simples acesso aos bens, mas que dito acesso seja igualitário e não esteja hierarquizado a priori por processos de divisão do fazer que colocam a uns em âmbitos privilegiados à hora de aceder aos bens e a outros em situações de opressão e subordinação. Mas cuidado! Falar de dignidade humana não implica fazê-lo de um conceito ideal ou abstrato. A dignidade é um fim material. Um objetivo que se concretiza em dito acesso igualitário e generalizado aos bens que tornam que a vida seja ‘digna’ de ser vivida. (FLORES, 2008, p. 26)

O conceito ultrapassa a ideia abstrata de dignidade e questiona as assimetrias sociais, afirmando que estas são inerentes ao modelo de sociedade capitalista e que parte da luta pela efetivação de direitos humanos passa pelo questionamento da estrutura social vigente e de sua visibilização. O papel desta construção crítica de

direitos humanos é mostrar os desequilíbrios de poder da sociedade e os seus reflexos nas relações sociais, com a produção de desigualdade e discriminação.

Ávila (2014, p. 258) aponta que, na linguagem atribuída aos direitos humanos, a inerência da dignidade humana de todos os membros da família humana é retratada nos documentos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC).

A autora também ressalta o problema do conceito abstrato de dignidade da pessoa humana e que “muitos dos Estados que assim positivaram sua intenção de proteger a dignidade da pessoa humana, por meio de Declarações e tratados, são os que menos procuram efetivar clareza de linguagem sobre seu significado” (2014, p. 260-261). O discurso dos direitos humanos para estes Estados torna-se, então, um mecanismo para manutenção do *status quo*, ante a ausência de práticas reais de construção da dignidade de seus cidadãos.

Para a teoria tradicional, os direitos humanos caracterizam-se pela inalienabilidade, indivisibilidade, interdependência e inter-relação de direitos, “além do construtivismo do chamado mínimo ético irreduzível, que permitiria a discussão sobre questões de cunho cultural, mas preservando um conteúdo conceitual que não poderia ser relativizado, ligado à dignidade da pessoa humana” (ÁVILA, 2014, p. 258). Esses direitos, então, são atributos da pessoa humana e poderiam ser invocados por todos os indivíduos frente ao Estado, seja para limitar a sua interferência desmedida, seja para obrigar a satisfação de obrigações que garantissem a dignidade humana. Dessa visão de direitos humanos, também há o aspecto geracional ou dimensional dos direitos humanos²² que ainda norteia as discussões da positivação nas declarações de direitos e a atuação do Estado para efetivá-los.

Recorrente nos discursos hegemônicos, a universalidade traz em seu bojo uma ideia de aplicabilidade dos direitos humanos globalmente. Dessa forma, uma essência comum a todos serve de base para a determinação dos direitos cuja importância os leva ao *status* de humanos e, por conseguinte, merecedor de tutela internacional.

²² A classificação do rol dos direitos humanos em gerações é atribuída ao jurista francês Karel Vasak e compreende o processo histórico de contínua constitucionalização destes direitos na ordem interna dos Estados e a positivação nos documentos internacionais de direitos humanos, tal concepção compreende os direitos humanos em gerações, inspiradas nos ideais da Revolução Francesa de liberdade, igualdade e fraternidade. Sobre o tema: BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

Trata-se do chamado universalismo de partida, cuja pretensão é o desenvolvimento de uma teoria equânime, alheia às peculiaridades de cada sociedade. Tal teoria, segundo Joaquín Herrera Flores (2004, p. 365-366), cinge-se de uma “visão abstrata, vazia de conteúdo, referenciada nas circunstâncias reais das pessoas e centrada na concepção ocidental de direito e do valor da identidade”. Ela determina uma racionalidade jurídico-formal, de práticas pretensamente universalistas. Esta racionalidade moderna de partida universaliza um cenário particularista, ou seja, “o modo de produção e de relações sociais capitalistas, como se fosse o único modo de relação humana. [...] um pré-juízo ao qual deve adaptar-se toda a realidade”.

Tais aspectos da teoria tradicional formalista, normativa e idealista, no entanto, não são capazes de tornar as categorias normativas dos direitos humanos uma prática da ação social para todos. A proposta, então, é de uma teoria realista, histórica e contextualizada que incentive os processos de lutas para que os direitos humanos sejam “[...] vistos, e postos em prática, como o produto de lutas culturais, sociais, econômicas e políticas por ‘ajustar’ a realidade em função dos interesses mais gerais e difusos de uma formação social, ou seja, os esforços por buscar o que faz que a vida seja digna de ser vivida” (FLORES, 2008, p. 190).

Nesta perspectiva, Herrera Flores (2008) examina se os direitos humanos são um produto cultural surgido num contexto específico das relações sociais ou um produto natural que os seres humanos levam inscrito em sua história genética, e defende-os como a prática de processos sociais, econômicos, políticos e normativos, que permitam tanto a abertura quanto a consolidação de espaços de luta pela dignidade. Esta é uma perspectiva que se contrapõe à teoria tradicional, que é fundamentada em conceitos positivistas ou jusnaturalistas de direitos humanos originados na natureza humana ou na lei. Além disso, pensar que os direitos humanos são produtos coloca o sujeito a enxergar o outro, aquele considerado historicamente como o incivilizado, passa a ser visto como um indivíduo que ao longo da história percorreu um caminho diferente e buscou elementos, a partir de sua realidade, para atingir as suas próprias concepções de dignidade.

Mas qual o fundamento da teoria crítica? Herrera Flores (2008) diz que esta é uma aposta ética e que tem três funções: epistêmica, ética e política, que se relacionam e se complementam. Na função epistêmica, busca-se tornar visíveis as relações sociais existentes; ao visibilizá-las, assume uma função ética, pois evidencia as contradições presentes e cria uma desestabilização da ordem socialmente

estabelecida. Adquire-se, então, a função política, ao prescrever a necessidade de transformação da realidade social a partir da teoria, haja vista que os esquemas teóricos em si não transformam realidade alguma, cabendo a eles antes o objetivo de ser norteador dos processos de mudança.

É esta visão emancipadora do ambivalente discurso dos direitos humanos que deve caminhar a luta por sua concretização. Entretanto, o caráter bifronte dos direitos humanos, especificamente o uso biopolítico dos direitos humanos, precisa ser exposto como forma de fortalecimento de seu papel de emancipação e de resistência, pois “são esses direitos, constitucionalmente assegurados como liberdades públicas, que, desde sua positivação, demarcaram as trincheiras de resistência do cidadão contra os excessos de arbítrio do poder soberano” (GIACOIA JUNIOR, 2008). Uma crítica contundente aos direitos humanos necessita levar em conta o *homo sacer* da sociedade, os indivíduos que assumem o caráter mais dramático e vulnerável da vida humana, o *bandido* da atualidade.

Para Giacoia Junior (2008), a preocupação fundamental de Agamben é que “sua crítica radical da doutrina dos direitos humanos tem em vista liberar a política do paradigma do bio-poder, separá-la de sua vinculação sempiterna com o Estado e com o Direito”. Nesse caminho, o estado biopolítico contemporâneo precisa ser desvelado para mostrar esta relação entre vida nua e política, sendo possível que os direitos humanos sejam a prática e o discurso contra a opressão e a dominação.

Fundamentado nos estudos de Agamben, Oswaldo Giacoia Junior (2008) explica que, na era da biopolítica, em que a vida passa a ocupar um lugar central na política, é necessário conscientizar-se da função histórico-política do trinômio nação/nacionalidade, soberania e poder jurídico sobre a vida. Isto quer dizer que, para além de compreender a função emancipatória dos direitos humanos e o papel de sua positivação, é necessário perceber como as declarações de direito integram o dispositivo de *abandono* da vida nua à violência dos mecanismos de poder.

Diante desta era do biopoder, de inclusão da vida biológica pela racionalidade do Estado, Giacoia Junior (2008) propõe uma aproximação entre vida nua e vida sacra. Para ele, é a sacralidade, comum ao *homo sacer* e ao caráter sagrado dos direitos humanos, que institui a cumplicidade entre vida nua e poder do direito.

Esta crítica radical aos direitos humanos é a tentativa de evidenciar o paradoxo dos direitos humanos, diante da sua ambivalência: a vida nua não é uma falha de efetivação de direitos humanos, mas a própria manifestação do poder soberano diante

do indivíduo²³. É a dinâmica do Estado de Direito que produz a vida nua, assim como o estado de exceção é efeito do Estado de Direito.

1.3 Trabalhador Escravo Contemporâneo: *Homo Sacer*?

Em um Estado Democrático de Direito, *homo sacer* refere-se à vida abandonada, ao sujeito que vive à margem da sociedade. A precarização das condições de vida, a marginalização de uns e o assassinato de outros, o alijamento de todos os direitos previstos na Constituição e documentos internacionais de direitos humanos constituem produções contínuas de vidas nuas, de sujeitos expostos à violência e à miséria. Uma sobra humana que nutre a própria manutenção de uma estrutura de poder.

A vida nua do *homo sacer* é sacrificada na estrutura biopolítica contemporânea. O *homo sacer* é a pessoa que não faz parte da vida a ser preservada, mas, sim, da vida descartável, compondo a estrutura da exceção contemporânea. *Sacer* remete à vida sacra e sacra é a vida capturada pelo bando soberano, é a vida sujeita, originalmente, ao poder de morte do soberano. Portanto, quando se usa a retórica que defende a sacralidade da vida, fala-se de uma vida submetida a um poder de morte, uma vida que é matável e insacrificável.

Agamben ao retomar esta ideia mostra que nos Estados Democráticos de Direito contemporâneos a vida nua do *homo sacer* está submetida ao biopoder. Nesse sentido, a manutenção de grupos populacionais em situação de vulnerabilidade faz parte do próprio exercício de poder em relação àqueles que não podem ser autônomos no âmbito do exercício de direitos, exemplo de quando a excepcionalidade vira regra são os trabalhadores escravos contemporâneos.

O TEC é realizado de variadas formas, a partir das diversas dimensões do uso violento do trabalho humano, tendo a exploração ilegal do indivíduo para fins de lucro, qualquer que seja, como característica comum. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) (2016), a região do planeta com a maior prevalência de trabalho

²³ É nesse sentido que proponho seja compreendido o sintagma *estado de exceção*. A crise estrutural do modelo jurídico-político exhibe o modo de funcionamento implacável da lógica do *bando*, como paradigma do político. A sacralidade da vida significa que o poder soberano, como bio-poder, tomou a seu cargo a gestão política da vida biológica, que se tornou o campo de incidência das tecnologias sócio-políticas das disciplinas e da regulamentação. A modernidade é, portanto, em sua essência, biopolítica, o que implica em identificar a sacralidade jurídica da vida com sua inclusão sem resíduos no âmbito de poder da decisão soberana. (AGAMBEN, 2004, p. 12)

escravo, definida como o número de vítimas por mil habitantes, é o centro e sudeste da Europa (compostos por países que não integram a União Europeia) e a Comunidade de Estados Independentes (4,2 por 1.000 habitantes). Em seguida, estão a África (4 por 1.000 habitantes), Oriente Médio (3,4 por 1.000 habitantes), Ásia-Pacífico (3,3 por 1.000 habitantes), América Latina e Caribe (3,1 por 1.000 habitantes) e, por fim, as economias desenvolvidas e a União Europeia (1,5 por 1.000 habitantes). Isto significa que parcela da população mundial é mantida nesta situação de vulnerabilidade, vivem a excepcionalidade permanente. Nessas circunstâncias, a sua existência evidencia a crise radical dos direitos humanos: é diante das situações mais explícitas de vulnerabilidade que os direitos humanos, na forma como são manejados pelas estruturas de poder, não conseguem extinguir o processo de naturalização da desigualdade, que constitui uma marca da sociedade ocidental, pois seu caráter emancipatório é contido pelo seu uso biopolítico para controlar a vida dos indivíduos.

A condição de trabalhador escravo é derivada das vulnerabilidades do sujeito e, dentre elas, a mais marcante é a pobreza. Sobre este ponto, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, na Observação Geral nº 20, considerou que a pobreza é uma *“condición humana que se caracteriza por la privación continua o crónica de los recursos, la capacidad, las opciones, la seguridad y el poder necesarios para disfrutar de un nivel de vida adecuado y de otros derechos civiles, culturales, económicos, políticos y sociales”* (2001, p. 8)²⁴. Por sua vez, os Princípios Diretores sobre Extrema Pobreza e Direitos Humanos da ONU define-a como *“una combinación de escasez de ingresos, falta de desarrollo humano y exclusión social”*²⁵ (2012, p. 30).

Além disso, o Comitê de DESC constatou que a discriminação contra alguns grupos é onipresente e está frequentemente arraigada ao comportamento e à organização da sociedade, implicando em atos de discriminação. Esta discriminação sistêmica e, por vezes, histórica, pode consistir em normas legais, políticas, práticas ou atitudes culturais que geram desigualdades. Neste aspecto, a prática de trabalho escravo acontece em desfavor de grupos que histórica e sistematicamente são mantidos em uma situação de exclusão e marginalização.

Os trabalhadores escravos contemporâneos encontram-se inseridos em um

²⁴ “Uma condição caracterizada pela privação contínua e crônica de recursos, capacidade, opções, segurança e poder para desfrutar de um padrão de vida adequado e outros direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais”. (Tradução livre)

²⁵ “Uma combinação de escassez de renda, falta de desenvolvimento humano e exclusão social” (Tradução livre)

sistema de desigualdade e discriminação²⁶ estruturais da sociedade. No julgamento do Caso “Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde *versus* Brasil”, na Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), o juiz Eduardo Ferrer Mac-Grégor Poisot analisou o fenômeno do trabalho escravo no Brasil dentro do contexto de “discriminação estrutural histórica” do país que, de maneira sistemática, permitiu e permite a exploração violenta do ser humano. A Corte IDH considerou a pobreza como um componente da proibição de discriminação por “posição econômica”, encontrando-se fundamento na Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Considerou-se, na sentença, que as discriminações sofridas pelos 85 trabalhadores escravos da Fazenda Brasil Verde são derivadas da posição econômica, por sua situação de pobreza²⁷.

Este processo de pobreza e marginalização ocorre na estrutura biopolítica da sociedade contemporânea que relega seres humanos à condição de banimento, aqueles que são *banidos* do estatuto jurídico-político da comunidade, verdadeiros *homo sacer*. Os trabalhadores escravos contemporâneos inseridos na rede de exploração de sua condição humana revelam a produção sistemática de vidas nuas e constituem parte de um sistema que sobrevive da produção de desigualdade e da exploração violenta.

O exercício de biopoder, de poder sobre a vida ou de manutenção da mera vida, explica como as condições de vulnerabilidade são perpetuadas, o que inclui o

²⁶ Importante assinalar que, para a Corte IDH (2016), intérprete da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), a Convenção não contém uma definição explícita do conceito de “discriminação” nem de quais grupos são submetidos à discriminação. Diante disso, o Tribunal tem assinalado que discriminação é: “*toda distinción, exclusión, restricción o preferencia que se basen en determinados motivos, como la raza, el color, el sexo, el idioma, la religión, la opinión política o de otra índole, el origen nacional o social, la propiedad, el nacimiento o cualquier otra condición social, y que tengan por objeto o por resultado anular o menoscabar el reconocimiento, goce o ejercicio, en condiciones de igualdad, de los derechos humanos y libertades fundamentales de todas las personas.*” (CORTE IDH, 2016, p. 3)

²⁷ 339. [...] en el presente caso algunas características de particular victimización compartidas por los 85 trabajadores rescatados el 15 de marzo de 2000: [i)] se encontraban en una situación de pobreza, [ii)] provenían de las regiones más pobres del país, [iii)] con menor desarrollo humano y perspectivas de trabajo y empleo, [iv)] eran analfabetas, y [v)] tenían poca o nula escolarización [...]. Lo anterior los colocaba en una situación que los hacía más susceptibles de ser reclutados mediante falsas promesas y engaños. Dicha situación de riesgo inmediato para un grupo determinado de personas con características idénticas y originarios de las mismas regiones del país, tiene orígenes históricos y era conocida desde, al menos, 1995, cuando el Gobierno de Brasil reconoció expresamente la existencia de “trabajo esclavo” en el país. [...]

341. Una vez constatada la situación anterior, la Corte estima que el Estado no consideró la vulnerabilidad de los 85 trabajadores rescatados el 15 de marzo de 2000 **en virtud de la discriminación en razón de la posición económica a la que estaban sometidos**. Lo anterior constituye una violación al artículo 6.1 de la Convención Americana, en relación con el artículo 1.1 del mismo instrumento, en perjuicio de ellos. (CORTE IDH, 2016, p. 56) (grifou-se)

desconhecimento e/ou a própria opressão do sistema jurídico, bem como a apatia e a discriminação por isso provocada.

2 ABORDAGEM HISTÓRICO-CONCEITUAL DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

“Determinadas relações de exploração são de tal modo ultrajantes que escravidão passou a denunciar a desigualdade no limite da desumanização; espécie de **metáfora do inaceitável**, expressão de um sentimento de indignação que, afortunadamente, sob esta forma afeta segmentos mais amplos do que os obviamente envolvidos na luta pelos direitos.” (grifo não presente no original) (ESTERCI, 2008, p. 38-39)

Diversos são os instrumentos normativos criados para proibir o trabalho escravo, além de ser considerada uma norma imperativa do Direito Internacional (*jus cogens*) e implicar em obrigações *erga omnes*. No entanto, há diversidade de termos para caracterizar a situação exploratória e variação de sentidos, tanto no âmbito internacional quanto interno, além de divergências na literatura especializada. Tal cenário constitui campo político-ideológico de construção do conceito que revela o exercício de um saber-poder existente que determina a vida do sujeito.

Neste sentido, o segundo capítulo analisará o conceito de trabalho escravo no âmbito do direito internacional, a partir do estudo dos documentos internacionais e da literatura especializada. Além disso, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) (2016), na mesma linha do Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH), entende que os tratados de direitos humanos são instrumentos vivos, cuja interpretação deve acompanhar a evolução dos tempos e as condições de vida atuais. Destarte, será examinada a construção do conceito de Trabalho Escravo Contemporâneo (TEC) no primeiro julgado da Corte IDH sobre a matéria, trata-se do “Caso Fazenda Brasil Verde *versus* República Federativa do Brasil”, julgado em dezembro de 2016.

Será exposto também como estes instrumentos normativos foram incorporados no ordenamento jurídico brasileiro e o tratamento na ordem interna para conceituar o TEC, com uma análise da evolução do conceito no direito brasileiro. O objetivo desta análise é tentar desvelar as estratégias no exercício biopolítico de controle da vida do trabalhador, a partir da reflexão sobre como o sistema jurídico vem realizando a tarefa de classificar o que é trabalho escravo e de que modo ocorre a (des)proteção do indivíduo.

2.1 Desenvolvimento Histórico-Jurídico no direito internacional

O século XX foi marcado por experiências que evidenciaram os extremos da biopolítica diante das experiências dos Estados totalitários. Nos anos seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial, o movimento de positivação internacional dos direitos humanos levou ao desenvolvimento de instrumentos de proteção em nível universal, regional e local, assim, o adensamento normativo e também jurisprudencial com a criação de tribunais internacionais de direitos humanos objetivou uma maior proteção da pessoa humana.

Para Ávila (2014, p. 305), os direitos humanos são fruto de construção social, resultantes da necessidade contínua de o ser humano se expressar frente a diferentes formas de dominação. É nesta perspectiva que se observa o uso dos instrumentos normativos internacionais de direitos humanos como mecanismo de resistência do sujeito e de reivindicação por condições dignas de vida. Este movimento de internacionalização dos direitos humanos refletiu na ordem interna dos Estados democráticos ocidentais, que passaram a inclui-los em suas Constituições, ingressando na condição de direitos fundamentais, como é o caso do Brasil, conforme art. 5º²⁸, da Constituição Federal.

A proibição do trabalho escravo é norma imperativa do Direito Internacional, *jus cogens*, que não pode ser derogada ou modificada por norma ulterior, nos termos do artigo 53 da Convenção de Viena, e implica em obrigações *erga omnes* para os Estados perante a comunidade internacional. Todavia, o relativo consenso internacional sobre a proibição do trabalho escravo contemporâneo não se reflete na forma como a questão é tratada na realidade. O vocabulário jurídico de cada país e de diferentes organismos internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização das Nações Unidas (ONU), retrata as diversas nuances que envolvem o tratamento dado ao tema e impacta, negativamente, na forma como se combate a prática e se responsabiliza os infratores. Este “não consenso” conceitual e terminológico, assim, torna-se em um campo de luta de

²⁸ Constituição Federal, art. 5º, § 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

saberes-poderes que produzem efeito negativo na vida do sujeito que a norma deveria prioritariamente proteger: o trabalhador escravo contemporâneo.

Neste caminho, diversas expressões e significados surgem para nomear e produzir significância à exploração violenta do trabalho humano, levando, por vezes, à não inclusão de situações de escravidão contemporânea como tal. Ao analisar o conjunto de documentos internacionais que buscam regulamentar a matéria, vê-se uma variação de sentidos que por vezes revelam uma fragilidade na proteção do indivíduo explorado, contribuindo para permanência desta forma de intensa violação de direitos humanos. Essas divergências, que dificultam a atuação estatal e de outros atores sociais, também se refletem na própria condição da vítima que possui uma dificuldade em se reconhecer “escravo”. Desse modo, a linguagem estrategicamente construída para significar o trabalho escravo contemporâneo (re)produz um *continuum* (SILVA, 2017) de violências sobre o indivíduo e contribui para a consolidação de variadas explorações.

Segundo a OIT (2000), cada momento histórico tem uma justificação social e política para a normatização em torno do conceito de trabalho escravo. Todavia, é necessário compreender que essa mesma justificação precisa ser desvelada com o intuito de desnaturalizar os discursos que compõem estes documentos para verificar possíveis mecanismos de intervenção biopolítica na vida do indivíduo, podendo reduzi-lo a portador de uma vida nua. Partindo-se desta premissa, passa-se a analisar os diversos tratados de direitos humanos e de direito internacional do trabalho, ratificados pelo Brasil, em que o país assume o compromisso internacional de enfrentar o fenômeno. Cronologicamente, tem-se a seguinte ordem de documentos²⁹:

Quadro 1 – Informações sobre os instrumentos internacionais que tratam do TEC

Criação	Documento	Decreto de Promulgação no Brasil

²⁹ Importante observar que a adesão do Brasil a estes tratados internacionais não ocorre no mesmo tempo da sua criação. Por exemplo, o Estado brasileiro é um dos membros fundadores da OIT e comprometeu-se com a erradicação do trabalho escravo desde a Declaração da Filadélfia de 1944, no entanto, o país somente promulgou a Convenção sobre a Escravatura de 1926, posteriormente, em 1966, por intermédio do Decreto nº 58.563.

25/09/1926	Convenção sobre Escravatura, da Liga das Nações	58.563, 1 de junho de 1966
28/06/1930	Convenção nº 29, da OIT	41.721, 25 de junho de 1957
10/05/1944	Declaração dos fins e objetivos da Organização Internacional do Trabalho (“Declaração da Filadélfia”)	
10/12/1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU	
07/09/1956	Convenção Suplementar sobre Abolição da Escravidão, Tráfico de Escravos e Instituições e Práticas Análogas à Escravidão, da ONU	58.563, 1 de junho de 1966
25/06/1957	Convenção nº 105, da OIT	58.822, 14 de julho de 1966
16/12/1966	Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, da ONU	592, 6 de julho de 1992
19/12/1966	Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, da ONU	591, 6 de julho de 1992
22/11/1969	Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de San José da Costa Rica, da Organização dos Estados Americanos (OEA)	678, 6 de novembro 1992
19/06/1998	Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais e seu Seguimento	
17/07/1998	Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, da ONU	4.388, de 25 de setembro de 2002
17/06/1999	Convenção nº 182 e a Recomendação nº 190 da OIT sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação	3697, 12 de setembro de 2000
15/11/2000	Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças	5.017, 12 de março de 2004

11/06/2014	Protocolo à Convenção sobre Trabalho Forçado nº 29 da OIT	Não ratificado
------------	---	----------------

Fonte: produção do autor

A primeira Convenção universal a tratar do tema foi a Convenção sobre a Escravatura (*Slavery Convention*), adotada em Genebra, em 25 de setembro de 1926, da Liga de Nações, predecessora das Nações Unidas³⁰. Neste momento, estabeleceu-se a definição de escravidão que se constituiu em modelo para muitos Estados. De acordo com a Convenção, a escravidão deve ser entendida como o estado ou condição de um indivíduo sobre o/a qual há o exercício dos atributos do direito de propriedade ou alguns deles, isto é, as faculdades de usar, gozar ou dispor de outro ser humano (art. 1º).

Esta concepção de escravidão vinculada ao exercício de direito de propriedade relaciona-se com a concepção tradicional de escravidão, quando a prática era juridicamente permitida e um ser humano possuía a propriedade legal de outro ser humano. A associação ao conceito de propriedade, estabelecida na segunda década do século XX, referia-se às práticas dos regimes coloniais e já não estava consentânea com a forma como a escravidão ocorria nas sociedades capitalistas de produção, pois o que se tinha, na realidade, era o completo controle do indivíduo, a sua posse, sem o estabelecimento de uma relação exploratória de propriedade. Neste sentido, Kevin Bales afirma:

We might think slavery is a matter of ownership, but that depends on what we mean by *ownership*. In the past, slavery entailed one person legally owning another person, but modern slavery is different. Today slavery is illegal everywhere, and there is no more *legal* ownership of human beings. When people buy slaves today they don't ask for a receipt or ownership papers, but they do gain *control-and* they use violence to maintain this control. Slaveholders have all of the benefits of ownership without the legalities. Indeed, for the slaveholders, not having legal ownership is an improvement because they get total control without any responsibility for what they own. For

³⁰ O primeiro instrumento internacional a condenar a prática da escravidão foi a Declaração de 1815 relativa a abolição universal do tráfico de escravos (*“Declaración relativa a la abolición universal de la trata de esclavos”*, de 8 de fevereiro de 1815). O movimento abolicionista iniciou-se com o objetivo de pôr fim ao tráfico de escravos no Atlântico e libertar os escravos nas colônias de países europeus e nos Estados Unidos da América. Desde o século XIX foram estabelecidos diversos acordos multilaterais e bilaterais dispondo sobre a proibição da prática da escravidão tanto em tempo de guerra como de paz. Estima-se que entre 1815 e 1957 estabeleceu-se uns 300 acordos relativos à abolição da escravidão, mas nenhum foi totalmente efetivo (ONU, 2002).

that reason I tend to use the term *slaveholder* instead of *slaveowner*. (BALES, 2012, p. 42)³¹

Além disso, a Convenção, ao tratar da proibição absoluta da escravidão, não explicitou as variadas formas nas quais a escravidão contemporânea acontece, e distinguiu o trabalho escravo e o trabalho forçado, afirmando que as partes contratantes “reconhecem que o recurso ao trabalho forçado ou obrigatório pode ter graves consequências” e tomarão as medidas necessárias “para evitar que o trabalho forçado ou obrigatório produza condições análogas à escravidão” (artigo 5º). Desse modo, se o trabalho forçado estava permitido, centrado na utilidade pública e na excepcionalidade (artigo 5º, 1º e 2º), assim, este não poderia se transformar em “condições análogas à escravidão”³².

A sujeição do indivíduo ao trabalho forçado consolida a vida nua deste sujeito diante da atuação do poder soberano na separação entre *zoé* e *bíos*, desconsiderando esta última, diante da supressão da sua liberdade e dignidade. Ao admitir o trabalho forçado, isto é, o trabalho escravo contemporâneo sob a forma de trabalho forçado, estes sujeitos, *homo sacer*, viviam no campo descrito por Agamben, o espaço que se abre quando a exceção se torna a regra, pois de tão cotidiana confunde-se com a regra. A vida do campo está abandonada a qualquer direito, vida nua, que sobre ela vigora o arbítrio de quem governa, com a “objetivação da vida humana como recurso produtivo a ser governado” (RUIZ, 2012, p. 16).

Ademais, a Convenção conceituou o tráfico de escravos como todo ato de captura, aquisição ou cessão de um indivíduo com o propósito de escravizá-lo; ou de

³¹ Podemos pensar que a escravidão é uma questão de propriedade, mas isso depende do que entendemos por propriedade. No passado, a escravidão implicava que uma pessoa possuía legalmente outra pessoa, mas a escravidão moderna é diferente. Hoje, a escravidão é ilegal em todos os lugares e não há mais propriedade legal dos seres humanos. Quando as pessoas compram escravos hoje não pedem um recibo ou documentos de propriedade, mas eles ganham controle - e eles usam a violência para manter esse controle. Os proprietários de escravos possuem todos os benefícios da propriedade sem as legalidades. De fato, para os proprietários de escravos, não ter uma propriedade legal é uma melhoria, porque eles obtêm controle total sem qualquer responsabilidade pelo que eles possuem. Por essa razão, tendem a usar o termo ‘escravo’ em vez de proprietário de escravos. (Tradução livre)

³² Fica entendido que:

1º Sob reserva das disposições transitórias enunciadas no parágrafo 2 abaixo, o trabalho forçado ou obrigatório somente pode ser exigido para fins públicos;

2º Nos territórios onde ainda existe o trabalho forçado ou obrigatório para fins que não sejam públicos, as Altas Partes contratantes se esforçarão por acabar com essa prática, progressivamente e com a maior rapidez possível, e enquanto subsistir, o trabalho forçado ou obrigatório só será empregado a título excepcional, contra remuneração adequada e com a condição de não poder ser imposta a mudança do lugar habitual de residência.

3º Em todos os casos, as autoridades centrais competentes do território interessado assumirão a responsabilidade do recurso ao trabalho forçado ou obrigatório.

aquisição com o objetivo de vendê-lo ou trocá-lo; ou todo ato de cessão, por meio de venda ou troca, de um indivíduo escravizado adquirido para ser vendido ou trocado; assim como em geral todo ato de comércio ou de transportes de escravos (artigo 2º). Todavia, apesar de os Estados-parte da Convenção condenarem o tráfico de escravos, firmou-se que a atuação de cada parte para abolir o tráfico de escravos poderia ocorrer “progressivamente e logo que possível”³³.

A gestão das vidas ocorre por intermédio também de uma rede de aparelhamento para funcionamento do Estado e da sociedade, utilizando-se da exploração violenta do ser humano. O escravo passa a existir dentro de uma zona de indeterminação, submisso à decisão do poder soberano, na condição de mercadoria e de vida operacionalizada de forma violenta, em um ambiente de excepcionalidade que se tornou tão comum que quase não se apresenta mais sobre as vestes da exceção, mas pretende ser regra geral. O tempo indeterminado previsto na expressão “logo que possível” é revelador de uma estrutura biopolítica que deixa a vida dos indivíduos nesta zona de indiscernibilidade, em que a decisão para cessar a violência sobre a vida nua do trabalhador está nas mãos do poder soberano. Revela-se, assim, a permanência do controle político sobre aquele que foi “abandonado” pelo “bando”, pedra de toque do exercício da soberania.

Em 1930, a OIT adotou a sua primeira Convenção sobre TEC, a “Convenção concernente a Trabalho Forçado ou Obrigatório”, nº 29³⁴, entretanto, na mesma linha da Convenção de 1926, também considerou o trabalho forçado e o trabalho escravo como categorias diversas. Na classificação da OIT, trabalho forçado tornou-se gênero. De acordo com o art. 2º, a expressão “trabalho forçado ou obrigatório” designará todo trabalho ou serviço exigido de um indivíduo sob ameaça de qualquer penalidade e para o qual ele não se ofereceu de espontânea vontade.

Os Estados-parte obrigaram-se a suprimir o emprego do trabalho forçado ou obrigatório sob todas as suas formas, todavia, neste caminho para alcançar a

³³ Artigo 2º

As Altas Partes contratantes se comprometem, na medida em que ainda não hajam tomado as necessárias providências, e cada uma no que diz respeito aos territórios colocados sob a sua soberania, jurisdição, proteção, suserania ou tutela:

a) A impedir e reprimir o tráfico de escravos.

b) A promover a abolição completa da escravidão sob todas as suas formas, progressivamente e logo que possível.

³⁴ Convenção concernente a Trabalho Forçado ou Obrigatório, adotada pela Conferência em sua Décima Quarta Sessão – Genebra, 28 de junho de 1930 (com as modificações da Convenção de Revisão dos artigos finais, de 1946).

supressão desta exploração, estabeleceu-se o prazo de cinco anos, considerado um período transitório, em que se admite unicamente para fins públicos e a título excepcional, nas condições e com as garantias estipuladas na Convenção. De acordo com as Nações Unidas (2002), a ausência de uma proibição absoluta e a existência deste marco temporal ambíguo podem ser explicadas em razão de as autoridades coloniais utilizarem o trabalho forçado em obras públicas.

Foi com esta possibilidade de trabalho forçado ou obrigatório para fins públicos que o artigo 2, 2, estabeleceu que este trabalho não compreende o: exigido em virtude das leis sobre o serviço militar obrigatório; que faça parte das obrigações cívicas normais dos cidadãos de um país plenamente autônomo; exigido de um indivíduo como consequência de condenação pronunciada por decisão judiciária; exercido nos casos de força maior (guerra, sinistro ou ameaças de sinistro); e os considerados obrigações cívicas normais dos membros da coletividade.

O artigo 11 estabeleceu quais os indivíduos que podiam ser vítimas do trabalho forçado ou obrigatório: homens adultos, com idade entre 18 e 45 anos, sem moléstia contagiosa e apto a suportar o trabalho imposto e as condições em que será executado. Isentou-se da regra os alunos e professores, assim como o pessoal administrativo das escolas, além da necessidade manutenção de “um número de homens adultos e válidos indispensáveis à vida familiar e social” (1, “c”), com respeito aos vínculos conjugais e familiares³⁵.

O conceito de “trabalho forçado” para a OIT é restritivo ao exigir os requisitos da “ameaça de sanção” e da “falta de espontaneidade”. O entendimento não pode se restringir ao cerceamento da liberdade de ir e vir, sob ameaça de sanção, ou à não aceitação do trabalho, pois diante da situação de extrema vulnerabilidade social que caracteriza o TEC, deve-se entender no conceito situações em que o próprio indivíduo consente a submissão à exploração violenta do trabalho. A violência ou tentativa de não é exercida somente de forma física, mas psicológica e moral. Assim, “se o trabalhador(a) é enganado ou é colocado em situações em que precisa aceitar essa

³⁵ Artigo 11. 2. Para os fins indicados na alínea c) acima, a regulamentação prevista no artigo 23 da presente convenção fixará a proporção de indivíduos da população permanente masculina e válida que poderá ser convocada a qualquer tempo, sem, entretanto, que essa proporção possa, em caso algum, ultrapassar 25 por cento dessa população. Fixando essa proporção, as autoridades competentes deverão Ter em conta a densidade da população, e desenvolvimento social e físico dessa população, a época do ano e os trabalhos que devem ser executados pelos interessados no lugar e por sua própria conta; de um modo geral, elas deverão respeitar as necessidades econômicas e sociais da vida normal da coletividade interessada.

relação de trabalho, caracteriza-se o ilícito” (ANDRADE, 2017, p. 362). Nestes casos, ela ocorre com o pleno exercício/controle da autonomia do sujeito e na manipulação de sua vulnerabilidade, pois o explorador transforma a força em direito e a obediência em dever, assim, a pessoa é mantida sob esta condição para o alcance do lucro.

De certo modo, a constituição do TEC é demonstrativa de um modelo de existência do sistema capitalista que em seu processo de acumulação de riquezas utiliza-se de um conjunto de tecnologias de poder para exercer o controle sobre a vida dos sujeitos, em um exercício biopolítico. O biopoder atua na regulação na vida das pessoas e no corpo dos indivíduos, este exercício, como se vê no caso da exploração autorizada do trabalho forçado, estabelecida na Convenção, coloca o ser humano, unicamente como ser vivo, enquanto indivíduo trabalhador e destituído de sua condição política, no centro da política, calculado no âmbito do governo da vida.

A biopolítica utiliza-se de saberes como o médico-científico para determinar a forma como irá gerir a vida. As vítimas do trabalho forçado, estabelecidas no supracitado artigo 11, são determinadas a partir de conhecimentos médicos, que informam a sua aptidão para a exploração forçada, e convenções sociais que determinam os papéis de gênero na sociedade. A ordenação e o funcionamento da sociedade são usados como fundamentos para garantir o exercício do poder soberano sobre a vida desses sujeitos determinados. Conforme discutido no primeiro capítulo, foi sob o argumento da proteção da vida da população que o poder soberano passou a preservar a vida de alguns e a morte de outros, consistente no direito de vida e de morte, direito de *fazer viver e deixar morrer*.

Em 1944, a Declaração dos fins e objetivos da OIT, chamada de “Declaração da Filadélfia”³⁶, ao reafirmar os princípios sobre os quais repousa a Organização, estabeleceu patamares mínimos de proteção do trabalho e definiu que “o trabalho não é uma mercadoria”, “a penúria, seja onde for, constitui um perigo para a prosperidade geral” e “a luta contra a carência, em qualquer nação, deve ser conduzida com infatigável energia, e por um esforço internacional contínuo e conjugado, no qual os representantes dos empregadores e dos empregados discutam, em igualdade, com

³⁶ A Constituição e a Declaração de Filadélfia são os documentos considerados fundadores dos princípios da OIT. Em 10 de maio de 1944, à luz dos efeitos da Depressão e da Segunda Guerra Mundial, a OIT adotou a Declaração da Filadélfia como anexo de sua Constituição. A Declaração antecipou e serviu de modelo para a Carta das Nações Unidas e para a Declaração Universal dos Direitos Humanos (OIT, 2011).

os dos Governos, e tomem com eles decisões de caráter democrático, visando o bem comum”.

A vulnerabilidade dos trabalhadores à exploração é atribuída às desigualdades de renda e pobreza generalizada. Bales (2012) afirma que o TEC é um negócio em expansão devido aos seus altos lucros e rotatividade de mão-de-obra, diante do grande contingente populacional vítima da pobreza e da marginalização. “It is not about owning people in the traditional sense of the old slavery, but about controlling them completely. People become completely disposable tools for making money” (BALES, 2012, p. 41)³⁷. Vidas descartáveis, uma categoria de refugo humano estabelecida para ser instrumento de produção para geração de lucro: “This is the new slavery, which focuses on big profits and cheap lives” (BALES, 2012, p. 41)³⁸.

Nesta cronologia de documentos internacionais, está a Declaração Universal de Direitos Humanos³⁹ (DUDH), de 1948, que propôs o reconhecimento de direitos próprios dos seres humanos que, de alguma maneira, não pudessem ser violados pelo Estado (ÁVILA, 2014). O artigo 4º trouxe a previsão de que “Ninguém será mantido em escravidão ou em servidão; a escravidão e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos”. A servidão foi identificada pela primeira vez na DUDH (SOLLA, 2009), todavia, a Declaração não se refere a conceitos, apenas prevê a proibição da escravidão, além disso, ao distinguir “escravidão” de “servidão” também contribuiu para o não consenso em torno do significado das formas contemporâneas de escravidão.

Em 1956, a “Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravidão, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravidão”, da ONU, surgiu para ampliar a Convenção de 1926, que continuou em vigor. Novamente, o vocabulário da Convenção se utiliza da expressão moderadora “instituições e práticas

³⁷ “Não se trata de possuir pessoas no sentido tradicional da escravidão antiga, mas sobre ter o controle deles completamente. As pessoas se tornam ferramentas completamente descartáveis para fazer dinheiro.” (Tradução livre)

³⁸ “Esta é a nova escravidão, que se concentra em grandes lucros e vidas baratas.” (Tradução livre)

³⁹ Ávila (2014, p. 245-246) explica que, no âmbito jurídico, a Declaração Universal dos Direitos Humanos não nasceu com a obrigatoriedade de um tratado, mas de uma importante *carta de intenções*. “Ao longo dos anos de aplicação, sua natureza jurídica foi se transformando de tal maneira que sua respeitabilidade perante os Estados já se considera fonte do Direito Costumeiro, em razão das reiteradas menções ao seu conteúdo em documentos importantes, bem como na jurisprudência dos Estados e tribunais internacionais. Com a evolução da hermenêutica internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos também passou a ser considerada fonte de interpretação das convenções internacionais, além de seus dispositivos integralizarem, para alguns doutrinadores, as chamadas normas imperativas de Direito Internacional [...]”

análogas à escravidão”, sem adotar o termo escravidão diretamente. O conceito de escravidão permaneceu com a concepção tradicional, estabelecida em 1926, vinculada ao conceito de propriedade⁴⁰. Apesar disso, a definição de escravidão foi ampliada para incluir à proibição geral da escravidão outras formas contemporâneas: servidão por dívidas, servidão, casamento forçado, venda e exploração do trabalho infantil. Sobre a proibição do tráfico de escravos, a Convenção Suplementar repetiu textualmente a previsão da Convenção de 1926 em seu artigo 7, b.

A servidão por dívidas, compreendida como “o estado ou a condição resultante do fato de que um devedor se haja comprometido a fornecer, em garantia de uma dívida, seus serviços pessoais ou os de alguém sobre o qual tenha autoridade, se o valor desses serviços não for equitativamente avaliado no ato da liquidação da dívida ou se a duração desses serviços não for limitada nem sua natureza definida” (artigo 1º, a). A servidão consistente na “condição de qualquer um que seja obrigado pela lei, pelo costume ou por um acordo, a viver e trabalhar numa terra pertencente a outra pessoa e a fornecer a essa outra pessoa, contra remuneração ou gratuitamente, determinados serviços, sem poder mudar sua condição” (artigo 1, b).

Verifica-se, então, que os elementos constitutivos da servidão por dívida são: a) fornecimento de mão de obra em garantia de uma dívida; b) quantificação desarrazoada do valor do serviço prestado; c) duração do trabalho sem limite de prazo ou natureza do serviço indefinida. Já a servidão rural tem como elementos constitutivos: a) obrigação de viver e trabalhar numa terra pertencente a outrem; b) prestação de serviço a este outrem sem possibilidade de mudar de condição.

A servidão por dívidas e a servidão são formas contemporâneas de escravidão, entretanto, são consideradas formas análogas à escravidão para a Convenção, sobretudo quando se considera o elemento da propriedade exigido por ela para caracterizar a escravidão. Bales (2012, p. 54) explica que “[...] no one tries to assert legal ownership of the bonded laborer. The slave is held under threat of violence, and often physically locked up, but no one asserts that he or she is in fact "property".⁴¹

⁴⁰ Artigo 7

Para os fins da presente Convenção:

a) "Escravidão", tal como foi definida na Convenção sobre a Escravidão de 1926, é o estado ou a condição de um indivíduo sobre o qual se exercem todos ou parte os poderes atribuídos ao direito de propriedade e "escravo" é o indivíduo em tal estado ou condição;

⁴¹ “[...] ninguém tenta afirmar a propriedade legal do trabalhador em servidão. O escravo é mantido sob ameaça de violência, e muitas vezes fisicamente bloqueado, mas ninguém afirma que ele ou ela é de fato ‘propriedade’” [Tradução livre]

Todavia, o vocabulário da Convenção utiliza a expressão "pessoa de condição servil" para designar esta condição, demonstrando um eufemismo frente à condição de escravo da vítima.

Para o Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre as Formas Contemporâneas de Escravidão, no trabalho denominado "*La Abolición de la Esclavitud y sus Formas contemporáneas*",⁴² o trabalho forçado é reconhecidamente forma contemporânea de escravidão e não está previsto na Convenção Suplementar, porque já possuía texto próprio desde a adoção da Convenção nº 29 da OIT, conforme se depreende da previsão expressa no preâmbulo da Convenção⁴³(ONU, 2002).

O artigo 1º, c, estabeleceu como forma contemporânea de escravidão o casamento forçado:

c) Toda instituição ou prática em virtude da qual:

I - Uma mulher é, sem que tenha o direito de recusa, prometida ou dada em casamento, mediante remuneração em dinheiro ou espécie entregue a seus pais, tutor, família ou a qualquer outra pessoa ou grupo de pessoas;

II - O marido de uma mulher, a família ou o clã deste tem o direito de cedê-la a um terceiro, a título oneroso ou não;

III - A mulher pode, por morte do marido, ser transmitida por sucessão a outra pessoa;

As estruturas discriminatórias de cada sociedade colocam mulheres e homens em relações assimétricas de poder e exploração e fornecem elementos para diferentes modalidades de exploração. As estimativas apresentadas pela OIT (2017) mostram que as mulheres e as meninas são as mais afetadas pelo TEC, chegando a quase 29 milhões ou 71% do total de vítimas. As mulheres representam 99% das vítimas do TEC na indústria comercial do sexo e 84% dos casamentos forçados. Das 40 milhões de vítimas, 15 milhões foram forçadas a se casar.

Mulheres, crianças, povos indígenas e trabalhadores do campo compõem os grupos mais vulneráveis ao TEC, frágeis a toda forma de violência. A fragilidade da vida humana abandonada pelo direito é a vida do *homo sacer*, conforme exposto no primeiro capítulo, que se encontra incluído pela exclusão e excluído de forma

⁴² O Relatório foi apresentado na 51ª Sessão da Subcomissão de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, aprovado pela Resolução nº 199/17 de 26 de agosto de 1999 e como documento oficial na 76ª Sessão da Comissão de Direitos Humanos realizada em 24 de abril de 2001. Na oportunidade, foi recomendado ao Conselho Econômico e Social da ONU a sua compilação em um único informativo, impressão em todos os idiomas oficiais e distribuição do modo mais amplo possível (ONU, 2002).

⁴³ "Levando em conta a Convenção de 1930 sobre o Trabalho Forçado e o que foi ulteriormente pela Organização Internacional do Trabalho em relação ao trabalho forçado ou obrigatório;" (OIT, 1956)

inclusiva. Capturadas pela exclusão e incluída pelo abandono, estas vidas estão expostas à vulnerabilidade da violência permanentemente.

O artigo 1º, d, previu outra forma contemporânea de escravidão: a venda de criança ou adolescente e a sua exploração para o trabalho. Segundo a Convenção, é análoga à escravidão toda instituição ou prática em razão da qual uma criança, ou um adolescente de menos de dezoito anos é entregue, quer por seus pais ou um deles, quer por seu tutor, a um terceiro, mediante remuneração ou sem ela, com o fim de exploração da pessoa ou do trabalho da referida criança ou adolescente. A exploração do trabalho infantil faz referência a todo tipo de trabalho que priva crianças e adolescentes de sua infância, seu potencial e sua dignidade, sendo prejudicial para seu desenvolvimento físico e psicológico. De acordo com a OIT, o trabalho infantil é perigoso e prejudicial para o bem-estar físico, mental ou moral da criança; e, interfere na sua escolarização; obriga-lhes a abandonar a escola de forma prematura, ou lhes exige combinar o estudo com o trabalho (OIT, 2004).

A segunda Convenção da OIT sobre a matéria foi a de nº 105, “Convenção concernente à Abolição do Trabalho Forçado”⁴⁴. A adoção desta Convenção ocorreu em um contexto pós Segunda Guerra Mundial no qual ainda vigia a prática de imposição do trabalho forçado pelos Estados, por motivos ideológicos e políticos. Em um informe publicado em 1955 o Secretário Geral das Nações Unidas e o Diretor Geral da OIT afirmaram que, apesar das proibições previstas na Convenção nº 29 da OIT, o trabalho forçado não havia sido eliminado e “nuevos sistemas de trabajo forzoso impuesto con fines económicos o utilizado como medio de coacción política planteaban nuevos problemas y exigían la adopción de medidas en el plano internacional”⁴⁵ (2002, p. 13). A Convenção estipula em seu artigo 1º:

Qualquer Membro da Organização Internacional do Trabalho que ratifique a presente convenção se compromete a suprimir o trabalho forçado ou obrigatório, e a não recorrer ao mesmo sob forma alguma;

- a) como medida de coerção ou de educação política ou como punição por ter ou expressar opiniões políticas ou pontos de vista ideologicamente opostos ao sistema político, social e econômico vigente;
- b) como método de mobilização e de utilização da mão-de-obra para fins de desenvolvimento econômico;
- c) como meio de disciplinar a mão-de-obra;
- d) como punição por participação em greves;

⁴⁴ Convenção nº 105 concernente à abolição do trabalho forçado adotada pela Conferência em sua quadragésima sessão – Genebra, 25 de junho de 1957.

⁴⁵ “novos sistemas de trabalho forçado impostos por motivos econômicos ou utilizados como meios de coerção política levantaram novos problemas e exigiram a adoção de medidas a nível internacional” (Tradução livre)

e) como medida de discriminação racial, social, nacional ou religiosa.

Desse modo, a abolição definitiva do trabalho forçado para fins públicos somente ocorreu formalmente com esta Convenção (art. 1º, b). O texto da Convenção manteve as definições anteriores.

O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), de 1966, estabeleceu, em seu art. 8º, a proibição de trabalho escravo. O Pacto diferencia escravidão, servidão e trabalho forçado, além de admitir este último como pena de processo criminal.

1. Ninguém poderá ser submetido à escravidão; a escravidão e o tráfico de escravos, em todas as suas formas, ficam proibidos.
2. Ninguém poderá ser submetido à servidão.
3. a) Ninguém poderá ser obrigado a executar trabalhos forçados ou obrigatórios;
- b) A alínea a) do presente parágrafo não poderá ser interpretada no sentido de proibir, nos países em que certos crimes sejam punidos com prisão e trabalhos forçados, o cumprimento de uma pena de trabalhos forçados, imposta por um tribunal competente;
- c) Para os efeitos do presente parágrafo, não serão considerados "trabalhos forçados ou obrigatórios":
 - I) qualquer trabalho ou serviço, não previsto na alínea b) normalmente exigido de um indivíduo que tenha sido encarcerado em cumprimento de decisão judicial ou que, tendo sido objeto de tal decisão, ache-se em liberdade condicional;
 - II) qualquer serviço de caráter militar e, nos países em que se admite a isenção por motivo de consciência, qualquer serviço nacional que a lei venha a exigir daqueles que se oponham ao serviço militar por motivo de consciência;
 - III) qualquer serviço exigido em casos de emergência ou de calamidade que ameacem o bem-estar da comunidade;
 - IV) qualquer trabalho ou serviço que faça parte das obrigações cívicas normais.

O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), de 1966, também assim relaciona, conforme previsão de seus arts. 6º e 7º, condições de trabalho justas e favoráveis. Segundo o artigo 6º, o direito ao trabalho, que compreende o direito de toda pessoa de ter a possibilidade de ganhar a vida mediante um trabalho livremente escolhido ou aceito, e tomarão medidas apropriadas para salvaguardar esse direito.

Castilho (1999, p. 83) relata que, em 1975, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas estabeleceu um grupo de trabalho, composto por 5 especialistas, sobre as formas contemporâneas de escravidão como subcomissão da Comissão de Direitos Humanos que passou a se reunir anualmente para examinar os casos que

lhes são apresentados. Segundo a autora, como resultado deste trabalho tem-se a tendência do direito internacional “de reconhecer como práticas análogas à escravidão novas formas de sujeição que vão surgindo no curso do tempo ou velhas formas que vão se tornando inaceitáveis”.

No âmbito do sistema regional de proteção dos direitos humanos, o Brasil é signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), de 1969, também chamada de Pacto de São José da Costa Rica. No artigo 6 da CADH há quatro conceitos: escravidão, servidão, trabalho forçado e tráfico de pessoas. O artigo 6.1, da Convenção afirma que ninguém pode ser submetido à escravidão ou à servidão, e tanto estas como o tráfico de escravos e o tráfico de mulheres são proibidos em todas as suas formas. Nenhum indivíduo também deve ser constrangido a executar trabalho forçado ou obrigatório (art. 6.2) e, nos países em que se prescreve, para certos delitos, pena privativa da liberdade acompanhada de trabalhos forçados, a proibição estabelecida na Convenção não pode ser interpretada no sentido de que proíbe o cumprimento da referida pena, imposta por juiz ou tribunal competente, no entanto, o trabalho forçado não deve afetar a dignidade nem a capacidade física e intelectual do recluso (art. 6.3), no mesmo sentido PIDCP.

Em 1998, após o fim da Guerra Fria, a OIT adotou a Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, com o propósito de consolidar os princípios e direitos enunciados na fundação da Organização e o compromisso dos Estados na realização de esforços para alcançá-los. O documento lembra que esses princípios e direitos estão expressos em Convenções, e mesmo os Estados que ainda não as tenham ratificado têm o compromisso de cumpri-los, por serem membros da OIT. A “eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório” é um dos quatro princípios relativos aos direitos fundamentais no trabalho. Embora não possua força vinculante, a Declaração reafirma o compromisso internacional com a erradicação do TEC e corrobora o caráter de norma de *jus cogens* da proibição da escravidão.

O Estatuto do Tribunal Penal Internacional (TPI)⁴⁶, de 1998, estabelece em seu artigo 7, 1, c, que a escravidão é crime contra a humanidade. A definição de

⁴⁶ O TPI é a primeira corte internacional com competência permanente em matéria penal, complementar às jurisdições penais nacionais, referente aos crimes de genocídio, de guerra e de agressão e aos crimes contra a humanidade. No entanto, o regime específico e distinto de responsabilidade do direito internacional penal é antecedente ao TPI, instituído com os Tribunais *ad hoc* pós-Segunda Guerra Mundial, que pela primeira vez consideraram os indivíduos que agem em nome do Estado como

escravidão encontra-se no parágrafo 2, c, do referido artigo: “Por “escravidão” entende-se o exercício, relativamente a uma pessoa, de um poder ou de um conjunto de poderes que traduzam um direito de propriedade sobre uma pessoa, incluindo o exercício desse poder no âmbito do tráfico de pessoas, em particular mulheres e crianças.”. Tal definição retoma o conceito da Convenção sobre a Escravidão de 1926 ao restringir ao exercício do direito de propriedade, todavia, houve significativo avanço ao relacionar o termo com o tráfico de pessoas, forma contemporânea de escravidão. A indefinição conceitual também está presente na alínea g do parágrafo 2 que, ao estabelecer como crime contra a humanidade a escravidão sexual e a prostituição forçada não os enquadra como formas de TEC.

O Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos editou em 1991 o *Fact Sheet* nº 14 em que estabelece conjunto de práticas consideradas formas contemporâneas de escravidão: venda de crianças, prostituição infantil, pornografia infantil, exploração do trabalho infantil, mutilação sexual de crianças do sexo feminino, uso de crianças em conflitos armados, escravidão por dívida, tráfico de pessoas, venda de órgãos, exploração da prostituição, práticas sob o regime de *apartheid* e regimes coloniais. O Relatório ressalta o caráter clandestino das práticas que dificultam seu descobrimento, punição e eliminação, agravado pelo fato de as vítimas serem geralmente dos grupos mais pobres e vulneráveis (ONU, 1991).

Em 1999, a Convenção nº 182 tratou da Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua eliminação e a OIT se referiu expressamente à Convenção Suplementar de 1956, ao considerar que “o trabalho forçado ou obrigatório [pode vir a produzir] condições análogas à escravidão”, ao momento de obrigar a supressão do trabalho forçado.

12. Os Membros deveriam adotar dispositivos com o fim de considerar atos delituosos as piores formas de trabalho infantil que são indicadas a seguir:

- a) todas as formas de escravidão ou as práticas análogas à escravidão, como a venda e o tráfico de crianças, a servidão por dívidas e a condição de servo, e o trabalho forçado ou obrigatório, inclusive o recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;
- b) a utilização, recrutamento ou oferta de crianças para a prostituição, a produção de pornografia ou atuações pornográficas; e,
- c) a utilização, recrutamento ou oferta de criança para a realização de atividades ilícitas, em particular para a produção e tráfico de entorpecentes, tais com definidos nos tratados internacionais pertinentes, ou para a

realização de atividades que impliquem o porte ou o uso ilegais de armas de fogo ou outras armas.

O Trabalho Escravo Contemporâneo tem entre as suas formas o tráfico de pessoas. O “Protocolo para Prevenir, Reprimir e Sancionar o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e crianças”, conhecido como “Protocolo de Palermo”, de 2000, é considerado o principal instrumento jurídico de enfrentamento ao tráfico de pessoas a nível universal e proporciona uma definição do tema:

Artigo 3

Definições

Para efeitos do presente Protocolo:

- a) A expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos;
- b) O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a) do presente Artigo será considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea a);
- c) O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração serão considerados "tráfico de pessoas" mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos da alínea a) do presente Artigo;

A definição de tráfico de pessoas contém três elementos constitutivos: primeiro, uma ação, que pode ser de captação, transporte, traslado, acolhida ou recepção de pessoas; o segundo diz respeito aos meios utilizados, que podem ser: ameaça, uso da força, coação, fraude ou engano; e terceiro, a finalidade que é a exploração. Estes elementos estão inter-relacionados, já que se trata de uma ação que se assenta na captação, transporte, acolhida de pessoas, determinando assim uma conduta com o fim de exploração.

Em uma análise que relaciona o tráfico de pessoas, que tem como cerne a exploração, à luz do conceito de trabalho forçado e levando-se em conta as questões de gênero e aspectos de oferta e demanda de mão-de-obra relacionada às migrações, Vasconcelos e Bolzon (2008) explicam que se observa uma predominância de mulheres e meninas em situação de TEC no âmbito doméstico, exploração sexual comercial e prostituição forçada, enquanto os homens estão distribuídos em formas

diversificadas de exploração. As estruturas discriminatórias de seus contextos sociais criam distintos acessos ao mercado de trabalho para mulheres e homens e impactam na vulnerabilidade e na exploração do trabalho para o gênero feminino. Além disso, questões raciais, étnicas e de origem social, associadas ao gênero, reforçam e amplificam esta exploração (VASCONCELOS; BOLZON, 2008).

Em relação ao trabalho doméstico e o mercado do sexo, espaços de variadas formas de exploração, as pesquisadoras verificam que são exatamente estes setores os que possuem menos regulamentação. Na maioria dos países do mundo o(a) trabalhador(a) doméstico(a) possui menos direitos e a prostituição vive distintos cenários que vão desde a criminalização até a legalização, no entanto, permanece a dificuldade em perceber a prostituição como um trabalho e o mercado do sexo como um setor da economia.

A OIT reconhece que apesar da preocupação com o trabalho doméstico, há enorme dificuldade em dados consolidados e ações específicas, circunstâncias que contribuem para inserir entre as ocupações com níveis de remuneração mais baixos no mundo, com médias de salário abaixo da metade do salário médio no mercado de trabalho. Em relação à prostituição, é necessário “estabelecer uma diferenciação bastante clara entre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e a prostituição forçada de pessoas adultas de situações nas quais a prostituição é exercida de forma voluntária” (VASCONCELOS; BOLZON, 2008, p. 80).

Recentemente a OIT reconheceu a correlação entre o tráfico de pessoas e o TEC. Em 2014 foi adotado o Protocolo à Convenção 29 da OIT⁴⁷ que logo em seu preâmbulo afirmou “que un número creciente de trabajadores se encuentran en situación de trabajo forzoso u obligatorio en la economía privada, de que ciertos sectores de la economía son particularmente vulnerables, y de que ciertos grupos de trabajadores corren un riesgo mayor de ser víctimas de trabajo forzoso u obligatorio, en particular los migrantes”⁴⁸. O artigo 2, d, determina a proteção às pessoas, especialmente os trabalhadores migrantes, contra possíveis práticas abusivas e fraudulentas no processo de contratação⁴⁹.

⁴⁷ Adotado pela 103ª sessão da Conferência Geral da OIT, realizada em Genebra em 11 e 12 de junho de 2014, com entrada em vigor a partir de 9 de novembro de 2016.

⁴⁸ “[...] que um número crescente de trabalhadores estão em trabalho forçado ou compulsório na economia privada, que certos setores da economia são particularmente vulneráveis e que certos grupos de trabalhadores estão em maior risco de serem vítimas de trabalho forçado ou compulsório, particularmente migrantes.” (Tradução livre)

⁴⁹ Na mesma Conferência também foi adotada a Recomendação sobre o trabalho forçado (medidas

Entretanto, este relativo avanço na conceituação do TEC, além de estabelecer medidas de prevenção, proteção e reabilitação para as vítimas, ainda não alcançou as ratificações ao Protocolo de 2014, até o momento somente 22 países ratificaram, e, dentre eles, não está o Brasil.

Além dos tratados de âmbito universal e regional antes mencionados, outros documentos jurídicos relevantes do Direito Internacional refletem a proibição da escravidão em suas variadas formas. Na jurisprudência internacional, a escravidão é considerada crime contra a humanidade desde os tribunais internacionais do pós-guerra. O Estatuto do Tribunal Militar Internacional de Nuremberg, de 1945, e do Tribunal Militar Internacional de Tóquio, de 1946, já traziam esta previsão.

A Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas tem consistentemente incluído a escravidão como um crime contra a humanidade em seus projetos de códigos de crimes contra a paz e segurança da humanidade, o que foi consolidado com a sua tipificação como crime contra humanidade no referido Estatuto de Roma do TPI.

No Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos (SIDH), a Corte IDH ao julgar o seu primeiro caso de TEC, Caso “Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde contra a República Federativa do Brasil”⁵⁰, sentença de 20 de outubro de 2016,

complementares), 2014, com orientações da OIT quanto ao atendimento das vítimas e a prevenção de formas contemporâneas de escravidão, diante da vulnerabilidade inerente de determinados grupos.

⁵⁰ O caso é derivado da Petição nº 12.066 apresentada em 1998 pelo Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). A Fazenda Brasil Verde, localizada no município de Sapucaia, no sul do Estado do estado Pará, pertencia a João Luiz Quagliato Neto, um dos maiores criadores de gado do Norte do país. Tem-se notícia de que as violações aos direitos dos trabalhadores naquela propriedade rural remontam aos anos 1980, com denúncias apresentadas à Polícia Federal em dezembro de 1988 e janeiro de 1989. Nos primeiros anos da década de 1990 houve o registro das primeiras autuações da Delegacia Regional do Trabalho por fatos que poderiam caracterizar trabalho escravo contemporâneo, mas que não foram assim analisados pelas autoridades locais. Somente em 1997, como consequência da fiscalização realizada pelo Grupo Móvel do Ministério do Trabalho nos dias 23, 28 e 29 de abril de 1997, houve a primeira denúncia penal contra o proprietário e os aliciadores, todavia, não logrou êxito em razão de fatores que expuseram a complexa impunidade do sistema de responsabilização criminal no país no tocante ao TEC. Foram dezenas de trabalhadores submetidos à condição de escravidão contemporânea durante este longo período, tendo a sentença identificado a existência de oitenta e cinco trabalhadores vítimas de TEC no ano 2000 e outros 43 trabalhadores que foram resgatados na mesma propriedade em 1997, e que tampouco receberam proteção judicial adequada, o que equivaliu a negar-lhes acesso à justiça. Durante a instrução processual na Corte, foram ouvidas algumas vítimas de um aliciamento ocorrido no ano 2000 por um aliciador (“gato”) conhecido como “Meladinho”, que prometeu um salário de 10 reais por “alqueire de juquirá roçada”, o que era considerado pelos trabalhadores como um salário muito atrativo. Além disso, como parte da oferta, o “gato” entregava aos interessados um adiantamento de salário entre 30 e 60 reais e lhes oferecia transporte, alimentação e alojamento durante sua estada na fazenda. Para chegar à Fazenda Brasil Verde, os trabalhadores recrutados tiveram de viajar durante aproximadamente três dias em ônibus, trem e caminhão, que não eram aptos ao transporte de pessoas. Quando os trabalhadores chegaram à Fazenda Brasil Verde, entregaram suas carteiras de trabalho ao gerente conhecido como “Toninho”, sem que estas fossem

utilizou-se dos tratados e da jurisprudência internacional para atualizar os conceitos sobre a matéria e delimitar o alcance do artigo 6 da CADH, explicado anteriormente. Para a Corte IDH, o elemento de “propriedade” previsto nas Convenções deve ser entendido no fenômeno de escravidão como “posse”, isto é, a demonstração de controle de uma pessoa sobre outra. Portanto, “no momento de determinar o nível de controle requerido para considerar um ato como escravidão, [...] poder-se-ia equipará-lo à perda da própria vontade ou a uma diminuição considerável da autonomia pessoal” (2016, p. 72).

Nesse sentido, o chamado “exercício de atributos da propriedade” deve ser entendido nos dias atuais como o controle exercido sobre uma pessoa que lhe restrinja ou prive significativamente de sua liberdade individual, com intenção de exploração mediante o uso, a gestão, o benefício, a transferência ou o despojamento de uma pessoa. Em geral, este exercício se apoiará e será obtido através de meios tais como a violência, fraude e/ou a coação (CORTE IDH, 2016).

Os atributos ou direitos de propriedade para a Corte IDH, fundamentada na jurisprudência internacional são: a) restrição ou controle da autonomia individual; b) perda ou restrição da liberdade de movimento de uma pessoa; c) obtenção de um benefício por parte do perpetrador; d) ausência de consentimento ou de livre arbítrio da vítima, ou sua impossibilidade ou irrelevância devido à ameaça de uso da violência ou outras formas de coerção, o medo de violência, fraude ou falsas promessas; e) uso de violência física ou psicológica; f) posição de vulnerabilidade da vítima; g) detenção ou cativeiro, i) exploração.

A Corte IDH entendeu que a situação de escravidão representa uma restrição substantiva da personalidade jurídica do ser humano e representa violações aos direitos à integridade pessoal, à liberdade pessoal e à dignidade, entre outros, dependendo das circunstâncias específicas de cada caso.

devolvidas depois, além de o gerente os obrigou a assinar documentos em branco. Ao chegarem à Fazenda, os trabalhadores perceberam que nada do que lhes havia sido oferecido era certo. Através das dívidas fraudulentamente impostas e da vigilância armada, os trabalhadores foram privados de sua liberdade, com ameaças e agressões que constituíam riscos à vida e à integridade física dos trabalhadores, além de, por outra parte, as pobres condições de trabalho atentavam contra a honra e a dignidade das pessoas. Na sentença proferida pela Corte Interamericana em 20 de outubro de 2016, o Tribunal asseverou que o Estado brasileiro não adotou medidas para prevenir a forma contemporânea de escravidão a que foram submetidas mais de uma centena de pessoas, nem para interromper e punir os crimes de que foram vítimas. Ninguém foi responsabilizado civil ou criminalmente e as 128 vítimas resgatadas em 1997 e 2000 não foram indenizadas, o que corresponde a ofensa ao direito às garantias judiciais e denegação de Justiça.

As convenções internacionais surgem com o objetivo de criar patamares mínimos de respeito e compromisso com os direitos humanos. O tema da escravidão foi a primeira questão de direitos humanos a atrair a atenção da comunidade internacional. No entanto, apesar do relativo consenso sobre a sua proibição e ao longo do tempo surgirem Convenções que criam sistemas de responsabilização, de prevenção e de reparação, a prática do TEC continua a ser um grave e persistente problema social.

O conceito adquire ainda mais complexidade na sociedade atual em que se convive com variadas formas de exploração, O que se verifica é que sua mera condição de ser humano o torna vulnerável a qualquer violência, exposto como mera vida nua.

É evidente que os esforços da OIT no combate ao trabalho escravo contemporâneo têm sido fundamentais para o desenvolvimento de ações nos diversos Estados, com o incentivo ao aprimoramento das legislações internas e das políticas públicas de erradicação do TEC. Ademais, o seu papel na mobilização de diferentes atores sociais e na consolidação de uma consciência social no plano internacional e interno para prevenir, proteger as vítimas e penalizar os exploradores, é reconhecido por todos. No entanto, os dissensos na linguagem para tratar do TEC criam verdadeiros obstáculos ao enfrentamento do fenômeno.

No caso da OIT, há uma incoerência nesta linguagem utilizada que ainda formalmente distingue o trabalho forçado do trabalho escravo, apesar de ser visível o seu esforço em sempre retornar ao conceito e fornecer um panorama mundial em relação à situação do TEC no mundo.

Ferreras (2017) aponta que, recentemente, a OIT lançou a página promocional na internet Artworks para divulgar as suas ações e mobilizar a sociedade civil. O trabalho forçado é um tópico importante da página, no entanto, em posição contrária ao seu histórico de debates em quase noventa anos, dedica a seção ao “trabalho escravo”, sem o recurso linguístico moderador “análogo”.

Nessa página são apresentadas variadas ações com *celebrities* de Hollywood: campanhas em que os artistas exibem cartazes contra o trabalho escravo, apresentam músicas ou discursos e uma vigília em Hollywood com centenas de figuras do show business em favor dos “empregos verdes” auspiciadas por Fiat e *Vanity Fair*, e idealizadas por Ron Howard e Hans Zimmer (FERRERAS, 2017, p. 95)

Esta mudança de linguagem na campanha da OIT foi uma tentativa de mobilizar a sociedade civil de um modo mais eficiente, sensibilizando-a. Apesar disso, a Organização continua, formalmente, utilizando-se do termo “trabalho forçado”. Vasconcelos e Bolzon (2008) ressaltam outro aspecto da linguagem utilizada pela OIT nos últimos tempos, as autoras afirmam que tem distinguido, em seus últimos Relatórios Globais, formas “tradicionais” de trabalho forçado e “novas” manifestações deste fenômeno, e que ambas manifestações colocam uma série de desafios à utilização do conceito:

Em suas formas “tradicionais”, abordar a questão do trabalho forçado significa confrontar/questionar/desnaturalizar estruturas profundamente arraigadas e, muitas vezes, justificadas pela tradição. Em suas “novas” manifestações, principalmente aquelas relacionadas aos fluxos migratórios internacionais, falar em trabalho forçado significa abordar questões muitas vezes estruturais da organização do mercado de trabalho, relações entre oferta de empregos e demanda de mão-de-obra, busca por melhores condições de vida, tendências de levantamento de barreiras à migração, tráfico de pessoas. (VASCONCELOS; BOLZON, 2008, p. 69)

As formas contemporâneas de trabalho escravo evidenciam características estruturais do funcionamento do mercado de trabalho e das dinâmicas das relações sociais. Neste ambiente de conflito e de diversas formas de exploração violenta do ser humano é que os direitos humanos aparecem como instrumento de contenção. As divergências conceituais em torno do TEC nos instrumentos normativos internacionais, todavia, revelam que as disputas fragilizam a atuação para combater a prática e se mostram, muitas vezes, enquanto estratégias para a sua manutenção. Esta análise evidencia muito bem a dupla função dos direitos humanos e o seu paradoxo, explicadas no item 2.2 do segundo capítulo deste trabalho: o discurso dos direitos humanos serve tanto de instrumento de resistência quanto de dominação léxico-política das estratégias de controle biopolítico.

2.2 Desenvolvimento histórico-jurídico no direito brasileiro

As primeiras denúncias de TEC no Brasil são de 1971. O relatório “Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social”, elaborado em 10 de outubro de 1971, por D. Pedro Casaldáliga constatou a marginalização social institucionalizada de fato e a exploração violenta do trabalho humano oriunda de conflitos de terra diante do latifúndio na Amazônia.

Nas décadas de 1970 e 80 surgiram as primeiras denúncias no âmbito internacional a partir da mobilização e ativismo de atores sociais como a CPT, todavia, o reconhecimento oficial do Estado brasileiro da existência de trabalho escravo contemporâneo no país somente ocorreu em 1995, perante a OIT (OIT, 2006). O processo de redemocratização vivido pelo Brasil no final da década de 1980 que culminou com a elaboração de uma nova Constituição, associado aos casos de TEC denunciados à comunidade mundial ao longo das duas décadas anteriores, impulsionaram a adoção de medidas estatais com o objetivo de coibir a prática. Neste momento, mostrava-se necessário o país expor ao cenário internacional a proteção dos direitos humanos, especialmente nesta situação em que se utiliza da vulnerabilidade dos mais pobres para expô-los a trabalho escravo.

Diante dos compromissos de direitos humanos assumidos internacionalmente pelo Brasil, o fenômeno social do TEC ganhou novos contornos e, no âmbito do SIDH, o “Caso José Pereira” (Petição nº 11.289, Informe nº 95/03 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos) foi o primeiro caso de TEC em que o Estado brasileiro foi levado ao Sistema Interamericano. Houve a solução amistosa do conflito com o termo de acordo assinado pelas partes em 18 de setembro de 2003, com o reconhecimento da responsabilidade e o compromisso em cumprir medidas pecuniárias de reparação e de prevenção.

No tocante às medidas de prevenção, o Brasil obrigou-se a: a) melhorar a legislação criminal que tem como objetivo proibir a prática do trabalho escravo no país; b) defender a determinação da competência federal para o julgamento do crime de redução análoga à de escravo, com o objetivo de evitar a impunidade; c) intensificar as medidas de fiscalização e repressão do trabalho escravo com: (i) fortalecer o Ministério Público do Trabalho; (ii) velar pelo cumprimento imediato da legislação existente, por meio de cobranças de multas administrativas e judiciais, da investigação e a apresentação de denúncias contra os autores da prática de trabalho escravo; (iii) fortalecer o Grupo Móvel do MTE; (iv) realizar gestões junto ao Poder Judiciário e a suas entidades representativas, no sentido de garantir o castigo dos autores dos crimes de trabalho escravo (COMISSÃO, 2003). Foi comprometido ainda que o Estado fortaleceria gradativamente a Divisão de Repressão ao Trabalho Escravo e de Segurança dos Dignatários (DTESD) de maneira a dotar a Divisão com fundos e recursos humanos adequados para o bom cumprimento das funções da

Polícia Federal nas ações de fiscalização de denúncias de trabalho escravo e a adoção de medidas de sensibilização contra o trabalho escravo.

Desse modo, dentre as medidas de prevenção estabelecidas no acordo estava o aprimoramento da legislação criminal sobre o TEC, que veio com a edição da Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003. À época vigia o art. 149 do Código Penal com a sua redação original de 1940, sendo ela a primeira previsão no âmbito do direito penal no Brasil.

O Código Penal de 1940 trouxe no artigo 149 a seguinte redação: “Reduzir alguém a condição análoga à de escravo: Pena - reclusão de 2 (dois) a 8 (oito) anos”. Castilho (2000) explica que a expressão “condição análoga à de escravo” foi adotada em razão da Convenção sobre a Escravatura de 1926. A justificativa para falar em “condição análoga” é que inexistia uma condição jurídica de escravo, pois a abolição formal da escravidão ocorreu em 1888. Na exposição de motivos do Código Penal consta que:

No art. 149, é prevista uma entidade criminal ignorada do Código vigente: o fato de reduzir alguém, por qualquer meio, à condição análoga à de escravo, isto é, suprimir-lhe, de fato, o *status libertatis*, sujeitando-o o agente ao seu completo e discricionário poder. É o crime que os antigos chamavam *plagium*. Não é desconhecida a sua prática entre nós, notadamente em certos pontos remotos do nosso *hinterland*. (BRASIL, 1940)

Ferreras (2017) explica que o Código foi apresentado em 1940 e sancionado em 1942, no mesmo momento em que o Estado brasileiro atuava como aliciador de trabalhadores para a campanha “Mais Borracha para a Victória”, onde mais de 50 mil trabalhadores oriundos do Nordeste, na tentativa de saírem da miséria, foram levados para a Amazônia. A partir de acordo entre Brasil e Estados Unidos, eles trabalharam na extração de látex destinado à produção de borracha e armamentos durante a Segunda Guerra Mundial. Estima-se que, pelo menos, 30 mil trabalhadores morreram em completo abandono durante a extração do “ouro branco”. A exploração destes trabalhadores, no claro exercício do poder soberano sobre a vida, nunca foi objeto de responsabilização do Estado brasileiro, nem considerada prática de TEC.

De acordo com a exposição de motivos, o intuito do tipo penal era a proteção do direito à liberdade do indivíduo, tanto é que o legislador situou o artigo no Título I – Dos crimes contra a pessoa; Capítulo VI – Dos crimes contra a liberdade individual; e

Seção I – Dos crimes contra a liberdade pessoal, significando que o bem jurídico⁵¹ maior protegido é a liberdade pessoal do trabalhador. Porém, o tratamento legislativo dado inviabilizava o controle via sistema penal, diante da “falta de clareza na definição do objeto jurídico e na definição dos elementos do modelo abstrato de conduta (tipo legal)” (CASTILHO, 2000), pois o tipo que criminalizava a escravidão era aberto.

Diante dessa tipificação penal, o cenário nas décadas seguintes à edição do Código Penal de 1940 foi de reduzido número de julgados nos Tribunais e caracterização do tipo como anacrônico pela doutrina penal. Foram as denúncias a partir da década de 1970 que trouxeram o tema para a discussão, no entanto, não houve aumento significativo dos julgados (CASTILHO, 2000). Na década de 1990, no movimento de propostas de Reforma do Código Penal, uma das subcomissões elaborou proposição na qual o delito passava a se localizar no capítulo dos crimes contra a dignidade humana, mantendo-se no título dos crimes contra a pessoa, além de trazer uma definição das “condições análogas à escravidão”. Entretanto, a alteração legislativa somente ocorreu em 2003, no bojo das ações do Brasil após a conciliação no Caso José Pereira explicado anteriormente.

A Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003, trouxe um rol de situações concretas que caracterizam a submissão de alguém ao TEC, novamente tratado pelo legislador com o moderador “condição análoga à de escravo”. O conceito trouxe significativo avanço na discussão sobre o tema no Brasil ao abranger situações que vão além do cerceamento da liberdade do sujeito e atinge a sua dignidade, com a previsão das hipóteses de “jornada exaustiva” e de “condições degradantes de trabalho”.

Redução a condição análoga à de escravo

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:
Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

⁵¹ Francisco de Assis Toledo (2000) explica que bens jurídicos são valores ético-sociais que o direito seleciona, com o objetivo de assegurar a paz social, e coloca sob sua proteção para que não sejam expostos a perigo de ataque ou a lesões efetivas. No ângulo do direito penal, os bens jurídico-penalmente protegidos são restritos a tutelar certas espécies e formas de lesão, real ou potencial, impondo-se como critério limitador fundamental na formação do ilícito penal.

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I – contra criança ou adolescente;

II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

Assim, quatro tipos penais detalham-no: 1) submissão de uma pessoa a trabalhos forçados, como caracterizado para a OIT; 2) imposição de jornadas de trabalho exaustivas; 3) sujeição do indivíduo à realização de trabalhos em condições degradantes; ou 4) submissão à uma dívida fraudulenta diretamente relacionada com a execução do trabalho. Baltazar Junior (2017) explica que o tipo penal é misto alternativo, ou de conteúdo variado, configurando-se mediante qualquer das modalidades acima.

Em relação aos bens jurídicos protegidos com a nova redação do tipo penal, Bittencourt (2009) afirma que se tutela a liberdade individual, *status libertatis*, e, fundamentalmente, a dignidade da pessoa humana. Para o autor, esta situação deixa a vítima em completa submissão a outrem. No mesmo sentido, Baltazar Júnior (2017) constata a violação à liberdade pessoal, bem como o direito ao trabalho, os direitos trabalhistas e a dignidade da pessoa humana.

Esta discussão entre os estudiosos do direito penal sobre os bens tutelados pelo referido tipo penal evidencia que no Trabalho Escravo Contemporâneo ocorre a violação à dignidade humana e à liberdade do indivíduo, esta última em uma perspectiva mais abrangente que a concepção do simples exercício de ir, vir e permanecer. Viola-se a liberdade do indivíduo e configura-se o tipo penal inclusive nas situações em que há consentimento da vítima, pois esta age diante da sua extrema vulnerabilidade social.

O Ministério do Trabalho, que atua por intermédio de seu Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), composto por equipes que operam, precipuamente, no atendimento de denúncias que apresentem indícios de trabalhadores em condição de TEC, estabeleceu no “Manual de Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo”, definições sobre essas situações presentes na legislação brasileira.

A primeira conduta prevista no tipo penal, “submissão ao trabalho forçado”, é compreendida de acordo com o estabelecido pela Convenção nº 29 da OIT. Conforme o Ministério do Trabalho (2011, p. 12), se o trabalhador não pode decidir sobre a aceitação do trabalho ou sobre sua permanência nele, há trabalho forçado. Na mesma

definição incorre o trabalho inicialmente consentido que, posteriormente, revela-se forçado. O elemento que possibilita essa modalidade de sujeição do trabalhador é a coação, que pode ser física, moral ou psicológica. Ocorre coação moral quando o indivíduo é induzido a acreditar ser um dever a permanência no trabalho; é psicológica quando a coação decorre de ameaças; e é física quando é consequência de violência física. Além disso, o trabalho forçado não se inicia, necessariamente, no momento da contratação/arregimentação, o Órgão ressalta que na “maioria dos casos verificados, é a própria condição de vida do trabalhador o elemento “coercitivo” utilizado na arregimentação”. A condição de pobreza da vítima é o que o leva “espontaneamente” à aceitação das condições de trabalho propostas.

Ainda sobre o “trabalho forçado”, a OIT no documento “ILO Indicators of Forced Labour” estabeleceu 11 indicadores: abuso de condição de vulnerabilidade, fraude, restrição de locomoção, isolamento, violência física e sexual, intimidações e ameaças, retenção de documentos de identificação, retenção de salários, servidão por dívida, condições degradantes de trabalho e jornada exaustiva. De acordo com a Organização, a presença de um dos indicadores em determinada situação pode implicar em trabalho escravo, já em outras situações é necessário a análise de mais de um indicador. “Overall, the set of eleven indicators covers the main possible elements of a forced labour situation, and hence provides the basis to assess whether or not an individual worker is a victim of this crime”⁵² (OIT, 2012, p. 3).

Observa-se que, para a Organização, a jornada exaustiva e a condição degradante de trabalho são indicadores de trabalho forçado, enquanto na lei penal brasileira é uma modalidade de TEC. Tal aspecto demonstra o reconhecimento pelo Brasil da violência desta forma de exploração, sendo as principais modalidades de TEC encontradas no país (MTE, 2011).

Sobre a “sujeição da vítima à jornada exaustiva” explica-se que ela não se refere exclusivamente à duração da jornada, mas “à submissão do trabalhador a um esforço excessivo ou a uma sobrecarga de trabalho – ainda que em espaço de tempo condizente com a jornada de trabalho legal – que o leve ao limite de sua capacidade” (2011, p. 12). Trata-se de negar ao trabalhador o direito de trabalhar em tempo e modo razoáveis para proteger a sua saúde, garantir o descanso e permitir o convívio social.

⁵² “No geral, o conjunto de onze indicadores cobre os principais elementos possíveis de uma situação de trabalho forçado e, portanto, fornece a base para avaliar se um trabalhador individual é ou não vítima deste crime.” (Tradução livre)

No Brasil, o Ministério do Trabalho ressalta que há excessos de jornada significativamente nas atividades remuneradas por produção, como é o caso, por exemplo, do corte de cana-de-açúcar, derrubada de árvores, oficinas de costura e carvoejamento:

No intuito de melhorar a remuneração, os trabalhadores laboram ininterruptamente e de forma esgotante, desde o início da manhã até o início da noite, de segunda-feira a domingo, aumentando os riscos de acidentes e doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho e chegando, em casos mais extremos, à morte por exaustão. (MTE, 2011, p. 13)

A “sujeição da vítima a condições degradantes de trabalho” possui variadas formas de expressão, sendo a mais comum delas a subtração dos mais básicos direitos à segurança e à saúde no trabalho, como alimentação, higiene e moradia. A análise ocorre, então, diante de cada caso concreto que revela o tratamento “objetificado” do trabalhador.

Baltazar Júnior (2017) exemplifica circunstâncias que poderão, de acordo com o caso concreto, levar à conclusão pela submissão a condições degradantes de trabalho: a) alojamento inadequado, como barracos de lona; b) convivência promíscua entre homens, mulheres e crianças sem relação familiar, em total falta de privacidade; c) falta de instalações sanitárias adequadas, como no caso em que somente um banheiro, que sofria insatisfatória limpeza apenas de oito em oito dias, era compartilhado por 24 trabalhadores; d) falta de água potável e alimentação suficiente e adequada, bem como de refeitório ou cozinha adequados, como no caso em que os trabalhadores levavam a própria alimentação para a lavoura quando saíam cedo pela manhã, tendo que se alimentar depois de cerca de 3 horas, pois a comida azedava, nada mais recebendo ao longo do dia; e) falta de equipamentos de proteção individual ou coletiva; f) falta de assistência médica; g) falta de registro do trabalhador.

Já a “restrição, por qualquer meio, da locomoção da vítima em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto” traduz uma das mais conhecidas formas de TEC, o sistema de barracão ou “truck system”, em que o trabalhador é induzido a contrair dívidas com o empregador ou preposto deste e fica impedido de deixar o trabalho em razão do débito. A contração das dívidas pode ocorrer de formas distintas, tanto no momento da contratação – quando o empregador/preposto financia débitos pendentes ou antecipa parte do salário que garanta as mínimas condições de subsistência por algum período de tempo, ou no curso da prestação laboral – quando é obrigado a pagar pelas ferramentas utilizadas no trabalho, pelos equipamentos de

proteção individual, vestuário, alojamento, alimentação e/ou quaisquer outros gêneros de que necessite.

Brito Filho (2017) afirma que a prática da escravidão é agravada ainda mais pelo fato de que a “dívida”, via de regra, é artificialmente criada, quer porque os valores cobrados dos trabalhadores estão muito acima do preço usual, quer por que o tomador dos serviços, responsável pelo risco da atividade, transfere parte dele cobrando ao trabalhador até pelos instrumentos de trabalho.

O artigo 149 trouxe situações equiparadas no §1º: retenção no local do trabalho, por cerceamento do uso de qualquer meio de transporte, de manutenção de vigilância ostensiva ou retenção de documentos ou objetos de uso pessoal do trabalhador. Tratam-se de condutas que reforçam a situação de vulnerabilidade dos trabalhadores e consequente submissão ao TEC.

O cerceamento do acesso ao transporte pode ocorrer pela retenção do valor integral dos salários, ameaças de violência, determinação para que o trabalhador esteja o tempo inteiro com o telefone celular ou, em casos de trabalhadores estrangeiros, de denúncia às autoridades e deportação, ou, ainda, no caso de trabalhadores domésticos em que se proíbe o contato com outras pessoas, o uso de telefone ou deixando o trabalhador sem a chave de casa (BALTAZAR JUNIOR, 2017). A segunda modalidade, uso de vigilância ostensiva, pode ocorrer com o uso de armas ou não, que poderá desdobrar-se em violência real contra os trabalhadores para retê-los no local de trabalho. A terceira modalidade ocorre com a retenção de documento – identidade, passaporte ou carteira de trabalho – ou ainda objetos pessoais, tudo com o intuito de mantê-lo no local de trabalho.

Todavia, a linguagem utilizada pelo referido artigo reproduz posicionamentos que não estão em consonância com a maior proteção do indivíduo, como o uso do moderador "análogo", tomado enquanto posição institucional frente ao TEC, e a não especificação das modalidades descritas no artigo, especialmente as "condições degradantes de trabalho" e a "jornada exaustiva" que têm gerado discussões por aqueles que não consideram estas práticas modalidades de trabalho escravo, pois vinculam a escravidão à exigência do cerceamento da liberdade do sujeito.

Ademais, a prática do aliciamento, que propicia a relação de exploração, previstas nos artigos 206 e 207, aparecem em outra seção, nos crimes relacionados ao mundo do trabalho, cometidos contra os trabalhadores (Título IV – Dos crimes contra a organização do trabalho), não o relacionando diretamente com o TEC.

Silva (2017, p. 67) explica que os discursos produzem situações sociais, elaboram conhecimentos, marcam posições identitárias e estabelecem diversas relações entre atores e grupos sociais. O discurso é, nesse sentido, uma atividade ideológica e um instrumento de exercício do poder. São diversas as denominações dadas ao fenômeno de exploração ilícita e precária do trabalho no Brasil e divergentes os seus significados:

[...] ora chamado de trabalho forçado, trabalho escravo, exploração do trabalho, semiescravidão, trabalho degradante, entre outros, que são utilizados indistintamente para tratar da mesma realidade jurídica. Malgrado as diversas denominações, qualquer trabalho que não reúna as mínimas condições necessárias para garantir os direitos do trabalhador, ou seja, cerceie sua liberdade, avilte a sua dignidade, sujeite-o a condições degradantes, inclusive em relação ao meio ambiente de trabalho, há que ser considerado trabalho em condição análoga ao de escravo. (MTE, 2011, p. 12)

A definição conceitual só existe na legislação brasileira do ponto de vista do direito penal, sendo aplicado nas outras áreas. No entanto, o tipo penal é alvo constante de disputas para modificar o seu conceito, com o objetivo de restringi-lo e limitá-lo especificamente às situações em que há o cerceamento da liberdade da vítima. Especialmente desde a entrada em vigor da emenda constitucional nº 81/2014 - que alterou o artigo 243 da Constituição Federal para prever a expropriação de propriedades rurais e urbanas onde for localizada exploração de trabalho escravo, sob o pretexto de ser necessário regulamentar o referido dispositivo que a discussão dos parlamentares federais procura limitar o conceito.

Associadas às recorrentes tentativas de restrição do conceito atualmente previsto, o combate ao TEC no país sofre outras fragilidades como a dificuldade na punição dos exploradores e a compreensão do que é TEC para a Justiça brasileira e demais agentes estatais. Tudo isso é constitutivo de um modo de significar o fenômeno, construir a realidade e tratar o indivíduo vítima do trabalho escravo.

Nesse sentido, em 2010, a Relatoria Especial da ONU sobre formas contemporâneas de escravidão ressaltou a impunidade “com a qual donos de terras, empresas locais e internacionais, bem como intermediários, conhecidos como 'gatos', são beneficiados” (ONU, 2016, p. 7). Além disso, em 2012, o Conselho de Direitos Humanos, no âmbito da Revisão Periódica Universal, instou o Brasil a adotar medidas legislativas e mecanismos eficazes para combater com efetividade o trabalho escravo no Brasil. Na visão das Nações Unidas (2016), erradicar o trabalho escravo necessita

de uma ação coordenada de todos os países com medidas eficientes que diminuam as vantagens dos exploradores e mitiguem a vulnerabilidade social das vítimas.

Assim, o próximo capítulo apresentará as disputas em torno do conceito de TEC no Brasil na tentativa de demonstrar como o fenômeno é tratado pelas instâncias estatais e quais contextos de tratamento do indivíduo surgem dessa realidade também construída pela linguagem.

3 AS DISPUTAS EM TORNO DO CONCEITO DE TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL

“Um dia a humanidade brincarà com o direito, como as crianças brincam com os objetos de uso, não para devolvê-los a seu uso canônico e, sim, para libertá-los definitivamente dele” (AGAMBEN, 2004, p. 98)

O presente capítulo trabalhará com a hipótese de investigação apresentada na introdução deste trabalho. Assim, será feita análise dos discursos em torno do conceito de TEC no Brasil, especificamente de instituições representantes dos três poderes do Estado: Legislativo (Câmara dos Deputados e Senado Federal), Executivo (Ministério do Trabalho) e Judiciário (Supremo Tribunal Federal). A justificativa para o exame do discurso destes atores está no propósito de analisar possíveis ambiguidades no discurso do Estado brasileiro que, ao mesmo tempo em que se compromete em erradicar o fenômeno do TEC, pode atuar também para a sua manutenção, consolidando a vida nua na sociedade brasileira. Enfatiza-se a linguagem como forma de construção da realidade e, em especial, o discurso jurídico enquanto prática social concreta, um proferimento destinado a influir na realidade e ser feliz em seu empreendimento, em termos austinianos.

Sendo assim, o primeiro tópico do capítulo tem por objetivo apresentar e justificar a posição metodológica escolhida para esta pesquisa e o procedimento desenvolvido em sua construção, além dos quadros de referência que a informam. Em seguida, são aprofundados tópicos da teoria dos atos de fala (TAF) de Austin e da performatividade da linguagem, já apresentados na introdução, e explicitado relato de como ocorreu a constituição do *corpus* de análise. Por último, debruça-se sobre as categorias estabelecidas para analisar a força ilocucionária da qual os atos de fala sobre o TEC são dotados, capazes de consolidar a vida nua na sociedade contemporânea.

3.1 Uma pesquisa interpretativista e qualitativa em direito

Diante do referencial teórico crítico adotado e do objetivo geral desta pesquisa, consistente em desvelar ou ao menos problematizar as estratégias biopolíticas que cercam o discurso jurídico, especificamente dos direitos humanos e a sua prática em relação ao fenômeno social do trabalho escravo contemporâneo, torna-se necessário

assumir uma metodologia coerente com estas reflexões e consonante com o procedimento estabelecido para a investigação, de uma análise pragmática da linguagem. Silva (1998) lembra que o pesquisador precisa saber de onde se origina e a que tipo de construção de conhecimento serve o seu trabalho, sob o risco de realizar uma prática alienada de pesquisa. Sendo assim, nesta investigação assumem-se os postulados dos paradigmas interpretativista e qualitativo em pesquisa científica.

A pesquisa qualitativa é “um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo”, ao se enquadrar em uma abordagem naturalista que possibilita observar “as coisas em seus cenários naturais, tentando entender ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17).

Para Minayo (1994, p. 30), a abordagem qualitativa pode ser colocada como teoria e método. Enquanto teoria, “permite desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos, grupos particulares e expectativas sociais em alto grau de complexidade”, como método, esta abordagem caracterizada pela empiria e pela sistematização, proporciona que sejam construídos instrumentos fundamentados na percepção de atores sociais, “tornando-se, assim, válida como fonte para estabelecimento de indicadores, índices, variáveis tipológicas e hipóteses”.

A literatura que trata dos elementos que compõem as pesquisas qualitativas aponta para diferentes classificações de paradigmas, compreendendo estes como sistema de crenças básicas, princípios e pressupostos sobre a natureza da realidade investigada (pressuposto ontológico), o modelo de relação entre o investigador e o investigado (pressuposto epistemológico) e o modo em que podemos obter conhecimento da dita realidade (pressuposto metodológico) (SILVA, 1998; VALLES, 1997).

Valles (1997, p. 52) explica que há variedade de paradigmas contrapostos e apresenta a seguinte classificação que considera a mais simples: “*Paradigma* ‘prevalente’, ‘clássico’, ‘racionalista’, ‘positivista’, de um lado. *Paradigma* ‘emergente’, ‘alternativo’, ‘naturalista’, ‘constructivista’, ‘interpretativista’, de outro.”⁵³ O primeiro paradigma corresponde à ideia de realidade objetiva, sujeita às leis universais da ciência, manipuláveis por processos lógicos e que tem um pesquisador neutro e distanciado do objeto. O segundo paradigma assume “a existência de realidades

⁵³ “1) *Paradigma* ‘prevalente’, ‘clássico’, ‘racionalista’, ‘positivista’, de um lado. 2) *Paradigma* ‘emergente’, ‘alternativo’, ‘naturalista’, ‘constructivista’, ‘interpretativista’, de outro” (Tradução livre)

múltiplas com diferenças entre elas, que não podem ser resolvidas através de processos racionais ou simplesmente aumentando os tamanhos amostrais” (SILVA, 1998, p. 7). Nele, o pesquisador nunca assume uma postura neutra, mas compreende que suas crenças, pressuposições e valores intervêm na modelagem de suas investigações.

No paradigma interpretativista, a prioridade é a compreensão do fenômeno ao invés de sua explicação causal. Ao contrário de uma pesquisa positivista, abstrações e generalizações não ocorrem por inferência estatística, mas pela plausibilidade, coerência, consistência e clareza da argumentação que descreve os resultados do estudo e as conclusões geradas. Desse modo, em um único estudo de caso, por exemplo, pode-se generalizar proposições teóricas, mas não é possível generalizações estatísticas (SACCOL, 2009, p. 17). Assim, priorizar a compreensão em relação às explicações causais constitui um “[...] paradigma interpretativo que está em vias de consolidação e seu pressuposto básico é a necessidade de compreensão do sentido da ação social no contexto do mundo e da vida dos participantes” (GALDINO *apud* SILVA, 1998, p. 5). A adoção desse paradigma significa, então, a resistência à naturalização do mundo social e às predições e generalizações nos estudos sociais. De acordo com De Grande (2011), tenta-se apreender a realidade complexa e as várias vozes que constituem o mundo social, considerando o envolvimento de questões relativas a poder, ideologia, história e subjetividade.

Acrescente-se, ainda, que a presente pesquisa se situa numa perspectiva que toma o direito como manifestação da linguagem e que tem esta última como performance cultural, histórica e socialmente situada (SILVA, 2017). Assim, não seria adequado a adoção de um paradigma metodológico positivista que visasse a descrição de padrões generalizantes. A observação de:

[...] fenômenos individuais, locais e situados podem se revelar vigorosamente significativos para a compreensão de determinadas realidades socioculturais. Em outras palavras, ainda que não possam ser “generalizadas”, “universalizadas”, ou consideradas “representativas”, em termos quantitativos, tais amostras linguísticas encerram significados sociais que as legitimam enquanto objeto de pesquisa válido, em caráter exploratório. Temos, assim, uma emancipação em relação aos critérios de validade e ao método da pesquisa positivista, reconhecidamente inspirada nas ciências ditas exatas e naturais. (SILVA, 2017, p. 95-96)

Na esteira dessas reflexões, conforme mostram Denzin e Lincoln (2006), a premissa da “validade científica” torna-se altamente questionável quando o mundo

deixa de ser visto como especularmente representado pela linguagem, num gesto consciente, racional e objetivo, e passa a ser entendido “a partir de nossas relações dentro das comunidades interpretativas” (DENZIN e LINCOLN, 2006, p. 368).

A partir de tais pressupostos, apresenta-se a seguir quais as intenções que nortearam a construção do *corpus*, sua delimitação e modo como procedeu a sua análise, em consonância com as perspectivas teóricas adotadas.

3.2 Metodologia da análise e constituição do *corpus*

A concepção de linguagem adotada neste trabalho é de uma visão acional e performativa para compreender como, sob determinadas condições, a linguagem pode se constituir na manutenção de uma situação real de desigualdade estrutural presente na sociedade brasileira que opera mediante o reestabelecimento de contextos de controle da vida daqueles indivíduos expostos à vulnerabilidade e à condição de *homo sacer* contemporâneos, no caso os trabalhadores escravos contemporâneos.

A abordagem pragmática da linguagem, da qual Austin faz parte, é vista como prática de construção da realidade, forma de o indivíduo agir no mundo, pois discurso e ação não estão separadas. As palavras realizam ações e todo proferimento é um fazer, ainda que esse se realize sob a forma de uma constatação. Desse modo, a preocupação não reside nas condições de verdade de uma sentença, mas nas suas condições de felicidade/infelicidade.

Segundo a classificação proposta por Marcondes (2006), as abordagens em pragmática podem ser percebidas em duas concepções distintas: a contextualista e a performativa. Esta segunda, adotada na presente investigação, entende como característica central da pragmática a concepção da linguagem como ação ou realização de atos. Portanto, “dizer é fazer”. Distancia-se, desse modo, da concepção que ainda vige tradicionalmente no direito de uma compreensão platônica sobre a relação entre linguagem e realidade:

Acredita-se que os conceitos refletem uma pretensa essência das coisas e que as palavras são veículos dos conceitos. Isso supõe que a relação entre o significado das expressões linguísticas e a realidade consiste em uma conexão necessária que os homens não podem criar ou alterar, mas apenas reconhecer, detectando aspectos essenciais da realidade que devem,

inevitavelmente, estar armazenados em nossos conceitos. (NINO, 2010, p. 12)

Santiago Nino (2010), ao explicar o debate que os juristas se ocupam em definir “o que é o direito”, sugere que a dificuldade ocorre na adesão a uma tal concepção sobre “a relação entre a linguagem e a realidade, que impede que se tenha uma ideia clara sobre os pressupostos, as técnicas e as consequências que devem ser consideradas quando se define uma expressão linguística, nesse caso o ‘direito’” (2010, p. 12). Em oposição a esta concepção “convencionalista”, Santiago Nino explica que a filosofia analítica supõe que a relação entre a linguagem, que é um sistema de símbolos, e a realidade foi estabelecida arbitrariamente pelos homens e, apesar de existir um acordo socialmente construído em determinar certas coisas, ninguém é obrigado a seguir o uso vigente, sendo possível a criação de outras referências e categorias. A linguagem é, portanto, múltipla e variável, pois “[p]ara a análise filosófica, as coisas só têm propriedades essenciais na medida em que os homens as tornem condições necessárias para o uso de uma palavra; decisão que, naturalmente, pode variar” (NINO, 2010, p. 13).

Especialmente a partir da teoria dos atos de fala, a linguagem deixa de ser vista como algo puramente neutro e passa a ser entendida como uma atividade performativa, capaz de agir para criar a realidade, modificá-la, moldá-la conforme as intenções do sujeito. O trabalho de Austin se insere no segundo momento da filosofia analítica, no qual a linguagem ordinária passa a ser vista como um objeto de estudo válido, uma prática social concreta, não de representação da realidade, mas de construção da mesma, com relevância para o seu caráter performativo.

Nesse ponto, vale ressaltar que a noção de ato de fala performativo, do qual decorre a performatividade como propriedade inerente a todo proferimento tem, como sua condição de felicidade básica, o atendimento a uma “estrutura pré-estabelecida”, como manifestação de seu “caráter ritual ou cerimonial”, ou seja, a realização desse performativo dentro das condições convencionalizadas socialmente da sua ocorrência – abrindo, assim, um espaço privilegiado para elementos não-linguísticos (pragmáticos) na produção dos sentidos. Desse modo, pode-se compreender como a estrutura social, enquanto contexto pragmático, é decisiva na produção dos sentidos dos atos de fala e como este confere a eles a força ilocucionária.

Este tipo de análise, vinculada a uma perspectiva crítica da Pragmática, “intenciona alterar formas injustas de distribuição de bens políticos, culturais e econômicos nas sociedades contemporâneas” (ALENCAR, 2006, p. 42), possuindo uma significação ético-política:

Pensar a linguagem como performativa é compreender os estudos da linguagem como ciência social que nos permite investigar e desvelar o modo como as desigualdades, discriminações e violências se retroalimentam e se perpetuam nos significados socialmente construídos, quanto possibilidade de subversão a essa ordem estabelecida. (SILVA, 2017, p. 35-36)

O discurso, então, cria realidades, produz conhecimento, estabelece relações de poder, naturaliza posições sociais, ou seja, produz o mundo em que todos vivem. Em relação ao TEC, as disputas em torno da sua conceituação e a longa trajetória de normatização jurídica revelam um espaço de lutas por reconhecimento da situação de sujeito de direito da vítima e também de tentativas de manutenção da exploração da vida humana. É a linguagem, no horizonte biopolítico das democracias contemporâneas, que cria a vida nua, o *homo sacer*, nome que recebe a vida que ingressou na zona de indistinção a partir da decisão do poder soberano. É esta relação política de soberania exercida através de uma decisão que *abandona* a vida, no caso, o trabalhador escravo contemporâneo mantido na vulnerabilidade.

Desse modo, conforme discutido ao longo do segundo capítulo desta dissertação, coexistem na literatura e nos documentos normativos internacionais variedade de nomenclaturas e conceitos em torno do trabalho escravo contemporâneo. E no Brasil a mudança no artigo 149 do Código Penal pela Lei nº 10.803/2003 trouxe um conceito mais alinhado com a proteção do indivíduo. Por este motivo, a partir do momento em que concepções arcaicas de trabalho escravo, que estavam vigentes no sistema normativo brasileiro, se viram em oposição ao tipo normativo especificado no artigo 149 do CPB, criou-se ambiente propício de debates performativos sobre o conceito de TEC.

A nova redação do tipo penal, apesar de utilizar o moderador “análogo”, previu situações que caracterizam violação à dignidade do sujeito, não se restringindo ao conceito tradicional de cerceamento da liberdade de locomoção da vítima. Desde então, as denúncias aumentaram e o trabalho do Grupo Móvel do Ministério do Trabalho cresceu com o número de estabelecimentos inspecionados e trabalhadores resgatados.

Quadro 2 – Resultado das Operações do Grupo Móvel do Ministério do Trabalho entre 1998 e 2016

Ano	N.º Operações	N. de estabelecimentos inspecionados	Trabalhadores em condições análogas	Pagamento de Indenização	Autos de Infração Lavrados
2016	115	191	885	R\$2.807.347,19	2366
2015	143	257	1010	R\$3.175.477,49	2748
2014	175	292	1752	R\$5.937.501,01	3927
2013	189	313	2808	R\$8.283.172,86	4409
2012	150	259	2771	R\$8.209.962,81	3808
2011	177	344	2495	R\$5.566.798,99	4583
2010	150	310	2634	R\$6.954.677,47	3981
2009	160	352	3707	R\$6.033.742,88	4586
2008	163	302	5016*	R\$9.011.762,84	4901
2007	119	206	5999*	R\$9.914.276,59	3139
2006	110	209	3417*	R\$6.299.650,53	2772
2005	93	189	4348*	R\$7.820.211,26	2286
2004	78	276	2887*	R\$4.905.613,13	2465
2003	68	188	5223*	R\$6.085.918,49	1433
2002	35	85	2285*	R\$2.084.406,41	621
2001	32	149	1305*	R\$957.936,46	796
2000	25	88	516*	R\$472.849,69	522
1999	23	56	725*	R\$ 0,00	411
1998	20	47	159*	R\$ 0,00	282
Total					

* Antes de 2008 os relatórios não diferenciavam dentre os trabalhadores resgatados aqueles encontrados em situação de TEC. Assim, os dados constantes no Quadro de 1998 a 2008 referem-se a “trabalhadores resgatados”.

Fonte: Adaptada do Quadro das Operações de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo - SIT/SRTE no período de 1998 a 2016

No âmbito judicial cresceu o número de ações penais para responsabilizar os infratores (MPF, 2013) e políticas públicas foram implementadas para prevenir o fenômeno. Todavia, em uma sociedade em que a exclusão social e econômica, decorrente de níveis extremos e duradouros de desigualdade “destrói a imparcialidade da lei, causando a *invisibilidade* dos extremamente pobres, a *demonização* daqueles que desafiam o sistema e a *imunidade* dos privilegiados, aos olhos dos indivíduos e das instituições” (VIEIRA, 2008), a norma que pretendeu ser mais protetiva para o indivíduo passou a ser alvo de recorrentes tentativas de modificação, seja por intermédio de projetos de lei ou de atos infralegais, seja pelas divergências de interpretação dos Tribunais.

Todas essas disputas demonstram que o debate em torno do TEC visibiliza a tentativa de controle sobre a vida do indivíduo e de consolidação da vida nua na sociedade brasileira. Sendo assim, tendo em vista o objetivo mais geral deste trabalho buscou-se constituir um *corpus* que fosse produtivo no estudo da questão, mostrando como o discurso sobre o que é TEC constrói a realidade do indivíduo, podendo perpetuar desigualdades e alimentar violências ou servir de resistência e criar mudanças. Desse modo, analisam-se os projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional, a Portaria MTB nº 1129/2017 e os julgados do STF, a partir dos critérios adiante elencados.

Os projetos de lei (PL) em trâmite no Congresso Nacional, extraídos do sítio eletrônico das duas casas legislativas, a partir da pesquisa do termo “trabalho escravo”, realizada no dia 20 de novembro de 2017, foram escolhidos a partir da análise de sua proposta, com o objetivo de selecionar aqueles que em seu conteúdo pretendem reduzir o conceito atualmente previsto no Código Penal. Os PLs 5.016/2015, 3.842/2012 e 2.464/2015 pretendem modificar a redação estabelecida no artigo 149 do Código. Ademais, o Projeto de Lei nº 432/2013, em trâmite no Senado Federal, sob a justificativa de regulamentar o art. 243 da Constituição, para fins civis, pretende estabelecer nova caracterização, mais restritiva, da exploração do TEC, configurando-se, assim, mecanismos de agência biopolítica.

Quadro 3 – Lista dos Projetos de Lei por origem, autor, partido, Estado e situação

Número	Origem	Autor	Partido	Estado	Situação
5.016/2015	Senado Federal	Tasso Jereissati	PSDB	CE	23/04/2015: Designado relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
3.842/2012	Câmara dos Deputados	Moreira Mendes	PSD	RO	11/08/2015: Apensado ao Projeto de Lei nº 2.464/2015
2.464/2015	Câmara dos Deputados	Dilceu Sperafico	PP	PR	11/08/2015: Apensado ao Projeto de Lei nº 3842/2012
432/2013	Senado Federal	Comissão Mista do			Aguardando inclusão em Ordem

		Congresso Nacional			do Dia de Requerimento do Senador Romero Jucá que solicita a tramitação conjunta com PL da Câmara 169/2009 ⁵⁴
--	--	--------------------	--	--	--

Fonte: produção do autor

As estratégias utilizadas para tentar modificar o atual conceito buscam as mais diversas ferramentas. Assim, em 13 de outubro de 2017, sob o pretexto de regular regras acerca do seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho que o Órgão editou a Portaria MTB nº 1129 restringindo o conceito de TEC às hipóteses de coação direta contra a liberdade de ir e vir. Diante da medida do Poder Executivo, diversos atores sociais se manifestaram contrários à Portaria que também foi alvo de duas ações judiciais perante o STF, tendo os seus efeitos suspensos liminarmente por intermédio de decisão da Ministra Rosa Weber nos autos da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 489. Todavia, a Portaria foi revogada no final do ano de 2017 e editada uma nova (Portaria MTB nº 1.293, de 28 de dezembro de 2017) com o conceito em consonância com a legislação nacional.

Desse modo, tendo em vista a relevância da discussão recente no cenário brasileiro criada pelo citado ato normativo que ele também constitui o *corpus* da pesquisa, porque manifesta um típico caso de avanço do Poder Executivo na atividade legislativa, característica do estado de exceção permanente das democracias contemporâneas descrito por Agamben.

Por fim, a análise centra-se em como este debate é levado estrategicamente para o âmbito judicial, tornando-se alvo de questionamento por parte dos operadores do direito o significado das expressões contidas na redação do artigo 149. Neste tópico, a investigação foi realizada no site oficial do STF, no dia 23 de outubro de

⁵⁴ O referido PL pretende dispor sobre a proibição de entidades ou empresas brasileiras ou sediadas em território nacional estabelecerem contratos com empresas que explorem trabalho degradante em outros países. Por trabalho degradante, o parágrafo único do artigo 1º, considera “as formas de trabalho violadoras da dignidade da pessoa, especialmente o trabalho realizado em condições ilegais, a escravidão, o trabalho forçado, o trabalho infantil e todos os demais tipos mencionados em acordos, tratados ou atos internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil.”. Importante ressaltar que a penúltima movimentação do PL é um ofício da Ministra de Direitos Humanos, subscrito por diversas entidades que tratam do TEC, datado de 7 de abril de 2017, manifestando contrariedade ao PL 432/2013 e solicitando “apoio político à proteção do instrumental normativo de combate à escravidão, sobretudo na defesa da definição legal do trabalho em condições análogas à de escravo”.

2017, no ícone do site intitulado “jurisprudência pesquisar”, utilizou-se o termo “trabalho escravo” que apresentou como resultado 17 acórdãos e nenhuma repercussão geral. Com a leitura dos julgados, verificou-se um processo anterior à mudança no Código Penal em 2003, o Recurso Extraordinário (RE) nº 156527/PA, julgado em 3 de dezembro de 1993. Ademais, apesar de constar no resultado da pesquisa eletrônica o RE nº 638491/PR, constatou-se não se tratar do TEC, mas do delito de tráfico ilícito de entorpecentes. Sendo assim, restaram 15 julgados para análise. Em seguida, amparado na natureza qualitativa da pesquisa, segundo a qual os dados foram gerados, distanciando-se de preocupações de ordem estatística e levando-se em conta que fenômenos sociais e contextos históricos são reproduzidos nos discursos, implementou-se uma característica para a análise desta parte do *corpus*, com base nos seguintes critérios: *i) representatividade do julgado para a temática do TEC e ii) diversidade de contextos acionados pelos atos de fala.*

Em relação ao item *i* foram levados em consideração: o fato de o julgamento ter sido realizado pelo Pleno do Tribunal e os votos dos Ministros manifestarem o entendimento sobre o que é TEC. O primeiro foi o Recurso Extraordinário nº 398.041-6/PA, de relatoria do Ministro Joaquim Barbosa, julgado em 30 de novembro de 2006. O recurso discutia qual a instância responsável para processar e julgar o delito previsto no artigo 149, se a justiça estadual ou a federal. No entanto, o debate dos Ministros envolveu o próprio conceito do que é TEC⁵⁵.

O segundo processo é o Inquérito nº 2131/DF⁵⁶, de relatoria da Ministra Ellen Gracie e relatoria para acórdão do Ministro Luiz Fux, julgado em 23 de fevereiro de

⁵⁵ Ementa: Direito Penal e processual penal. Art. 149 do Código Penal. Redução à condição análoga à de escravo. Trabalho escravo. Dignidade da pessoa humana. Direitos fundamentais. Crime contra a coletividade dos trabalhadores. Art. 109, VI, da Constituição Federal. Competência. Justiça federal. Recurso extraordinário provido. A Constituição de 1988 traz um robusto conjunto normativo que visa à proteção e efetivação dos direitos fundamentais do ser humano. A existência de trabalhadores a laborar sob escolta, alguns acorrentados, em situação de total violação da liberdade e da autodeterminação de cada um, configura crime contra a organização do trabalho. Quaisquer condutas que possam ser tidas como violadoras não somente do sistema de órgãos e instituições com atribuições para proteger os direitos e deveres dos trabalhadores, mas também dos próprios trabalhadores, atingindo-os em esferas que lhes são mais caras, em que a Constituição lhes confere proteção máxima, são enquadráveis na categoria dos crimes contra a organização do trabalho, se praticadas no contexto das relações de trabalho. Nesses casos, a prática do crime prevista no art. 149 do Código Penal (redução à condição análoga à de escravo) se caracteriza como crime contra a organização do trabalho, de modo a atrair a competência da Justiça Federal (art. 109, VI, da Constituição) para processá-lo e julgá-lo. Recurso extraordinário conhecido e provido. (STF. RE 398.041. Recorrente: Ministério Público Federal. Recorrido: Silvio Caetano de Almeida. Relator Ministro Joaquim Barbosa. Publicado no *DJE* em 19.12.2008).

⁵⁶ Denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal em face de João Batista de Jesus Ribeiro, Senador da República, e Osvaldo Brito Filho imputando-lhes a prática dos tipos penais previstos nos artigos 149, 203, §§1º e 2º, e 207, §§1º e 2º, todos do Código Penal.

2012. O terceiro é o Inquérito nº 3412/AL⁵⁷, com relatoria do Ministro Marco Aurélio e relatora final para acórdão da Ministra Rosa Weber, julgado em 29 de março de 2012. Estes dois processos caracterizam-se pela definição no âmbito da Suprema Corte do conceito de TEC, consignando que o tipo penal previsto no artigo 149 protege a dignidade e a liberdade do trabalhador, não sendo necessário para a configuração do crime a coação física da liberdade de ir e vir ou mesmo o cerceamento da liberdade de locomoção. Para sua configuração, basta haver a submissão da vítima “a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva” ou “a condições degradantes de trabalho”, condutas alternativas previstas no tipo penal, pois o cerceamento da liberdade pode decorrer de diversos constrangimentos econômicos e não necessariamente físicos. Todavia, apesar da interpretação mais consentânea com a proteção do indivíduo ter prevalecido nos julgamentos, os debates entre os Ministros trazem discursos que permitem desvelar como desigualdades, discriminações e violências são perpetuadas em significados socialmente construídos, sendo relevante, para o objetivo deste trabalho, a sua análise.

Em relação ao item *ii*, priorizou-se, quando da seleção dos atos de fala para a constituição do *corpus*, aqueles em que eram evocados contextos sociais, históricos e culturais diversos entre si, com o objetivo trazer à luz como esses mecanismos são acionados para consolidar a vida nua na sociedade brasileira, especificamente no que tange à questão do TEC.

Apresentado o problema sobre o qual se debruça a investigação com a sua contextualização, bem como os passos metodológicos implementados, passa-se à análise. A constituição das categorias não ocorreu de forma pré-estabelecida, anterior à análise, mas a partir da categorização/agrupamento diante da similaridade do *corpus* da investigação.

3.3 Os atos de fala sobre o Trabalho Escravo Contemporâneo no discurso jurídico sob a ótica da vida nua

3.3.1 (1) “Se não há cerceamento da liberdade de ir e vir, e se o cidadão pode optar por estar ou não vinculado àquela relação de trabalho, como inferir, desse

⁵⁷ Denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal em face de José Pereira de Lyra, Deputado Federal, e Antônio Arnaldo Baltar Cansanção imputando-lhes a prática do tipo penal previsto no artigo 149 do Código Penal.

contexto, que há redução a condição análoga à de escravo por interpretação exógena – e naturalmente paternalista –, que escolhe qual a conduta deva ser demonstrada ou aguardada?” (STF, 2012a); (2) “o que deve estar presente é o CERCEAMENTO DA LIBERDADE, sem o qual, não há que se falar em configuração de crime” (BRASIL, 2015) – Contextos de cerceamento da liberdade da vítima

A liberdade compreendida neste contexto é a de locomoção, direito fundamental previsto no artigo 5º, XV, da Constituição Federal. Restringe-se à liberdade física do sujeito de circular – ir, vir e permanecer – pelo território nacional e que exige do Estado o dever de abstenção ou de não impedimento. A exigência do cerceamento da liberdade do indivíduo é argumento que surge em uma compreensão sócio-histórica de que escravidão é aquela na qual o sujeito está preso aos grilhões, conforme o período vivido no Brasil até 1888. A violação da dignidade do indivíduo, com a submissão a condições degradantes de trabalho e à jornada exaustiva, atualmente previstas no Código Penal, não são capazes, para este entendimento, de caracterizarem TEC.

Uma relação de poder possui um discurso que a sustente. A exploração violenta do trabalho humano com a mitigação de sua dignidade precisa ser garantida com uma compreensão de TEC restritiva para que a escravidão cotidiana se torne invisibilizada, proporcionando altos lucros e baixos custos para os exploradores. Esta decisão soberana sobre a “vida que merece ser vivida” faz com que a exceção se torne regra, a situação extrema converte-se no próprio paradigma do cotidiano.

O ato de fala (1) ocorreu no voto proferido pelo Ministro Gilmar Mendes no julgamento do Recurso Extraordinário nº 398.041/PA, relatado pelo Ministro Joaquim Barbosa. Neste julgamento o STF concluiu que a prática do crime prevista no artigo 149 do Código Penal (redução à condição análoga à de escravo) se caracteriza como crime contra a organização do trabalho, de modo a atrair a competência da Justiça Federal para processá-lo e julgá-lo, pois, segundo o relator, no contexto das relações de trabalho “[...] sofre o influxo do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, o qual ilumina todo o nosso sistema jurídico-constitucional -, a prática do crime previsto no art. 149 do Código Penal se caracteriza como crime contra a organização do trabalho” (STF, 2006, p. 18).

O caso concreto tratava de “inúmeros trabalhadores a laborar sob escolta, alguns acorrentados, em situação de total violação da liberdade e da

autodeterminação de cada um” (2006, p. 5), na “Fazenda do Silva” situada no estado do Pará. Inicialmente, o relator do processo alertou para o fato de que, subjacente à análise do processo, tinha-se uma tomada de posição da Corte em relação ao combate ao trabalho escravo, “realidade social que se choca frontalmente com diversos princípios fundamentais da Constituição Federal” (STF, 2006, p. 7). No entanto, o Ministro Joaquim Barbosa não adentrou no conceito do que é TEC. Foi o voto vista do Ministro Gilmar Mendes que trouxe esta discussão ao defender a necessidade da restrição da liberdade do trabalhador para caracterizar o TEC.

Para ele, o delito do artigo 149 constitui uma violação à liberdade individual do trabalhador e somente em questões específicas, quando verificado a forma como é cometido, a quantidade de sujeitos envolvidos e a repercussão social causada, é que haveria a violação à organização do trabalho. O Ministro continuou a análise do dispositivo para criticar o que ele referiu como “abusos na tipificação de fatos tidos como de ‘trabalho escravo’” (2006, p. 61). Assim, quando do proferimento do ato de fala (1), o Ministro designou o TEC, em qualquer de suas modalidades previstas no artigo 149 do Código Penal, com a exigência do cerceamento da liberdade de ir e vir do sujeito e afirmou que há opção para o trabalhador em não estar vinculado àquela relação de trabalho violadora.

Pensando a designação como um processo linguístico-discursivo inserido numa prática social, ou seja, como uma realidade mais abrangente que uma nomeação despretensiosa ou um mecanismo “neutro” de construção de referentes, entende-se que as nomeações, mediante seu caráter designativo, não apenas constroem objetos de discursos (MONDADA; DUBOIS, 2003) na materialidade do ato de fala, mas se ancoram em significados sociais sobre o trabalho escravo (de que escravidão está vinculada aos grilhões) disponíveis em um repositório mais estável de valores culturais e simbólicos, produzindo de forma concreta, a manutenção da vida nua do trabalhador escravo contemporâneo. Nessa direção, afirma Rajagopalan:

No momento em que é nomeado, o objeto deixa de ser exclusivo ou único, pois o próprio ato de nomeação se encarrega de emprestar-lhe um atributo (a saber, a própria descrição – definida, no caso – utilizada para nomeá-lo), que é publicamente disponível e, em princípio, apto a ser aplicado a outros objetos (...) É inegável o importante papel desempenhado pelos termos escolhidos a fim de designar os indivíduos, acontecimentos, lugares, etc. na formação da opinião pública a respeito daqueles entes. (2003, p. 83-84)

Há no ato de fala (1) a força ilocucionária que o torna capaz de operar, atualizando o conceito socialmente construído de que TEC está vinculado à restrição de liberdade de locomoção da vítima. Além disso, o exercício do biopoder, na manutenção da mera vida do trabalhador, manifesta-se com a invisibilização de sua condição de vulnerável na relação de exploração. O ato de fala (1) atende sua condição de felicidade ao se inscrever de modo ritual numa gama de sentidos já cristalizados em práticas discursivas que afirmam existir uma igualdade de condições nas relações entre patrão e empregado, ainda que este se encontre na pobreza e na marginalização. Os indivíduos vítimas do TEC, portanto, são discursivizados socialmente como sujeitos que possuem a liberdade de escolha da relação de trabalho, que há opção pela exploração.

De acordo com o Ministério do Trabalho, sistematizados pelo Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil (2017), as ocupações laborais das vítimas de TEC resgatadas nas Operações de Fiscalização são mal remuneradas. As três principais são: trabalhador agropecuário - 75,14%; servente de obras - 2,78%; trabalhador da pecuária - 2,39%. Outro aspecto de sua vulnerabilidade é a escolaridade, circunstância que contribui para a sua manutenção: analfabetos - 32,16%; até o 5º ano incompleto - 40,14% e do 6º ao 9º ano incompleto - 15,25%.

Portanto, esta prática discursiva sobre o TEC, enquanto mecanismo biopolítico, se realiza diante do caráter performativo da linguagem, que cria a perpetuação das condições de vulnerabilidade, pois a manutenção de grupos nestas condições faz parte do próprio exercício do biopoder em relação àqueles que não podem ser autônomos no âmbito do exercício de direitos. O atendimento a tais significados rituais garante a satisfação de sua condição de felicidade.

Ademais, as disputas para restringir o conceito de TEC estão presentes também na esfera legislativa, espaço político para alcançar maior controle sobre a vida por intermédio da lei, mecanismo de regulação social nos Estados de Direito. O ato de fala (2) foi proferido na Justificativa apresentada ao PL nº 2.464/2015, de autoria do Deputado Federal Dilceu Sperafico, do Partido Progressista (PP) do Paraná, que pretende alterar o *caput* do artigo 149.

Na referida Justificativa, o Deputado sustenta que a legislação não fornece critérios claros, porque, para a caracterização de condições análogas à de escravo pelo Ministério do Trabalho são consideradas infrações à Norma Regulamentadora nº 31 e às normas relativas às relações de trabalho, sendo necessário adotar uma

definição legal que utilize o conceito de trabalho forçado previsto na Convenção nº 29 da OIT. No ato de fala (2) está presente a construção sócio-histórica de que a violência perpetrada em face do trabalhador escravo contemporâneo é somente a física, pois, por ser *homo sacer* não se considera a violação da sua dignidade e a subjugação a outras violências como caracterizadoras do TEC. A ênfase no "CERCEAMENTO DA LIBERDADE" dado pelo ato de fala (2), concebida de modo estrito, enquanto requisito indispensável para a configuração do crime, torna-se mecanismo de perpetuação da própria violência.

No mesmo sentido, o PL do Senado nº 5016/2005, de autoria do Senador da República Tasso Jereissati (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB/CE), exclui as hipóteses de jornada exaustiva e condições degradantes de trabalho:

Projeto de Lei nº 5016/2005. Art. 1º O trabalho escravo, ou em condição análoga, será punido nos termos desta Lei e caracteriza-se pela sujeição do trabalhador a empregador, tomador dos serviços ou preposto, independentemente de consentimento, a relação mediante fraude, violência, ameaça ou coação de quaisquer espécies.

Parágrafo único. Para a caracterização do trabalho escravo, ou em condição análoga, é irrelevante o tipo de trabalho e o local onde ele é prestado, bem como a natureza temporária ou permanente do trabalho.

Estas discussões no Congresso Nacional, que pretendem enfraquecer o combate ao TEC no país, ocorrem capitaneadas por um grupo de parlamentares que ficou conhecido na prática política como “bancada ruralista”. A pesquisadora Sandra Costa (2012) explica que a “bancada ruralista” é formada por um conjunto de políticos empresários da indústria ou do comércio, proprietários de terras (grileiros e latifundiários), que defendem interesses como a aprovação de recursos do orçamento público, obras de infraestrutura e crédito rural para a produção de *comodities*, sendo uma das principais resistências à reforma agrária no Brasil. Em sua pesquisa, Sandra Costa (2012) afirma que a presença da bancada traz entraves para a diminuição da concentração de terra e para o reconhecimento dos direitos quilombolas e indígenas. Foi constatado também o envolvimento de congressistas em casos de flagrante de exploração de TEC em suas propriedades. Interessante observar que o próprio autor do referido PL é membro da bancada ruralista. Em artigo intitulado “Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná”, escrito pelo sociólogo Ricardo Costa de Oliveira (2007), Sperafico é apresentado como “pecuarista, grande empresário do setor

alimentar, dono de frigoríficos e sócio da Rádio Difusora, declarou bens acima de dez milhões para a justiça eleitoral em 2006”.

Outros PLs também tramitam no Congresso Nacional com o mesmo objetivo de restringir o conceito previsto no Código Penal. O Projeto de Lei do Senado nº 432/2013, de autoria de uma Comissão Mista presidida pelo Senador Romero Jucá (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB) e Cândido Vaccarezza (Partido dos Trabalhadores – PT), sob o pretexto de regulamentar o artigo 243 da Constituição pretende definir, para fins civis, o conceito de TEC, restringindo-o.

Projeto de Lei nº 432/2013. Art. 1º [...] §1º Para fins desta Lei, considera-se trabalho escravo:

I – a submissão a trabalho forçado, exigido sob ameaça de punição, com uso de coação, ou que se conclui de maneira involuntária, ou com restrição da liberdade pessoal.

II – o cerceamento do uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

III – a manutenção da vigilância ostensiva no local de trabalho ou a apropriação de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; e

IV – a restrição, por qualquer meio, da locomoção do trabalhador em razão da dívida contraída com empregador ou preposto.

§ 2º O mero descumprimento da legislação trabalhista não se enquadra no disposto no §1º.

O artigo 243 da Constituição foi alterado pela Emenda Constitucional nº 81/2014 e acrescentou como possibilidade o confisco de qualquer bem de valor econômico que utilize a exploração de TEC⁵⁸; no entanto, esta modificação é compreendida como uma norma de eficácia contida, ao estabelecer que o procedimento ocorrerá “*na forma da lei*”. Carvalho e Ávila (2017) afirmam que este é um típico caso de constitucionalização simbólica, considerada uma ferramenta do poder soberano, no exercício de suas táticas de controle e manutenção de poder sobre a vida, para consolidar a vida nua do trabalhador escravo contemporâneo. Os autores explicam que, para Marcelo Neves, a constitucionalização simbólica é um

⁵⁸ “Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º.

Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei.”

fenômeno de produção do texto normativo, revelando que o sentido político prevalece hipertrofiado em relação ao aparente sentido normativo-jurídico. Assim, dentre as possibilidades de o Estado legislar simbolicamente, configura-se aquela em que o Estado objetiva criar a imagem de que responde normativamente às dificuldades da sociedade, embora as respectivas relações sociais não sejam realmente normatizadas de maneira a modificar a realidade, deixando para tempo futuro e incerto a solução do problema social.

O biopoder age, então, legislando simbolicamente e serve à violação de direitos, pois entre efetividade e declaração de direitos há um amplo campo de micropoderes da sociedade que elabora complexidades discursivas que fazem com que as normas apesar de reconhecer direitos, não os efetiva, possuindo baixa normatividade. E a manutenção desse controle da vida ocorre cotidianamente pelo poder soberano, seja pela ineficiência das políticas implementadas, seja pela criação de normas jurídicas que possuem pouca efetividade sobre a realidade constitucional, normatizando simbolicamente.

Ao analisar os processos de contextualização⁵⁹ operados nos atos de fala que compõem a amostra desta pesquisa, constata-se que a redução do conceito de TEC busca abandonar a proteção da dignidade do sujeito, reduzindo a mera *bíós*, um simulacro de vida, além de uma visão reducionista do conceito de liberdade. Este papel confere aos atos de fala a força ilocucionária que garante a sua felicidade, em termos austinianos, ou seja, a eficácia de seu empreendimento: a manutenção da vítima do TEC na condição de vida nua.

Nessa esteira de pensamento, as informações e debates sobre o tema são estrategicamente manipulados para corroborar os argumentos. O PL nº 3842/2012 de autoria do Deputado Federal Moreira Mendes (Partido Social Democrático – PPS/RO), líder da Frente Parlamentar de Agropecuária (FPA) da Câmara dos Deputados, também objetiva reduzir a expressão nos seguintes termos:

Art. 1º Para fins desta Lei, a expressão "condição análoga à de escravo, trabalho forçado ou obrigatório" compreenderá todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob ameaça, coação ou violência, restringindo sua locomoção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente.

§ 1º A expressão "condição análoga à de escravo, trabalho forçado ou obrigatório" não compreenderá, para os fins desta Lei:

⁵⁹ Processos de contextualização consistem na instauração dos contextos pragmáticos indexados na própria estrutura do ato de fala (GUMPERZ, 1998 [1982])

- a) qualquer trabalho ou serviço exigido em virtude de leis do serviço militar obrigatório com referência a trabalhos de natureza puramente militar;
- b) qualquer trabalho ou serviço que faça parte das obrigações cívicas comuns;
- c) qualquer trabalho ou serviço exigido de uma pessoa em decorrência de decisão judicial;
- d) qualquer trabalho ou serviço exigido em situações de emergência, ou seja, em caso de guerra ou de calamidade ou de ameaça de calamidade, como incêndio, inundação, fome, tremor de terra, doenças epidêmicas ou epizooticas, invasões de animais, insetos ou de pragas vegetais, e em qualquer circunstância, em geral, que ponha em risco a vida ou o bem-estar de toda ou parte da população;
- e) serviços comunitários que, por serem executados por membros da comunidade, no seu interesse direto, podem ser, por isso, considerados como obrigações cívicas comuns de seus membros, desde que esses membros ou seus representantes diretos tenham o direito de ser consultados com referência à necessidade desses serviços;
- f) trabalho voluntário de qualquer natureza.

Na Justificativa do PL, o Deputado Federal Moreira Mendes argumenta que o Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, por meio da Relatora Especial sobre Formas Contemporâneas de Escravidão, suas Causas e Consequências, “ressaltou a inadequação da tipificação brasileira de trabalho forçado, sugerindo a adoção de leis mais precisas, que permitam uma efetiva repressão desse crime” (2012, p. 2-3). A recomendação da relatora ocorreu após ouvir a Polícia Federal que destacou a inadequação da lei atual por não fornecer critérios claros que ajudem a caracterizar o TEC. Todavia, a sua manifestação é no sentido de regulamentar o dispositivo para evitar as tentativas de degradação do conceito. Tanto é que a ONU, em um *paper* sobre o TEC no Brasil, reconheceu o importante papel da definição prevista no Código Penal:

Em 2003, o país atualizou sua legislação criminal, introduzindo um conceito moderno de trabalho escravo, alinhado com as manifestações contemporâneas do problema, que envolve não só a restrição de liberdade e a servidão por dívidas, mas também outras violações da dignidade da pessoa humana.

[...]

Veja-se que, ao abarcar sob o leque de proteção do trabalhador sua dignidade, o Brasil se destacou em um cenário contemporâneo onde o termo “trabalho escravo” perpassa a noção de mera ausência de liberdade, para refletir também aquilo que é sonhado aos trabalhadores com tamanha exploração: sua condição de seres humanos, dotados de sonhos e esperanças.

É com esse espírito que a ONU reconhece e enaltece as boas práticas construídas pelo Brasil nesses últimos 20 anos, e em especial sua legislação, que sem dúvida servirão de base para a atuação de diversos outros países que desejarem combater mais efetivamente o crime. (ONU, 2016, p. 5)

Além disso, a OIT por intermédio da Comissão de Peritos na Aplicação de Convenções e Recomendações da OIT (CEACR), órgão do sistema de controle e supervisão de normas da Organização, entendeu que o artigo 149 do Código Penal, em sua forma atual, é consistente com a Convenção nº 29 da OIT sobre trabalho forçado e está dentro do espírito da mesma. A Comissão também aponta que outros Estados-Membros da OIT, como França, Espanha e Venezuela, estão adotando em seu ordenamento jurídico-penal dispositivos que punem a exploração da vulnerabilidade dos trabalhadores e trabalhadoras, assim como condições de trabalho que violam a dignidade da pessoa humana (OIT, 2013).

A ONU (2016) ressalta que o TEC continua disseminado pelo mundo e adaptou-se às transformações das relações de capital, trabalho e produção ocorridas ao longo dos últimos séculos. No vocabulário atribuído a direitos humanos, a vida nua, usada como estratégia de poder, é debilmente preservada por normativas que carecem de efetividade por traduzirem conceitos desprovidos de conteúdo material, em razão de estarem ligados não a direitos, mas a excepcionalidades.

O biopoder nos Estados Democráticos de Direito, de economia capitalista e de grande desigualdade social, expõe à invisibilidade cidadãos que compõem a margem do sistema, permanecendo no campo entre a vida e a morte, na gestão biopolítica da vida. Neste sentido, a atuação dos parlamentares no Congresso Nacional encontra-se longe do papel estabelecido na Constituição, pelo contrário, está determinada por interesses patrimonialistas e de manutenção do *status quo* de profunda desigualdade social, consolidando-se a vida nua.

A política praticada neste Estado que atua sob o paradigma biopolítico faz da atividade legislativa um processo disciplinador e controlador da vida dos indivíduos. Assim, o espaço político do legislativo brasileiro é utilizado enquanto estratégia biopolítica de criação de mecanismos de controle, com a edição de legislações que perpetuam violências e naturalizam desigualdades.

No entanto, outros espaços políticos também são utilizados constantemente no avanço das práticas de controle da vida do trabalhador escravo contemporâneo no Brasil. Foi assim que o Poder Executivo Federal, por intermédio do Ministério do Trabalho, editou a Portaria MTB nº 1129 de 13 de outubro de 2017, sob o pretexto de dispor “sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho” tentou incluir o

cerceamento da “liberdade de ir e vir” em todas as hipóteses previstas na legislação brasileira.

Art. 1º Para fins de concessão de benefício de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser identificado como submetido a regime de trabalho forçado ou reduzido a condição análoga à de escravo, nos termos da Portaria MTE nº 1.153, de 13 de outubro de 2003, em decorrência de fiscalização do Ministério do Trabalho, bem como para inclusão do nome de empregadores no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo, estabelecido pela PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11.05.2016, considerar-se-á:

I - trabalho forçado: aquele exercido sem o consentimento por parte do trabalhador e que lhe retire a possibilidade de expressar sua vontade;

II - jornada exaustiva: a submissão do trabalhador, contra a sua vontade e com privação do direito de ir e vir, a trabalho fora dos ditames legais aplicáveis a sua categoria;

III - condição degradante: caracterizada por atos comissivos de violação dos direitos fundamentais da pessoa do trabalhador, consubstanciados no cerceamento da liberdade de ir e vir, seja por meios morais ou físicos, e que impliquem na privação da sua dignidade;

IV - condição análoga à de escravo:

a) a submissão do trabalhador a trabalho exigido sob ameaça de punição, com uso de coação, realizado de maneira involuntária;

b) o cerceamento do uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, caracterizando isolamento geográfico;

c) a manutenção de segurança armada com o fim de reter o trabalhador no local de trabalho em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto;

d) a retenção de documentação pessoal do trabalhador, com o fim de reter o trabalhador no local de trabalho;

No pensamento agambeniano, é a violência que funda o direito, que é legitimada por intermédio do direito. Para Agamben, o que está por trás da vigência de uma lei é uma decisão soberana sobre o espaço e tempo nos quais ela será ou não aplicada, quando se estará em situação tida como normal ou em um período anômalo. É o soberano quem decide sobre a exceção, decretando o estado de exceção.

Dentre as suas características essenciais, cada vez mais presentes nas democracias contemporâneas que tem o estado de exceção como paradigma de governo, está o fato de que cada vez haver confusão entre os atos do Poder Executivo e do Legislativo, numa ocupação crescente do Executivo em editar atos normativos com força de lei. Agamben assinala que este movimento significa que o princípio democrático da divisão dos poderes caducou, com a absorção, pelo menos em parte, do Poder Legislativo pelo Poder Executivo, que deixa de ser o órgão soberano com o poder exclusivo de obrigar os cidadãos pela lei, “ele se limita a ratificar os decretos

emanados do poder executivo. Em sentido técnico, a República não é mais parlamentar e, sim, governamental” (AGAMBEN, 2004, p. 32).

3.3.2 (3) “*Se o Brasil hoje tem esse perfil, se o Brasil hoje tem essa folga é graças ao agribusiness, é graças a esse agronegócio, é graças à ousadia dessa gente que vai para longe*” – Contextos de reiteração da desigualdade estrutural

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da ONU, o Brasil ocupa o 79º lugar entre 188 nações no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com nota de 0,754, o índice leva em conta indicadores de educação, renda e saúde. Entretanto, levando-se em consideração somente o indicador social o país seria rebaixado para a escala de países com índice médio com o número de 0,561 (2015).

A ONU (2002) considera que dentre as causas de permanência de forma de violação massiva de direitos humanos, como é o caso do trabalho escravo contemporâneo, estão a pobreza, a exclusão social, o analfabetismo, a ignorância, o rápido crescimento demográfico, a má gestão de assuntos políticos, a corrupção, e a discriminação em todas suas formas. O processo de gestão biopolítica da população perpetua as desigualdades e reforça os mecanismos de controle sobre a vida daqueles grupos mais vulneráveis.

O ato de fala (3) foi proferido pelo Ministro Gilmar Mendes no durante o seu voto no julgamento do Inquérito nº 3.412/AL. O Ministro expôs seu voto reafirmando a sua visão sobre o conceito de TEC, de que o elemento de proteção é a liberdade individual, e afirmou que as portarias do Ministério do Trabalho estão servindo de subsídios para a interpretação da legislação penal, questionando os critérios presentes nestes atos normativos para averiguar as condições de trabalho dos trabalhadores. Assim, o Ministro diminuiu a fiscalização dos auditores fiscais do trabalho diante do papel do agronegócio para o país, pois essas pessoas “estão desbravando áreas, uma área que sustenta o Brasil” (2012b, p. 48).

Os transbordamentos de sentido do ato de fala “ousadia dessa gente que vai para longe” assinalam para a identificação do emissor com a classe do agronegócio, enaltecendo-a. Identificação social de discurso em que “essa gente”, os proprietários do agronegócio, é a que faz o Brasil ser uma grande economia mundial. Diante deste papel para a economia do país, pouco importam as condições de trabalho

proporcionadas aos trabalhadores que realizarão o trabalho, opera-se deste modo a gestão da vida nua daqueles sujeitos mais vulneráveis.

A legitimação discursiva dessa forma de exploração violenta do trabalho humano é consonante com o papel já desempenhado pelo Estado brasileiro em outros momentos históricos de “desbravar áreas” do país, como o episódio da campanha “Mais Borracha para a Victória”, na década de 1940, que, conforme narrado no capítulo segundo deste trabalho, mais de 50 mil trabalhadores em situação de miserabilidade oriundos da região Nordeste foram levados para a Amazônia, onde, pelo menos, 30 mil trabalhadores morreram em completo abandono.

Numa análise sobre o ato de fala (3) do Ministro Gilmar Mendes, Andrade (2015, p. 334) ressalta a defesa de classe manifestada pelo discurso:

Essa defesa é, claramente, pautada em uma visão clara de classe, é a defesa a partir de uma postura de propriedade, a elevação do escravocrata a desbravador, aquele que se arrisca pelo crescimento do país. Se isso vem com a exploração do trabalhador, é algo de menos.

Neste sentido, Andrade (2015, p. 333) questiona porque esse desbravamento sempre tem que ser feito com a exploração do trabalhador, pois “[s]empre a dificuldade de explorar uma região tem que ser com base na humilhação, da degradação do trabalhador?”. Esses modos de exploração do trabalhador, sustentados por uma estrutura de desigualdade social, são múltiplos e se realizam, de modo particular, pelo potencial performativo do discurso em atos de fala como o (3).

Em (3), a força ilocucionária que torna o ato de fala capaz de operar a consolidação da vida nua advém do contexto de desigualdade estrutural da qual a sociedade brasileira historicamente se constituiu. As estratégias discursivas de naturalização da violação de direitos humanos ocorrem sempre em contextos em que há um exercício de poder sobre a vida de pessoas que estarão no papel de explorados, alijados de direitos formalmente garantidos.

A estratégia de desqualificação dos relatórios produzidos pelos auditores fiscais do trabalho no discurso do Ministro é recorrentemente utilizada. No julgamento do Inquérito nº 2.131/DF, ele rotula-os de “ideológicos”.

Ademais, à fl. 16 (fl. 37 dos autos), o citado relatório ainda compara, de forma cristalinamente ideológica, a escravidão no tempo antigo com aquilo que

denomina de nova escravidão. Essa digressão, mais uma vez, não tem nenhuma vinculação direta com o fato que deve ser objeto do relatório. Corresponde a mais um esforço argumentativo no sentido de caracterizar as atividades econômicas em zonas de fronteira como atividades escravagistas (2012a, p. 56)

Infere-se desta fala que o Ministro compreende somente o discurso do outro (os auditores fiscais) como ideológico, já o seu discurso é neutro e imparcial, próprio do mito do discurso jurídico e, especificamente, da atuação do Poder Judiciário de que supostamente é pautada pela imparcialidade. No entanto, o potencial performativo do discurso faz da ideologia um aspecto incontornável da linguagem, que produz a realidade e é por ela construída.

O ato de fala (3) trata-se, então, de mais uma estratégia discursiva de exercício do controle biopolítico para perpetrar a desigualdade pela linguagem. Desse modo, ideias estruturantes da Constituição como os direitos fundamentais e a noção de igualdade são deturpadas na prática discursiva de aplicação do direito tal como visto nos processos judiciais no STF. Logo, a não efetividade da atuação do Estado, como manifestação do próprio interesse dos sujeitos que o integram, desnuda-se o indivíduo vítima de TEC de qualquer tutela jurídica.

3.3.3 (4) *“O que é sumamente revoltante para alguns pode não o ser para outros, principalmente porque as condições de trabalho em geral não são lá essas maravilhas nos campos distantes, nas minas, nas florestas e nas fábricas de fundo de quintal”* – Contextos de hierarquização da vida humana

O ato de fala (4) foi proferido na Justificativa do PL nº 432, de 2013, já comentado neste trabalho. O PL foi proposto por uma comissão mista do Congresso Nacional presidida pelo Senador da República Romero Jucá (PMDB) e pelo Deputado Federal Cândido Vaccarezza (PT). A Justificativa apesar de ressaltar que não se pode compactuar com a existência de “bolsões de exploração do ser humano” (2013, p. 4), apresenta um conceito que resgata a visão construída sócio-historicamente de que deve haver o cerceamento de liberdade da vítima para configurar o TEC e afirma que “[...] no campo dos conceitos, as certezas não são tão claras e há uma carga de subjetividade nas análises dos fatos.” (2013, p. 4), esta estratégia linguístico-discursiva de defender a relatividade dos conceitos é empregada para atribuir força ilocucionária ao ato de fala (4).

A condição do que é “sumamente revoltante” explicitada no ato de fala (4) é aquela que depende de quem é o sujeito vítima destas condições degradantes de trabalho. A vida cuja indignidade não causa revolta é a vida nua do *homo sacer* contemporâneo, daquele trabalhador escravo que a sua existência e modo de viver estão previamente determinadas por uma estrutura social que não permite mudanças, pois não se teoriza ou protege vidas que não importam. Marginalização e precariedade são condições que estes indivíduos estão expostos e que o explorador não o reconhece como outro ser humano. Tem-se então uma vida nua, destituída de valor.

É por meio da atualização e do reestabelecimento de contexto de hierarquização da vida humana, cristalizados histórica e socialmente, que tais atos ganham força, mediante o atendimento do caráter “cerimonioso e ritual” (AUSTIN, 1990 [1962]) própria da dimensão ilocucionária dos atos de fala. A atividade de atribuir sentido produz dentre seus efeitos os significados sociais e constrói realidade, mediante a performativização de determinados atos de fala. Hierarquizar modos de vida a partir das práticas linguístico-discursivas constitui uma estratégia biopolítica que coloca a vida humana no centro do poder, a “estatização do biológico”, descrita por Agamben.

Neste sentido, o *homo sacer* contemporâneo é colocado diante de uma estrutura dupla, o abandono e o bando. O poder soberano relaciona-se com ele numa relação de *bando* e seu *abandono* implica um duplo movimento: ao ser *abandonado*, isto é, colocado em *bando*, exclui-se da lei e é fora da lei; por outro lado, esta exclusão aceita a prescrição da lei, o bando ao respeitá-la vê-se nela incluído. Ao ser abandonado jamais será inteiramente livre, pois sua exclusão não o permite e jamais pertencerá a lugar algum, a sua condição é, portanto, de indeterminação. A sua ligação com a sociedade acontece por intermédio de seu desligamento, de sua exclusão e exclui-se aquele que não tem valor algum. A vida não é simplesmente excluída, mas capturada pela própria exclusão.

Ao refletir sobre o papel da desigualdade na erosão do Estado de Direito, Oscar Vilhena Vieira traz como uma das consequências a invisibilidade dos mais vulneráveis. Para Vieira (2008), a invisibilidade significa que o sofrimento humano de certos segmentos da sociedade não causa uma reação moral ou política por parte dos mais privilegiados e não desperta uma resposta adequada por parte dos agentes públicos. Diante deste fenômeno biopolítico de hierarquia da vida humana, dividindo-

a entre “as vidas que importam” e “as vidas que não importam”, a perda de vidas humanas ou a ofensa à dignidade dos economicamente menos favorecidos, embora relatada e amplamente conhecida, é invisível no sentido de que não resulta em uma reação política e jurídica que gere uma mudança social.

O TEC é um complexo fenômeno social que mitiga a dignidade humana e possui diversas variáveis que demonstram o *modus operandi* do Estado brasileiro, diante do processo de efetivação dos direitos humanos, exercido primeiramente no nível discursivo, que evidencia não se tratar de uma escolha inconsciente do Estado. Trata-se de uma prática biopolítica do poder soberano no exercício de suas táticas de controle e manutenção de poder sobre a vida do sujeito vivente para consolidação da vida nua.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“On the level of discourse, certain lives are not considered lives at all, they can not be humanized; they fit no dominant frame for the human, and their dehumanization occurs first, at this level. This level then gives rise to a physical violence that in some sense delivers the message of dehumanization which is already at work in the culture.”⁶⁰ (BUTLER, 2004)

As estratégias discursivas da biopolítica exercidas por intermédio do discurso jurídico, que precarizam a vida do indivíduo vítima do trabalho escravo contemporâneo no contexto das ações do Estado brasileiro, consolidam a vida nua desse sujeito, que se inicia na linguagem e que cria a realidade de exclusão-inclusão. Diante dessas considerações, o desenvolvimento desta investigação científica, pautada numa metodologia interpretativista do fenômeno analisado, apresenta quatro reflexões que apontam nas seguintes direções: o discurso como realidade performativa através da qual são produzidas as condições de existência em todos os seus níveis; a biopolítica enquanto paradigma de poder no qual se produzem vidas nuas; o TEC, enquanto exploração violenta do trabalho humano, ocorre primeiramente no nível discursivo, nas disputas em torno da sua conceituação; os direitos humanos possuem uma função política dupla nos Estados Democráticos de Direito.

A partir das premissas da teoria dos atos de fala, na perspectiva da crítica da Pragmática, a noção de performatividade é característica principal da linguagem, tomada como prática social que reflete o complexo de condições históricas, socioculturais e ideológicas. Assim, não existem conceitos etéreos que são meramente vinculados por palavras. Os discursos são construções humanas, inseridos em contextos sociais, proferimentos destinados a criar a realidade e, em termos austinianos, serem felizes em seu empreendimento. Nesta construção discursiva que constitui a vida humana, o discurso jurídico é utilizado como estratégia biopolítica para o controle da vida.

É a partir da modernidade, com a assunção da biopolítica enquanto paradigma do poder moderno, que a vida biológica dos corpos, o elemento mais privado e incomunicável da subjetividade, é capturada para a produção de sujeitos governáveis, a partir da “gestão de coisas e pessoas”. A estrutura da biopolítica moderna determina-

⁶⁰ No nível discursivo, certas vidas não são de modo algumas consideradas vidas, elas não podem ser humanizadas; elas não se encaixam em enquadre dominante nenhum para a humanidade, e sua desumanização acontece primeiro nesse nível. Esse nível então suscita uma violência física que em certo sentido entrega a mensagem de desumanização já operante na cultura. (Tradução livre)

se, então, pela decisão, assentada na linguagem, sobre o valor ou (des)valor da vida e o soberano é quem decide, produzindo a vida nua do *homo sacer*. Esta vida nua, então, não é um dado natural, mas um produto de um ato jurídico-político e o resultado desta fabricação está expressa nas formas de vida apreendidas pela política ocidental. *Sacer* é a vida *abandonada*, capturada pela exclusão, restando somente uma vida exposta ao poder soberano. E no momento presente das democracias ocidentais, em que cada vez mais o avanço do estado de exceção tem se tornado regra, a vida nua se consolida. Trata-se, assim, do alerta feito por Agamben no início de seu primeiro livro do Projeto *Homo Sacer*, de que provavelmente “*somos todos virtualmente homines sacri*” (AGAMBEN, 2014, p. 113). Variados são os exemplos de *homo sacer* contemporâneos: indivíduos expostos à marginalidade e à exclusão, sujeitos a diversas formas de violência. Agamben se utiliza destes parâmetros para explicar como é possível se manter como incluídos no sistema de poder, porém excluídos do exercício de direitos, pessoas que são mantidas na situação de vida nua por meio de instituições jurídicas.

É assim que nas disputas em torno do conceito de TEC o exercício do poder ocorre discursivamente. As variadas expressões e significados para nomear e produzir significância à exploração violenta do trabalho humano assumem um caráter de controle da vida na medida que impedem o efetivo reconhecimento da prática violenta e a adoção de ações que mitiguem as vulnerabilidades e cessem as violências. Desse modo, apesar do relativo consenso internacional de sua proibição, as variadas formas contemporâneas de escravidão não são objeto desse mesmo consenso entre os Estados. O fato é que os indicadores mostram que o TEC é mais vantajoso que a antiga escravidão, diante do seu baixo custo de recrutamento da mão de obra e do maior lucro em razão da rotatividade, pois tem disponível um contingente populacional que cresce cotidianamente diante das transformações e crises que envolvem o capital, o trabalho e a produção no sistema capitalista contemporâneo.

Este cenário chama atenção, então, para a narrativa construída em torno do papel dos direitos humanos e de sua evolução normativa. Os direitos humanos, entendidos neste trabalho na perspectiva da teoria crítica de Herrera Flores, não são um dado natural, mas processos de luta por dignidade. Uma prática discursiva realizada por variadas ideologias sob os mais diversos contextos políticos, históricos e econômicos. Neste âmbito de estruturação, o discurso dos direitos humanos está vinculado ao biopoder, assumindo uma função dupla de integração dos processos de

sujeição da vida nua ao poder soberano e também de emancipação, contribuindo para a luta por conquistas de melhoria de vida dos indivíduos. Paradoxalmente, o discurso que aprisiona a vida humana é o que pode libertá-la, pelo caminho da resistência da vida frente às estratégias biopolíticas de controle.

Sendo assim, a reflexão apresentada pela filósofa Judith Butler, descrita na epígrafe destas considerações finais, mostra como o primeiro passo de desconsideração da vida humana é feito no nível do discurso. Somente depois da desumanização operada no âmbito cultural é que ocorrem as outras violências. A realidade da vida nua é construída enquanto estratégia discursiva que cria sujeitos mantidos em situação de vulnerabilidade, como os trabalhadores escravos contemporâneos. Para superar este exercício biopolítico são os direitos humanos a estratégia do indivíduo frente a este poder.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção e genealogia do poder. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, v. 108, p. 23-29, jan-jul. 2014. Disponível em: <<http://www.pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/P.0034-7191.2014v108p21>>. Acesso em: 15 de jul. 2017.

_____. **Estado de Exceção**. *Homo sacer*, II,1. Tradução de Iraci D. Poleti. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Homo Sacer**. o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

_____. **Meios sem fim**. Notas sobre a política. Tradução de Davi Pessoa. 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2015.

_____. Não à tatuagem biopolítica. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 de janeiro de 2004. Especial para o “Le Monde”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1801200404.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha (*Homo Sacer* III). Tradução de Selvino J. Assman. São Paulo: Boitempo, 2008.

ALENCAR, Claudiana Ferreira de. Identidade e Poder: reflexões sobre a linguística crítica. In: RAJAGOPALAN, Kanavillil; FERREIRA, Dina Martins (orgs.). **Políticas em linguagem**: perspectivas identitárias. São Paulo: Mackenzie, 2006.

ANDRADE, Shirley Silveira. **A Formação da Consciência do Trabalhador Rural Escravizado**: Reflexões Sobre as Potencialidades dos Processos Formativos Desenvolvidos pela Comissão Pastoral da Terra no Tocantins. 2015. 386 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de pós-graduação em Educação, Universidade de Brasília -UnB, Brasília, 2015.

_____. Trabalho Escravo Contemporâneo: a divergência conceitual entre a liberdade de ir e vir e a dignidade de viver. In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna Maria (orgs.). **Trabalho Escravo Contemporâneo**: estudos sobre ações e atores. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **As origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

ÁVILA, Flávia de. **Direito e Direitos Humanos**: abordagem histórico-filosófica e

conceitual. Curitiba: Appris, 2014.

ÁVILA, Flávia de; MACHADO, Elísio; CARVALHO, José Lucas Santos. Dicionário de Segurança. **Tribunal Penal Internacional**. Editora UNESP, 2018. No prelo.

BALES, Kevin. **Disposable People**: new slavery in the global economy. 3. ed. Berkeley: University of California Press, 2012.

BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. **Crimes Federais**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal 2**: parte especial: dos crimes contra a pessoa. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BEEK, Leon ter. Divine Law and the Penalty of Sacer Esto in Early Rome. In: TELLEGEN-COUPERUS, Olga. **Law and religion in the Roman Republic**. Boston: Brill, 2012. Parte 1. p. 11-30.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. **Trabalho Escravo**: caracterização jurídica. 2. ed. São Paulo: LTr, 2017.

CARVALHO, José Lucas Santos; ÁVILA, Flávia de. A constitucionalização simbólica da Emenda Constitucional Nº 81/2014 e a vida nua do trabalhador escravo no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, v. 62, n. 3, p. 267-284, set./dez. 2017. ISSN 2236-7284. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/54646>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**, 1971. Disponível em: <<http://servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de. Em busca de uma definição jurídico-penal de trabalho escravo. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. Considerações sobre a interpretação jurídico-penal em matéria de escravidão. **Estudos avançados**, v. 14, n. 38, São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000100004>. Acesso em: 20 dez. 2017.

CASTRO, Edgard. **Introdução a Giorgio Agamben**: Uma arqueologia da potência. Tradução de Beatriz de Almeida Magalhães. 1ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

CLEMENS, Justin. Language. In: MURRAY, Alex; WHYTE, Jessica. **The Agamben Dictionary**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2011. p. 116-119.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. **Campanha da CPT de Combate ao Trabalho Escravo divulga dados de**

2013. Disponível em: <<http://cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/noticias-2/49-trabalho-escravo/1900-release-campanha-da-cpt-de-combate-ao-trabalho-escravo-divulga-dados-de-2013>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves. **A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no Congresso Nacional**. 2012. 325 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

DE GRANDE, Paula Baracat. Desafios da pesquisa qualitativa: um percurso metodológico inicial. **Revista Língua, Literatura e Ensino**, v. II, maio. 2007. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/le/article/viewFile/10/7>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yonna. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DUARTE, André. De Michel Foucault a Giorgio Agamben: A trajetória do conceito de biopolítica. In: SOUZA, Ricardo Timm de; OLIVEIRA, Nythamar Fernandes (orgs). **Fenomenologia hoje III, bioética, biotecnologia, biopolítica**. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. p. 71.

ENRIQUEZ, Eugène. O homem do século XXI: sujeito autônomo ou indivíduo descartável. **RAE-eletrônica**, v. 5, n. 1, art. 10, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v5n1/29568.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

ESTERCI, Neide. A dívida que escraviza. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **Escravos da desigualdade**: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro: Centro Eclestein de pesquisas sociais, 2008.

FERRERAS, Norberto Osvaldo. Trabalho Análogo à de Escravo: debates em torno de um conceito transnacional. In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna Maria (orgs.). **Trabalho Escravo Contemporâneo**: estudos sobre ações e atores. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FLORES, Joaquim Herrera. **La complejidad de los derechos humanos. Bases teóricas para una definición crítica**. Red Internacional de Estudios Interculturales. Disponível em: <<http://red.pucp.edu.pe/ridei/libros/la-complejidad-de-los-derechos-humanos-bases-teoricas-para-una-definicion-critica/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. **Teoria crítica dos direitos humanos**: os direitos humanos como produtos culturais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1975.

GARVIN, Paula; Gutiérrezm Virginia. **Reinventemos los derechos humanos**. Aportaciones a la memoria y a la obra de Joaquín Herrera Flores. Sevilla: Atrapasueños Editorial, 2008.

GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. Sobre direitos humanos na era da bio-política. **Kriterion**: Revista de Filosofia, Belo Horizonte, v. 49, n.118, dez 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2008000200002>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **A vida nua e o sujeito de direito**. In: Dossiê Agamben, Revista Cult, São Paulo: Bregantini, n. 180, jun. 2013.

GILL, R. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

HADDAD, Carlos Henrique Borlido. Aspectos penais do trabalho escravo. In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende e outros (orgs.). **Privação de Liberdade ou atentado à dignidade**: escravidão contemporânea. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

HUSSAK, Pedro Hussak Van Velthen. **Ética e Alteridade**. Sobre a Comunidade que vem em Giorgio Agamben. 2010. Disponível em: http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/etica-alteridade/artigos/Pedro_Hussak.pdf. Acesso em: 10 jul. 2017.

MAIA, Gretha Leite. **Estado de Direito e Biopolítica**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2015.

MARCONDES, Danilo. A filosofia da linguagem de J. L. Austin. In: AUSTIN, John Langshaw. (1990). **Quando dizer é fazer**. Palavras e ação. Tradução de Danilo Marcondes. Porto Alegre: Artes Médicas. 1990, p. 7-17.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Denúncias decorrentes de fiscalizações do Ministério do Trabalho**. Disponível em: <<http://2ccr.pgr.mpf.mp.br/coordenacao/grupos-de-trabalho/gt-escravidao-contemporanea/denuncias-e-recursos>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construção de objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena. (orgs.) **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

NASCIMENTO, Daniel Arruda. A exceção colonial brasileira: o campo biopolítico e a senzala. **Cadernos de Ética e Filosofia**, nº 28. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/cefp/article/view/116276/113903>>. Acesso em:

NEVES, Marcelo. **A Constitucionalização Simbólica**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1994.

_____. A Força Simbólica dos Direitos Humanos. **Revista de Direito do Estado**

REDE, n. 04, out/nov/dez, 2005. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br/artigo/marcelo-neves/a-forca-simbolica-dos-direitos-humanos>>. Acesso em:

NINO, Carlos Santiago. **Introdução à análise do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. **Sociologias**, n.18, p.150-169, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222007000200008&script=sci_abstract&tlng=pt>

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Comissão Interamericana De Direitos Humanos. **Relatório 95/03**. Caso 11. 289 (Solução Amistosa) José Pereira Vs. Brasil, 24 de outubro de 2003. Disponível em: <<https://cidh.oas.org/annualrep/2003port/Brasil.11289.htm>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Corte Interamericana De Direitos Humanos. **Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil verde contra a República Federativa do Brasil**, 20 de outubro de 2016 (Exceções Preliminares, Fundo, Reparações e Custas). Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_318_esp.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

_____. **Código Penal é consistente com Convenções internacionais para punir trabalho forçado, diz a OIT**. 2013. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/content/codigo-penal-e-consistente-com-convencoes-internacionais-para-punir-trabalho-forcado-diz-oit>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PARSLEY, Connal. Law. In: MURRAY, Alex; WHYTE, Jessica. **The Agamben Dictionary**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2011. p. 119-122.

PRUDENTE, Wilson. **Crime de Escravidão**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. O Austin do qual a lingüística não tomou conhecimento e a lingüística com a qual Austin sonhou. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, jan./jun. 1996. p. 105-115. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637045/4767>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

REGINATO, Andréa Depieri de A. Uma introdução à pesquisa documental. In: MACHADO, Maíra Rocha (org.). **Pesquisar Empiricamente o Direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

RUIZ, Castor. *Homo sacer*. O poder soberano e a vida nua. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, ed. 371, agosto de 2011. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4>

044&secao=371.> Acesso em: 20 jan. 2017.

SACCOL, Amarolinda Zanela. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em Administração. **Revista de Administração da UFSM**, v. 2, n. 2, p. 250-259, maio/ago 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/1555>>. Acesso em: rua Rafael pereira rodrigues 215, 29 jan. 2018.

SILVA, Danillo da Conceição Pereira. **Atos de fala transfóbicos no ciberespaço: uma análise pragmática da violência linguística**. 2017. 193 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

SILVA, Rosalina Carvalho da. **A falsa dicotomia qualitativo-quantitativo: paradigmas que informam nossas práticas de pesquisa**. 1998. Disponível em: <http://www.ip.usp.br/portal/images/stories/Nepaids/Captulos_de_livros/falsa_dicotomia.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2018.

SOLLA, María Fernanda Perez. **Slavery and Human Trafficking: international law and the role of the world bank**. Washington: Human Development Network, 2009.

TIMÓTEO, Gabrielle Louise Soares. Tráfico de pessoas e tráfico de migrantes no contexto do projeto de lei de migração (PLS 288/2013). In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna Maria (orgs.). **Trabalho Escravo Contemporâneo: estudos sobre ações e atores**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de Direito Penal**. 5. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.

VALLES, Miguel. **Técnicas cualitativas de investigación social**. Reflexión metodológica y práctica profesional. Madrid: Editorial Síntesis, 1999.

VASCONCELOS, Marcia; BOLZON, Andréa. Trabalho forçado, tráfico de pessoas e gênero: algumas reflexões. **Cadernos Pagu**, ed. 31, p. 65-8, jul-dez 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n31/n31a04>> Acesso em: 13 dez. 2018.

VIEIRA, Oscar Vilhena. A desigualdade e a subversão do Estado de Direito. **Sur, Revista Internacional de direitos humanos**, vol.4, n.6, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-64452007000100003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 25 jan. 2018.

Legislação e Documentos

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Resultados das Operações de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo**. 2016-1998. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/fiscalizacao-combate-trabalho-escravo/resultados-das-operacoes-de-fiscalizacao-para-erradicacao-do-trabalho-escravo>>. Acesso em: 15

jan. 2018.

_____. **Manual de Combate ao Trabalho em Condições análogas às de escravo.** Brasília: MTE, 2011.

_____. **Dez imigrantes são resgatados de oficinas têxteis da região metropolitana de São Paulo.** 2017. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/noticias/5341-dez-imigrantes-sao-resgatados-de-oficinas-texteis-da-regiao-metropolitana-de-sao-paulo>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. **Resultados da fiscalização para erradicação do trabalho escravo de 2016.** Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/dados-abertos/estatistica-trabalho-escravo>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. **Portaria MTB nº 1.129 de 13 de outubro de 2017.** 2017. Disponível em: <<http://impresanacional.gov.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

_____. **nº 1129/2017. Portaria MTB nº 1.293 de 28 de dezembro de 2017.** 2017. Disponível em: <<http://impresanacional.gov.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

_____. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 5.016/2005.** Estabelece penalidades para o trabalho escravo, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que regula o trabalho rural, e dá outras providências. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1315024&filename=Parecer-CAPADR-27-03-2015>. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. **Projeto de Lei nº 432/2013.** Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e dá outras providências. Brasília, 2013. <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/114895>. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. **Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2013 (da Comissão Mista criada pela ATN nº 2, de 2013).** Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e dá outras providências. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3773638&disposition=inline>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 169/2009.** Dispõe sobre a proibição de entidades ou empresas brasileiras ou sediadas em território nacional estabelecerem contratos com empresas que explorem trabalho degradante em outros países. Brasília, 2009. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=2962816&disposition=inline>. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. **Projeto de Lei nº 3.842/2012.** Dispõe sobre o conceito de trabalho análogo ao de escravo. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=544185>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. **Projeto de Lei nº 2.464/2015.** Altera o "caput", do artigo 149, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940, alterado pela Lei n. 10.803, de 11 de dezembro de 2003, que instituiu o Código Penal, a fim de alterar o conceito do tipo penal de submeter alguém às condições análogas à de escravo. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1594511>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. **Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992.** Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Brasília, 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm>. Acesso em: 9 nov. 2017.

_____. **Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992.** Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos. Brasília, 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm>. Acesso em: 9 nov. 2017.

_____. **Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002.** Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm>. Acesso em: 9 nov. 2017.

_____. **Decreto nº 41.721, de 25 de junho de 1957.** Promulga as Convenções Internacionais do Trabalho de nº 11, 12, 13, 14, 19, 26, 29, 81, 88, 89, 95, 99, 100 e 101, firmadas pelo Brasil e outros países em sessões da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho. Brasília, 1957. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d41721.htm#convencao29>. Acesso em: 9 nov. 2017.

_____. **Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004.** Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5017.htm>. Acesso em: 9 nov. 2017.

_____. **Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000.** Promulga Convenção 182 e a Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação, concluídas em Genebra, em 17 de junho de 1999. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3597.htm>. Acesso em: 9 nov. 2017.

_____. **Decreto nº 58.822, de 14 de julho de 1966.** Promulga a Convenção nº 105 concernente à abolição do Trabalho forçado. Brasília, 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d58822.htm>. Acesso em: 9 nov. 2017.

_____. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Recurso Extraordinário nº 398.041-6/PA**. Ministério Público Federal recorrente em face de Silvio Caetano de Almeida. Relatoria Joaquim Barbosa. Julgamento em: 14 dez. 2004. Disponível em: <<http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarConsolidada.asp?base=baseAcordaos&base=baseRepercussao&url=&txtPesquisaLivre=trabalho%20escravo>>. Acesso em: 23 out. 2017.

_____. _____. **Inquérito nº 2131/DF**. Ministério Público Federal denúncia em face de João Batista de Jesus Ribeiro e Osvaldo Brito Filho. Relatoria Ministra Ellen Gracie. Relatoria para acórdão Ministra Rosa Weber. Julgamento em: 23 fev. 2012a. Disponível em: <<http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarConsolidada.asp?base=baseAcordaos&base=baseRepercussao&url=&txtPesquisaLivre=trabalho%20escravo>>. Acesso em: 23 out. 2017.

_____. _____. **Inquérito nº 3412/AL**. Ministério Público Federal denúncia em face de João José Pereira de Lyra e Antônio José Pereira de Lyra. Relatoria Ministro Marco Aurélio. Julgamento em: 29 mar. 2012b. Disponível em: <<http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarConsolidada.asp?base=baseAcordaos&base=baseRepercussao&url=&txtPesquisaLivre=trabalho%20escravo>>. Acesso em: 23 out. 2017.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER. UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. **Fact Sheet No.14, Contemporary Forms of Slavery**. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/Documents/Publications/FactSheet14en.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e seu anexo (Declaração De Filadélfia)**. 1944. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/constituicao_oit_538.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. **Declaração da OIT sobre os Princípios Fundamentais no Trabalho e seu Seguimento**. 1998. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/node/294>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. **ILO indicators of forced labour**. 2012. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---declaration/documents/publication/wcms_203832.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. **As boas práticas da inspeção do trabalho no Brasil: a erradicação do trabalho análogo ao de escravo**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/labour_inspection/pub/trabalho_escravo_inspecao_279.pdf>. Acesso em: 30 maio 2017.

_____. Escritório da OIT no Brasil. **Combatendo o Trabalho Escravo Contemporâneo: o exemplo Brasil**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/forced_labour/pub/combatedotecontemporaneo_307.pdf>. Acesso em: 30 maio 2017.

_____. **Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil.** Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/perfil%20atores%20trabalho%20escravo%20rural_632.pdf>. Acesso em: 30 maio 2017.

_____. **Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI.** Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/forced_labour/pub/trabalho_escravo_no_brasil_do_%20seculo_%20xxi_315.pdf>. Acesso em: 30 maio 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção Sobre A Escravatura Assinada Em Genebra**, em 25 de setembro 1926, e emendada pelo Protocolo Aberto à Assinatura ou à aceitação na sede da Organização Das Nações Unidas, Nova York, 7 dezembro 1953. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/trabalho-escravo/convencao_escravatura_genebra_1926.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. **Trabalho Escravo.** Brasília, abril de 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/04/position-paper-trabalho-escravo.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

WALK FREE FOUNDATION. **The Global Slavery Index 2016.** Disponível em: <<https://www.globallslaveryindex.org/findings/>>. Acesso em: 10 jul. 2017.